

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**Sobre a noção de contexto na interface Semântica-Pragmática:
uma investigação através do texto humorístico de Millôr Fernandes**

Maria Christina Menezes do Prado

**Prof. Dr. Jorge Campos da Costa
Orientador**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**Sobre a noção de contexto na interface Semântica-Pragmática:
uma investigação através do texto humorístico de Millôr
Fernandes**

Maria Christina Menezes do Prado

**Prof. Dr. Jorge Campos da Costa
Orientador**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Letras, na área de concentração de Linguística Aplicada

Data da defesa: 04/01/2008

Instituição depositária:

Biblioteca Central Irmão José Otão

Porto Alegre

2008

Dedico este trabalho aos meus dois maiores incentivadores a enfrentar desafios: meus filhos Lorenzo e Victor Marcelo; e aos maiores exemplos de sabedoria, dignidade e amor na vida: meus avós maternos (*in memoriam*) e o companheiro Paulo Oliveira (*in memoriam*). A minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, especialmente, ao meu orientador, Prof. Dr. Jorge Campos da Costa, em primeiro lugar, pelo incentivo para que eu tomasse este caminho e, depois, pela orientação desafiadora, fazendo-me valorizar o mérito da independência no domínio do esforço e dedicação necessários para a construção do meu saber.

Meu agradecimento e reconhecimento também à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras, Prof. Dr. Regina Lamprecht, pela confiança depositada, e a toda a equipe de professores e funcionários.

Às Prof. Dr. Cláudia Brescancini, Prof. Dr. Leci Barbisan e Prof. Dr. Ana Ibaños, pelo muito que aprendi em suas aulas, um agradecimento especial.

À PUCRS, para mim, a melhor Universidade que um aluno pode freqüentar, por sua organização e pelas oportunidades e infra-estrutura que disponibiliza ao pesquisador.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

A todos os amigos e familiares que, saberão eles, sem que eu precise nomeá-los para não ser injusta com algum esquecimento, me apoiaram com sua torcida pelo meu êxito.

Para não ser completamente injusta, aliás, cito a Dr. Léia Schacher Abramovich, que merece meu reconhecimento em especial, e a Dr. Maria Eulália Pinto Tarragó, pelo apoio incondicional.

RESUMO

O presente trabalho tem como tópico a complexa noção de contexto na linguagem natural, conceito central em teorias semânticas e pragmáticas contemporâneas. Trata-se de um trabalho teórico que visa explicitar a abordagem da significação de *contexto* na interface externa Linguística-Comunicação-Cognição, e na interface interna Semântica-Pragmática analisada na Teoria das Implicaturas, de Grice (1991), no Modelo Ampliado de Costa (1984), na Teoria da Relevância, de Sperber & Wilson (1995) e na Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas, de Levinson (2000). A aplicabilidade dos principais pontos desta descrição não-problematizada será conferida no texto humorístico de Millôr Fernandes.

Palavras-chave: contexto, significação, comunicação, cognição.

ABSTRACT

This research investigates the complex notion of *context* in natural language, which is central in contemporary semantics and pragmatics theories. It is a theoretical study that aims to bring to light the approach of *context* meaning within the external interface Linguistics-Communication-Cognition and within the internal interface Semantics-Pragmatics through the analysis of the Grice's Theory of Implicatures (1991), Costa's Master work (1984), the Relevance Theory, by Sperber & Wilson (1995) and the General Conversational Implicatures Theory, by Levinson (2000). The important data of the non-problematic description carried out here will be checked through the Millôr Fernandes' humorous text.

Key-words: context, meaning, communication, cognição.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-TEÓRICA DA INTERFACE SEMÂNTICA-PRAGMÁTICA	1122
1.1 Configuração da interface	13
1.2 As definições da Pragmática e o contexto	23
1.3 O cálculo do contexto	31
1.4 Sobre a noção de humor	34
1.5 Conclusão	36
2 O CONTEXTO NA TEORIA INFERENCIAL DAS IMPLICATURAS	38
2.1 O Modelo Clássico de Grice	41
2.2 A definição de contexto no Modelo Ampliado de Costa (1984)	60
2.3 Análise do contexto em Millôr Fernandes sob a ótica da Teoria das Implicaturas e do Modelo Ampliado de Costa (1984)	66
2.4 Conclusão	74
3 A RELEVÂNCIA DO CONTEXTO NA TEORIA DA RELEVÂNCIA	77
3.1 Inferência na Teoria da Relevância	78
3.2 A definição de contexto na Teoria da Relevância e outros conceitos	84
3.3 Implicações contextuais, fortalecimento/enfraquecimento de suposições e eliminação de suposições contraditórias	89
3.4 Sobre o contexto na Teoria da Relevância	92
3.5 A aplicação da noção de contexto da Teoria da Relevância no texto de Millôr Fernandes	100
3.6 Conclusão	104
4 A TEORIA DAS IMPLICATURAS CONVERSACIONAIS GENERALIZADAS E A NOÇÃO DE CONTEXTO	107
4.1 Significados preferenciais	108
4.2 As heurísticas	111
4.3 A noção de contexto na TICG	113
4.4 A aplicação da noção de contexto na TICG	118
4.5 Conclusão	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	128

INTRODUÇÃO

A linguagem humana desde sempre constituiu-se em um terreno instigante de pesquisa por parte de lingüistas, filósofos, lógicos e áreas interdisciplinares: a sociolingüística, a psicolingüística e a neurolingüística, por exemplo. Dentro desse terreno, o significado, o significado de *significado*, o significado de sentença, o significado de enunciado têm dado, ao longo dos últimos cinquenta anos, principalmente, gratas contribuições às investigações resultantes dos desafios que o tema coloca.

Não foram poucas as vezes, entretanto, que as investigações sobre a linguagem natural, em especial sob o ideal da cientificidade, foram um divisor de águas entre os estudiosos. O tópico também deu origem a movimentos de verdadeira revolução metodológica e conseqüentes mudanças de paradigmas. Nesse sentido, o Estruturalismo e o Gerativismo representam duas das principais mudanças paradigmáticas na história mais recente da ciência lingüística, em cujas teorias o conceito de linguagem variou entre conjunto de propriedades estruturadas (*langue*) socialmente compartilhado no processo histórico da fala (*parole*) e propriedade com base genética, respectivamente.

A investigação sobre o que é transmitido na comunicação além do que é literalmente dito ocupa o cenário atual das pesquisas em linguagem natural e, por ser um assunto polêmico, tem sido um ponto de convergência e, ao mesmo tempo, de discórdia entre os teóricos.

Analisemos o seguinte diálogo:

1. (A) Mãe, preciso de dinheiro para sair hoje à noite.
(B) Acabei de comprar uma tevê nova para teu quarto.

Aparentemente, a mãe não dá uma resposta relevante à pergunta do filho. No entanto, o fato de ela recém ter comprado uma nova tevê para o quarto faz clara sua intenção, não expressa diretamente no dito literal, de não querer gastar mais

com o filho. Sua resposta pode ser entendida como uma negativa, o que não está expresso nas palavras utilizadas no enunciado, mas, ainda assim, ela pode ser compreendida pelo interlocutor.

Como é possível, então, compreender em toda a sua extensão os significados distribuídos entre o dito e o implicado pelo dito, e que, sem contestação, são necessários para que a comunicação alcance seu objetivo? Como o contexto influencia a troca comunicacional? E como essa noção pragmática é tratada nas teorias lingüísticas?

Essa explicação, o acordo tácito estabelecido no processo de comunicação como um todo, foi uma preocupação precípua de Paul Grice (desde *Meaning*, 1957). A dita Teoria das Implicaturas (1975-1991), situada na interface Lógica-Semântica-Cognição, seu ensaio mais polêmico, surge num ambiente acadêmico marcado pelo debate entre a Filosofia da Lógica, com Frege (1982), Russell (1905) e o primeiro Wittgenstein (1921) e a Filosofia da Mente, com Strawson (1950)¹, Austin (1962), Searle (1969) e, antes, com o segundo Wittgenstein (2003), de 1953, e tratou de compatibilizar uma Semântica das condições de verdade com uma Pragmática das inferências dependentes de contexto. Nessa perspectiva, introduziu o nosso conceito-tema, o *contexto*, como o elemento teórico capaz de representar a descrição e a explicação de como um dado texto, dialógico, por exemplo, permite inferir além do dito ou explícito.

Ao redor de Grice (1975-1991), inúmeras abordagens recentes, como as de Costa (1984), Sperber & Wilson (1986-1995) e Levinson (2000), foram desenvolvidas sobre uma noção de contexto, não totalmente elucidada e com aspectos a serem descritos, e, por isso, essas teorias compõem esta investigação. O resultado desse movimento contemporâneo foi a emergência de um extenso debate sobre a interface semântica-pragmática, conforme Récanati (1989), Bach (1997) e Carston (1999), em que o conceito de *contexto* é central e permanece carecendo de esclarecimento. Tentaremos, justamente, adicionar alguma clareza ao conceito de *contexto* nesse ambiente de inúmeros cruzamentos teóricos, o que pode deslindar alguns dos intrincados argumentos no ambiente acadêmico atual.

Os fenômenos extralingüísticos, como o contexto, são tipos de “fatos” da linguagem que dificultam a formulação de uma teoria puramente Semântica. Por

¹ A referência a esses autores não são contatos diretos com suas obras; ver notas 4, 5 e 7.

isso, optamos por abordar o tema deste trabalho na interface externa entre a Lingüística e as Ciências Cognitivas e Sociais, entendendo como objeto a comunicação em contexto e, assim, assumimos como interface interna a Semântica e a Pragmática, determinada pela interface externa.

O tema desta dissertação partiu das sugestões de Costa (2004c), no artigo “Textos e Contextos (na interface Semântica-Pragmática)”, que trata do contexto no âmbito do discurso textual e de como sistematizar textos de alta dependência contextual sem uma dependência rigorosa da análise semântica ao nível da proposição. Em sua reflexão, Costa deixa entrever a necessidade de um tratamento consistente de *contexto*, porque é um conceito utilizado pelas teorias pragmáticas muitas vezes de forma *ad hoc* e, mais problematicamente, englobando fenômenos diversos sob um só conceito. A pouca literatura a respeito do tema confirmou essa necessidade.

Assim, este trabalho visa apresentar um estudo teórico sobre como a noção de contexto vem sendo tratada na Lingüística, por paradigmas semântico-pragmáticos, através da análise detalhada destas teorias: a Teoria das Implicaturas de Grice (1991), o Modelo Ampliado de Costa, a Teoria da Relevância de Sperber & Wilson (1995) e a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas de Levinson (2000).

Dois critérios determinaram a escolha das teorias analisadas: (a) sua representatividade na interface Lingüística-Ciências Sociais-Ciências Cognitivas e na interface Semântica-Pragmática; e (b) a possibilidade de demonstrar, por meio delas, diferentes visões a respeito da noção de contexto.

Verificaremos a aplicabilidade de cada abordagem por meio do texto de Millôr Fernandes, no intuito de testar a aplicabilidade das variadas posições sobre a noção de que trata esta exposição. A escolha desse autor deve-se ao alto teor contextual de seus textos, pois o texto humorístico, entre outros, é um instrumento específico para gerar inferências pragmáticas de um certo tipo em um contexto particular.

O presente trabalho está organizado em quatro capítulos: *Contextualização histórico-teórica da interface Semântica-Pragmática*, *O contexto na Teoria Inferencial das Implicaturas*, *A relevância do contexto na Teoria da Relevância e A Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas* e *a noção de contexto*.

No primeiro capítulo, apresentamos uma contextualização histórico-teórica da interface Semântica-Pragmática e mostramos a relação da noção de contexto

com as definições da Pragmática seguindo o roteiro de Levinson (1983). Também introduzimos o cálculo do contexto, adaptado de Levinson (1983), e uma explanação sobre a noção de humor, que caracteriza o texto no qual é aplicada nossa descrição das teorias.

O segundo capítulo trata da abordagem do contexto na Teoria das Implicaturas, de Paul Grice (1991), onde são analisadas as implicaturas na comunicação e suas implicações contextuais. O Modelo Ampliado de Costa (1984) é incluído neste capítulo, por ser um paradigma que se derivou da Teoria das Implicaturas, aumentando seu potencial explicativo. A aplicabilidade da noção de contexto descrita nesses modelos é testada no texto de Millôr Fernandes.

O terceiro capítulo aborda a noção de contexto na Teoria da Relevância, de Sperber & Wilson (1986-1995), em seus principais aspectos quanto ao tema que propomos, como representativa da linha pragmático-cognitivista, conferindo sua aplicabilidade através do texto de Millôr Fernandes.

O quarto capítulo analisa a noção de contexto em Levinson (2000), verificando sua aplicabilidade no texto que tomamos como instrumento dessa abordagem.

Conforme o exposto acima, propomo-nos os seguintes objetivos:

- I- apresentar uma análise de como opera a noção sob investigação nas teorias que selecionamos;
- II- avaliar o potencial descritivo-explanatório das teorias que fazem parte deste estudo em sua abordagem da noção de contexto;
- III- verificar a aplicabilidade dos modelos teóricos descritos através de textos de Millôr Fernandes.

Esses objetivos específicos obedecem ao objetivo geral de analisarmos descritivamente as teorias selecionadas em seus pontos pertinentes ao nosso tema, a fim de explicitarmos como elas tratam da noção de contexto e mostrarmos as implicações características dessa abordagem na interpretação de enunciados em linguagem natural, na interface externa, interdisciplinar, Lingüística-Comunicação-Cognição e na interface interna, intradisciplinar, Semântica-Pragmática.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-TEÓRICA DA INTERFACE SEMÂNTICA-PRAGMÁTICA

Neste capítulo, apresentaremos o percurso histórico-teórico da Semântica, apenas no que este apresenta relevância para nosso foco: as origens da Pragmática, as disputas que tiveram lugar no estudo do significado, assim como a configuração da interface Semântica-Pragmática. A interface entre essas disciplinas é assumida aqui como um dos paradigmas mais promissores a um período de estabilidade metodológica na história da Lingüística desde cinquenta anos até a atualidade, quando nosso tema passou a ter um tratamento mais adequado dentro do estudo da significação. Consideraremos a relação entre as definições de Pragmática e a noção de contexto. Introduziremos um modelo de cálculo do contexto para ilustrar o caráter extraliteral deste fenômeno e trataremos sobre a noção de humor e sua dependência contextual, para justificar a escolha dos textos humorísticos utilizados na verificação da aplicabilidade dos pontos teóricos de nossa explicação.

O capítulo subdivide-se em quatro seções: na seção 1.1 *Configuração da interface*, descrevemos os movimentos teóricos opostos na Filosofia da Linguagem que deram origem à Semântica Formal Contemporânea e à Pragmática Contemporânea, tornando possível a configuração da interface entre essas disciplinas. Acompanhamos o percurso histórico-teórico da Pragmática, salientando referenciais que apontaram para o estudo do *contexto* na significação. Levaremos em conta, nesse percurso, Kuhn (1975), Dascal (1978-1982), Levinson (1983), Costa (1984-2004a-2004b-2005) e os artigos de Bar-Hillel (1954), Lakoff (1971), Stalnaker (1972), Katz (1972) e Grice (1975-1991). A seção 1.2, *As definições da Pragmática e o contexto*, delinea a evolução da definição da Pragmática a partir de Levinson (1983) e como a noção de contexto está intimamente ligada à delimitação do conceito e do escopo da disciplina. A seção 1.3, *O Cálculo do contexto*, é uma exemplificação, adaptada de Levinson (1983), de como a noção de contexto pode ser ilustrada num âmbito geral, ou seja, sem o olhar de uma teoria específica. Na última seção, 1.4 *Sobre a noção de humor*, mostramos a relação do texto

humorístico com a noção de contexto, justificando, como já dito, a escolha do instrumento de verificação da aplicabilidade da noção de contexto das teorias para o presente estudo.

Iniciamos, em 1.1, pelo histórico do surgimento da Pragmática, a configuração da interface Semântica-Pragmática e considerações teóricas que apontaram para o contexto como fenômeno lingüístico.

1.1 Configuração da interface

Nesta seção, apresentamos um histórico dos movimentos e disputas teóricas na história da Lingüística que deram lugar ao surgimento da Pragmática e à formação do paradigma da interface Semântica-Pragmática, assumido aqui, com Costa (1984), como um pré-paradigma de um período de “ciência normal” na área da significação lingüística, na acepção de Kuhn (1975) do que é um paradigma científico² nas etapas de evolução de uma ciência. A noção de contexto aparece diretamente relacionada a esse percurso histórico que ambienta nosso tema.

Com origem em movimentos opostos ocorridos na metade do século XX, o da Filosofia da Linguagem Ideal e o da Filosofia da Linguagem Cotidiana, Semântica e Pragmática já foram concorrentes; mas tanto o rigor da lógica e da matemática da Semântica Formal quanto apenas o uso da linguagem da Pragmática deram lugar a uma complementaridade. No primeiro movimento, Frege, Russell, Carnap, entre outros, foram pioneiros em abordar as linguagens formais e, através delas, a linguagem em geral. No entanto, a linguagem natural não era, para eles, o foco principal de suas investigações. Os “formalistas”, como rotulados por Paul Grice (1975-1991), consideravam a linguagem natural imperfeita do ponto de vista lógico, já que sua riqueza de significação não possuía correspondência nas linguagens formais. Os cientistas formais procuravam, obviamente, adequar a

² O próprio autor reconhece que há ambigüidade no uso do termo “paradigma” em sua teoria das revoluções científicas, especialmente das ciências naturais. O sentido adotado aqui é o de novo modelo, capaz de dar conta de problemas não resolvidos no paradigma vigente, os quais são motivo de debate entre os cientistas na tentativa de solucioná-los com novas propostas. Quando o paradigma anterior está sendo substituído por um novo paradigma, ocorre uma “revolução científica”, seguindo-se um período de “ciência normal” (KUHN, 1975, p. 218-219).

linguagem natural às formas lógicas e matemáticas. O mais adequado para eles, então, seria a construção de uma linguagem ideal. Somente nos anos 1960 alguns de seus discípulos se voltaram para a linguagem natural, dando origem à Semântica Formal contemporânea.

Os filósofos do movimento oposto, os “informalistas”, Strawson, Austin, Searle, entre outros, viam a linguagem natural sob uma abordagem pragmática, ou de uso da linguagem, dando origem à Pragmática contemporânea, disciplina que se desenvolveu dentro da Lingüística nos últimos cinquenta anos.

No cerne da tradição da linguagem ideal estava a preocupação em formular padrões gerais de inferência para a linguagem natural. Para os filósofos da linguagem cotidiana, a linguagem natural não deveria se adequar à ciência lógica para ser considerada adequada, dado que, para a compreensão da significação de uma expressão, não se fazia necessário existir uma contraparte formal. Pelo contrário, para eles, sem se considerar o uso na significação, as expressões não podem referir e as sentenças não podem ter condições de verdade. Da mesma forma, a lógica não pode dar conta das inferências e argumentos da linguagem em uso.

Ocorre que essas especulações exigiram uma metodologia específica para o tratamento de um novo objeto construído pela interface das duas disciplinas, mérito do debate frutífero entre os teóricos de ambos os pólos. Isso porque o surgimento de sistematizações do significado em linguagem natural, como o Princípio da Cooperação, de Grice (1975-1991), suscitou um posicionamento quanto ao tratamento de elementos notadamente pragmáticos, como a noção de contexto, a dêixis, a pressuposição e a implicatura. No entanto, embora o dito e o não-dito possam ser diferenciados, os dois fenômenos se cruzam na intrincada malha dos elementos da comunicação lingüística.

É aí que entra nossa justificativa para considerar a interface semântica-pragmática como um novo paradigma no desenvolvimento da ciência lingüística, tomando como referência as considerações de T.S. Kuhn (1975) no que se refere à descrição que este deu para um período de “revoluções científicas”, de “ciência extraordinária”, e período de “ciência normal” na trajetória de uma ciência. Sua teoria é de que a sucessão de paradigmas na evolução da história da ciência não é cumulativa, mas fruto de revisões e ampliações do modelo em crise.

Kuhn (1975) define a evolução científica como uma história de períodos “normais” de conformidade teórica, metodológica e de visão unívoca do objeto entre os cientistas que formam uma comunidade científica. Ocorrem, então, períodos de verdadeira revolução, deixados pelas “frestas” necessárias para a evolução de uma ciência, segundo a análise de Dasgal (1978), quando idéias divergentes encontram lugar entre as teorias vigentes, iniciando-se um período de “ciência extraordinária”, até um novo paradigma ser adotado pelos cientistas.

Não será discutida no presente trabalho toda a amplitude das idéias de Kuhn. Basta que fique claro que, assim como Costa (1984), acreditamos que a interface interna semântica-pragmática apresenta as características necessárias, aplicando a teoria de Kuhn à história da Lingüística, para a quebra do paradigma Lingüística-Lógica no tratamento do significado em linguagem natural (LN).

O debate entre os limites da Semântica e da Pragmática, conforme introduzimos acima, prova que a interface entre as duas disciplinas pode caracterizar um período de normalidade na ciência lingüística, após o período de ciência extraordinária que vem acontecendo no contexto em que surgiram as teorias aqui analisadas.

A evolução da ciência lingüística, em particular, assim como pelas revoluções causadas pelas metodologias de Saussure (1916-1974) e Chomsky (1957)³, é marcada pelo debate, mais recentemente, sobre a inclusão do componente pragmático na teoria da linguagem, em complemento ao componente semântico e sintático.

Ora, as características anteriormente mencionadas que se apresentam na proposta de interface da Semântica e da Pragmática como pré-paradigma de um período de normalidade no estudo da significação, de acordo com a definição de Kuhn para a evolução da ciência, são as seguintes:

- a interface vem a constituir o embrião de um novo paradigma, na medida em que propõe a solução para o tratamento de fenômenos que escapam ao paradigma de uma semântica puramente lógica;
- ela questiona a rigidez da semântica formal, que não contempla os fenômenos lingüísticos dependentes de contexto;

³ Para uma análise detalhada dos paradigmas estrutural e gerativo-transformacional, ver Costa (1984). Dissertação de Mestrado, não publicada. Faculdade de Letras, PUCRS.

- ela propõe uma análise mais abrangente, emergindo como solução à crise gerada pelas lacunas que possibilitaram o surgimento das novas idéias.

Voltemos então ao percurso histórico-teórico que esclarece o debate que já dura cinqüenta anos, a saber, o surgimento da Pragmática, sua definição e seu lugar na teoria da linguagem, ao lado da sintaxe e da semântica, culminando no paradigma Semântica-Pragmática.

Em 1982, Frege⁴ aponta o problema da pressuposição e sua relação com o contexto. Russell, em 1905, trata de observar que a linguagem lógica tem um uso restrito diante do pluralismo da linguagem natural (o fato de ela poder ter significados diferentes para duas pessoas).

O termo *pragmática*, como é usado atualmente, deve-se ao filósofo Charles Morris⁵ que, em 1938, seguindo uma sugestão de Peirce (1897-1972), incluiu a disciplina como um dos três ramos da **Semiótica**, seu principal foco de estudo.⁶ Morris dividiu a Semiótica em Sintaxe (o estudo da relação formal entre os signos); Semântica (o estudo da relação signos e objetos que designam); e a Pragmática (o estudo da relação signos e seus interpretantes), o célebre triângulo semiótico, como ficou conhecido.

Carnap (1938), como observa Levinson (1983), estreita o escopo do termo, afirmando que a Pragmática é o campo a que pertence qualquer investigação que exija referência explícita ao falante, ou seja, ao usuário da linguagem.

Para Carnap, esclarece Levinson (op. cit.), a trilogia sintaxe – semântica – pragmática deve caracterizar-se pela autonomia de cada elemento. A Semântica estuda somente as expressões e o que elas significam. A Sintaxe, apenas as relações entre as expressões da língua. E a Pragmática, por sua vez, caracteriza-se pela simples referência ao falante. Assim, Carnap não reconhece a autonomia da Pragmática, o que se observa na assimetria que sua definição assinala e o que deu origem ao debate sobre a inclusão do componente pragmático na teoria da linguagem (TL).

Dentro do quadro configurado na Filosofia da Linguagem, a noção de contexto aparece, inicialmente, nas especulações de filósofos como Strawson

⁴ Citados na Routledge Encyclopedia of Philosophy, v. 3, p.773-774.

⁵ Fonte: Routledge Encyclopedia of Philosophy, v. 7, p. 224.

⁶ Peirce define a Semiótica como “a quase necessária ou formal doutrina dos signos”. “Um signo, ou *representamen*, é algo que, sob algum aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém.” (PEIRCE, 1972, p. 93 e 94).

(1950)⁷, Wittgenstein (1953-2003), Bar-Hillel (1954), Austin (1962), Searle (1969), Stalnaker (1972) e Grice (1957-1975), entre outros, em que o debate ainda apresenta traços do tópico lógica-linguagem natural, na Filosofia da Lógica, em transição para a interface entre a semântica das condições de verdade e a pragmática das inferências dependentes de contexto, na Filosofia da Mente.

Strawson (1950) é apontado por Costa (1984) como um dos primeiros a demonstrar a necessidade de uma metodologia pragmática para se tratar da célebre distinção proposições-enunciados, com o que pretendeu abalar a teoria de Russell sobre as relações linguagem-verdade.

A obra “Investigações Filosóficas”, à qual nos referimos como o segundo Wittgenstein (1953-2003), foi uma das primeiras a apontar a importância do contexto na interpretação do significado em LN. Ao adotar a “linguagem em uso” e assumir que os enunciados só podem ser explicados nos “jogos de linguagem” de que tomam parte, Wittgenstein critica o positivismo lógico⁸ dos anos 1930, movimento que sua obra *Tractatus Logico-Philosophicus*, de 1921, havia incentivado. O conceito de “jogos de linguagem” forma, assim, a base epistemológica das teorias contemporâneas sobre o sentido das palavras.

Bar-Hillel, em 1954, escreve o artigo “Expressões Indiciais” , definindo a Pragmática como o estudo das linguagens que contêm dêiticos, ou expressões indiciais, o que restringe a tricotomia de Morris apenas à Sintaxe e à Pragmática, já que todas as línguas naturais possuem essas expressões.

Na Filosofia Analítica, ou na Lógica, por exemplo, o interesse nas expressões indiciais reside no fato de que elas levam a questionar um argumento válido.

Bar-Hillel (1954) dá o primeiro passo no sentido de indicar o objeto da Pragmática, mostrando a dependência contextual na determinação da referência de uma sentença e considerando “os hábitos lingüísticos dos usuários da língua corrente” (Bar-Hillel, In: DASCAL, 1982, p.23).

Bar-Hillel apresenta três exemplos:

(1) O gelo flutua sobre a água.

⁷ Fonte: Routledge Encyclopedia of Philosophy, v. 9, p. 168-169 e 620-630.

⁸ O “positivismo lógico” , segundo Levinson (1983, p. 227), foi um “excesso filosófico”. Para essa doutrina, se a uma sentença não pudesse ser atribuído um valor de verdade, então ela não tinha significado. A citação de Wittgenstein, 1921, é de Levinson (1983, p. 227).

(2) Está chovendo.

(3) Estou com fome.

Ele demonstra, com isso, que a sentença (1) pode ser entendida sem dependência de contexto, pois não apresenta elementos indiciais. A referência da sentença (2) exigirá o conhecimento do lugar e do momento de sua produção, enquanto a referência completa de (3) exige o conhecimento do produtor e do momento de sua produção.

Bar-Hillel esclarece que o uso do termo 'sentença' é o sentido tradicional, conforme definida pelos gramáticos, e introduz os termos *tipo-ocorrência* para os diferentes usos de uma sentença. Conclui, então, que em todas as ocorrências, o tipo de sentença (1) é entendido como referindo-se ao mesmo estado de coisas. Pode-se dizer que possui a mesma referência em todas as suas ocorrências.

A sentença tipo (2), entretanto, não tem a mesma referência em todas as suas ocorrências. A sentença tipo (3), por sua vez, não tem a mesma referência em quaisquer de suas ocorrências.

Da mesma forma com relação à verdade: (1) tem sempre a mesma referência. Por isso, diz Bar-Hillel, é uma asserção-ocorrência e sua referência é uma proposição. A referência de uma dada ocorrência da sentença tipo (3) só pode ser determinada se o contexto pragmático de produção dessa ocorrência for conhecido, ou, em sua ausência, a ocorrência em questão ficaria sem referência.

A partir dessa percepção, Bar-Hillel propõe que não sejam atribuídas referência e verdade a sentenças-ocorrências dos tipos (2) e (3), mas ao par ordenado sentença-ocorrência mais seu contexto.

Faz-se importante assinalar, aqui, que Bar-Hillel menciona como definidores do contexto os fatores: produtor, receptor, o momento da produção, o lugar da produção, deixando em aberto mais itens possíveis. Mas é o próprio Bar-Hillel quem assume que a noção de contexto, central em seu artigo, é imprecisa, e recorre a descrições-de-contexto para manter a natureza lingüística dos pares sentença-contexto em um nível mais homogêneo.

Dessa forma, o autor aponta para a necessidade da interface semântica-pragmática, pois os contextos de enunciação são fundamentais para a interpretação e análise da referência e valor de verdade das sentenças que contêm

dêiticos ou expressões indiciais, ou seja, as propriedades semânticas desses enunciados variam conforme o contexto de enunciação.

Dascal (1982), em sua introdução, apresenta argumentos para justificar “a inclusão de um componente pragmático na teoria da linguagem” (DASCAL, M., 1982, p. 7), não como justificativa para a substituição da Semântica pela Pragmática, mas como complementação a uma semântica autônoma. Para Dascal, a melhor forma de provar que esse componente é necessário na teoria da linguagem (TL) é supô-la sem tipos de fenômenos lingüísticos, componen pragmáticos “típicos”, digamos. E dos quais não basta fornecer uma lista, dada a diversidade e heterogeneidade de determinados problemas e pontos de vista da Pragmática desde sua origem. Segundo Dascal (1982), a concepção de Pragmática está ligada ao advento da Semiótica, conforme descrito acima, de quando remonta a inclusão ou não do componente pragmático na teoria lingüística. A Lingüística, por sua vez, como “teoria semiótica especial” (DASCAL, 1982, p. 8) deve poder descrever e explicar a relação triádica de Peirce em sua definição de Semiótica, a teoria geral dos sinais, como já abordado. Então, como estabelecido por Peirce e como parte da semiótica, a Lingüística deve dar conta amplamente, sob vários aspectos, de propriedades dessa relação sinais lingüísticos – designações – intérpretes.

Austin e Searle, segundo Dascal, são candidatos naturais para representar uma outra direção da Pragmática contemporânea, a teoria dos atos de fala e dos performativos.

Austin (1962) é o pioneiro na tentativa de sistematização dos fenômenos pragmáticos, propondo um modelo de abordagem que ficou conhecido como “Atos de Fala”. Distingue, em sua teoria, como presentes em todo proferimento: (1) o aspecto locucionário do uso da linguagem – em que a sentença é proferida com um certo sentido e uma certa referência; (2) o aspecto ilocucionário – ato realizado pelo locutor ao praticar um ato locucionário, a força dada ao enunciado; (3) aspecto perlocucionário – envolve a intenção que o locutor pretende provocar no ouvinte ao proferir o ato ilocucionário.

Searle (1969), em sua obra clássica “Speech Acts”, reformula as idéias de Austin, defendendo a idéia de que significado e ato ilocucionário não devem ser considerados como equivalentes. Ele observou que um enunciado pode ser

claramente entendido no seu significado, embora o ouvinte possa ter dificuldade em diferenciar a intenção com que esse ato foi proferido.

A tipologia dos atos de fala segundo Searle (1969) assume a seguinte forma: (1) Atos de proferimento (*utterance acts*) – atos de articulação dos sons; (2) Atos proposicionais (*propositional acts*) – por meio deles o locutor refere-se a um objeto do qual predica algo; (3) Atos ilocucionários (*illocutionary acts*) – atos que apresentam asserções, promessas, pedidos, advertências, críticas, objeções, etc. (4) Atos perlocucionários (*perlocutionary acts*) – conseqüências, efeitos, resultados provocados pelos atos ilocucionários no ouvinte.

Assim, Searle sugere uma idéia inovadora a partir de Austin, aquela em que a referência é definida como resultado de um ato de fala, ou seja, não é a frase que expressa uma proposição, mas é o locutor que pratica o ato proposicional ao utilizar uma dada proposição. Nesse sentido, Austin e Searle, conforme afirma Costa (2004b), representam uma das mais influentes teorias que aparecem nas origens da Pragmática, opondo o conceito de intencionalidade da chamada Filosofia da Mente ao tratamento dado à linguagem natural pela Filosofia da Lógica.

Antes de Austin, em 1957, Grice já havia escrito “Meaning”, artigo no qual diferencia o significado natural (*meaning-n*) do significado não-natural (*meaning-nn*), em que o primeiro consiste no significado literal do que é dito e, o segundo, no significado pretendido pelo falante⁹, veiculado pelo dito.

No entanto, Austin (1962) é quem influencia Grice que, em 1975, publica o artigo “Logic and Conversation” (escrito em 1967), uma teoria de cunho comunicativo-lógico-cognitivo que se tornou uma das mais importantes referências da Pragmática, em que trata o uso da linguagem e da comunicação natural como uma lógica perfeita, embora não-trivial, seguindo o raciocínio dos usuários da língua. Grice sistematiza o uso da linguagem, mostrando que há uma lógica inferencial não-trivial, intrínseca à natureza da linguagem, e apresentando uma metodologia objetiva para analisar a conversação. Paul Grice lança a semente para um objeto típico da interface Semântica-Pragmática, ao criar esse sistema organizado das inferências pragmáticas da linguagem natural, as quais batizou de *implicatures*, dessa forma permitindo que tais fenômenos lingüísticos recebessem

⁹ Levinson (1983) chama a atenção de que nenhum desses conceitos foi completamente esclarecido, visto que se pode encontrar uma possível distinção entre significado literal e significado de sentença, e que uma expressão idiomática, por exemplo, possui dois significados de sentença – um idiomático, outro composicional -, mas apenas um significado literal – o composicional.

um tratamento adequado, o que seria problemático para uma semântica de caráter apenas lógico. Grice manteve a base semântica da interface no que distinguiu como o *dito* (o significado literal expreso) em relação ao significado extraliteral (implícito).

No final dos anos 1960, a definição de Carnap (1938) – de que a Pragmática requer referência aos utentes da língua – é retomada pela **semântica gerativa**, no ressurgimento da preocupação com a significação, período em que lingüistas e filósofos dividiram interesses comuns.

Exatamente nesse período, quando filósofos e lingüistas vislumbraram uma linha comum na área da significação, é que se pode dizer que surgiram os sinais de um novo paradigma: a Pragmática em interface com a Semântica, o qual definimos como um paradigma pré-revolucionário na evolução da ciência lingüística.

Lakoff (1971), na Lingüística, entre outros, na maioria alunos de Chomsky, deram início a investigações pragmáticas, atraídos por uma lógica da linguagem natural, se não configurando um incipiente período de revolução, pelo menos de contestação de questões centrais do paradigma chomskyano. O interesse pelo aspecto comunicativo da linguagem fazia, então, com que os lingüistas se voltassem para a filosofia, na busca da base epistemológica para a proposta de um novo paradigma.

No período seguinte, filósofos, lógicos e lingüistas de vulto, entre eles Stalnaker (1972), Katz (1977), Gazdar (1979) e Levinson (1983), como escreve Costa (1984), discutem fenômenos pragmáticos em seus textos, defendendo posições que vão da ampliação do escopo da Semântica, com a inclusão de aspectos do contexto que podem ser gramaticalizados, à interdependência entre a Semântica e a Pragmática.

Sperber & Wilson, por exemplo, em 1986, seguindo a linha traçada por Grice, definem a Pragmática como a disciplina que trata da compreensão das inferências, ou como o estudo dos fatores contextuais na comunicação verbal. A Teoria da Relevância toma como base a máxima “Seja Relevante” do Princípio de Cooperação de Grice, aprofundando a idéia nela contida de que a comunicação humana é guiada por um processo inferencial de base cognitiva, onde a relação entre o enunciado e o contexto permite a inferência dedutiva pelo grau de relevância percebido entre falante e ouvinte.

Vale a pena citar, ainda, Kamp e Reyle (1993), que trazem considerações inovadoras na *Discourse Representation Theory (DRT)*, onde os enunciados são tratados como fatores contextuais, mostrando como a informação pragmática interfere na representação semântica. Na DRT, a representação semântica do discurso, o contexto é trazido para dentro da semântica das condições de verdade, recebendo uma abordagem formal. Em outras palavras, nela o contexto é estudado sob a ótica da tradição lógica.

No debate contemporâneo dos últimos vinte anos, especialistas que refizeram o caminho aberto por Grice, como Sperber e Wilson (op.cit.), tratam de defender a interface e posicionar-se quanto às suas fronteiras.

Bach (1997) concentra-se na dicotomia significado de sentença, o gramatical ou lingüístico, e significado de enunciado, a informação contextual extralingüística. Sua maior contribuição é que ele distingue fenômenos supostos como tipicamente semânticos de fenômenos supostos como tipicamente pragmáticos e daqueles cuja localização pode cair em uma ou outra fronteira, dependendo da abordagem adotada, uma vez que há fenômenos que podem ter aspectos tratáveis por uma ou outra disciplina.

Carston (1999) discute a distinção entre as duas teorias, a partir da Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson (1986), caracterizando a Semântica como o processo de decodificação da estrutura lingüística e a Pragmática como o processo inferencial necessário para a complementação da proposição. Dessa forma, o papel da Pragmática é o de preencher as lacunas da forma lógica na interpretação da proposição, conforme a interpretação de Costa (2004b). Ainda segundo Costa, o tipo de Semântica assumido por Carston situa-se dentro de um enfoque cognitivista, para o qual é premissa a idéia cérebro-mente como um sistema representacional-computacional.

Para Carston (2002) há, pelo menos, três tendências gerais diversas: a visão da Pragmática como um projeto filosófico; a interação da disciplina com a gramática; e a visão da Pragmática como uma teoria psicológica de interpretação de enunciados.

Na introdução de *Meaning and Utterances*, Carston afirma que a noção de Pragmática na Teoria da Relevância é uma capacidade da mente, um sistema processual de informação preparado para interpretar o comportamento comunicativo

ostensivo. Nesse sentido, a interface Semântica/Pragmática está relacionada a dois processos cognitivos distintos: a interpretação semântica e a inferência pragmática.

Jaszczolt (no prelo) aponta para o fato de que muitos dos teóricos atuais da Pragmática adotam alguma das três principais contribuições de Grice como base de seus argumentos na disputa metateórica mencionada acima:

- (1) a distinção entre o que o falante diz e o que ele implica ao dizer o que diz;
- (2) um conjunto de regras ou princípios derivados de um princípio geral de racionalidade, cooperação e/ou cognição, que governam a comunicação humana;
- (3) uma noção de intenção comunicativa cujo significado é preenchido pelo reconhecimento do ouvinte (chamada por Grice de *M(eaning)-intention*).

No entanto, a despeito das semelhanças, existem muitas diferenças entre as concepções dos estudiosos sobre o assunto.

Finalizando nossa exposição, observamos que o centro do debate sobre a interface Semântica-Pragmática está na questão de como incorporar elementos contextuais na significação e que a noção de contexto, ainda que sem uma definição precisa, é, para diversos autores, o conceito definidor da Pragmática, como veremos mais detalhadamente na próxima seção.

Esse ambiente de debate e questionamento da inclusão do componente pragmático na teoria da linguagem, inicialmente, e a definição dos limites da Semântica e da Pragmática como subteorias lingüísticas complementares, conforme vimos, configura a Pragmática como uma das mais interessantes áreas da pesquisa recente sobre a linguagem. Daí nossa opção de tratar sua interface com a Semântica como a possibilidade de mais uma revolução lingüística, dentro do quadro típico de ciência extraordinária que presenciamos desde o início das discussões até hoje.

Na próxima seção, abordamos o contexto em relação às definições da Pragmática, mostrando que este fenômeno lingüístico é parte essencial na evolução da conceituação e na delimitação do escopo da disciplina.

1.2 As definições da Pragmática e o contexto

Levinson (1983) fornece um roteiro da evolução do conceito de Pragmática, que seguiremos nesta seção, procurando salientar a importância da noção de

contexto no percurso evolutivo das definições que se sucederam, justificando, assim, as teorias utilizadas neste trabalho como teorias pragmáticas que utilizam a noção de contexto a partir de uma das definições discutidas.

De forma geral, a Pragmática é definida como o estudo da linguagem em uso. A Semântica, como o estudo do significado.

Foge ao alcance deste trabalho a discussão da abrangência ou especificidade do que venha a ser “significado”¹⁰. Ainda assim, aceitaremos essas definições gerais como ponto de partida.

A questão principal desenvolvida pela teoria do significado é: em virtude do que certas marcas físicas ou ruídos são expressões lingüísticas dotadas de significado, e, em virtude do que, qualquer conjunto particular de marcas ou ruídos tem um determinado significado distintivo? Uma teoria do significado deve dar uma visão compreensiva dos fenômenos da significação ou das propriedades semânticas das frases: sinonímia, ambigüidade, etc.

A Semântica é geralmente contrastada com a Sintaxe, a estrutura do gramaticalmente permitido na ordenação das relações entre palavras e das palavras em frases bem-formadas, e com a Pragmática. No entanto, os lingüistas acreditam que os fenômenos semânticos não podem ser mantidos separados tanto dos fenômenos sintáticos como pragmáticos.

Considerando-se a distinção de Chomsky (1965) entre competência e performance, comenta Levinson (1983), essa primeira definição de Pragmática acima levou-a a ser relacionada com o campo da performance.

Levinson levanta a questão de que os fatores contextuais, entretanto, muitas vezes são diretamente codificados pela estrutura da língua, o que torna difícil distinguir a fronteira entre competência (gramática independente de contexto) e performance (uso da gramática, dependente de contexto). Exemplos como os graus de tratamento em algumas línguas e sinônimos semelhantes aos usados por Katz (1972) explicam a dificuldade de estabelecer-se uma linha distintiva. Como os termos “cachorro” e “au-au”, ou “gato” e “miau”, em que a segunda forma é usada por crianças ou para crianças¹¹. A diferença entre formas sinônimas desse tipo,

¹⁰ Ver Strawson (1970), Katz (1972) e Lyons (1977), por exemplo, para uma noção da discussão sobre o conceito de significado.

¹¹ Levinson comenta os exemplos, *rabbit - bunny* e *dog-doggie* que, fornecidos involuntariamente por Katz, mostram que o falante adequado, ou para qual ouvinte está sendo dirigida a palavra, é uma informação codificada na linguagem.

portanto, está codificada na língua, embora o uso de uma ou de outra dependa de quem as use no contexto adequado.

Já a definição de Katz e Fodor (1963), cita Levinson (1983), de que a Pragmática deveria dar conta da eliminação da ambigüidade das sentenças pelos contextos nos quais elas são proferidas, restringe a Pragmática ao estudo dos aspectos codificados na estrutura lingüística, ou seja, a aspectos gramaticalizados. Em concordância com Levinson, observamos que tal definição exige o esclarecimento da noção de gramaticalização ou da codificação da noção de contexto na língua.

Dascal (1982), ao tratar em sua argumentação da inclusão do componente pragmático complementar ao componente semântico para o nível das fronteiras externas à Lingüística (debate originado na trilogia de Carnap), levanta a inadequação de certas teorias por colocarem a Pragmática no nível da *parole* (Saussure, 1916-1974) ou da *performance* (Chomsky, 1965), portanto, fora do escopo da Lingüística (se ela não incluir uma teoria pragmática). Ora, afirma Dascal, nessa discussão, muitos investigadores ficaram extremamente tentados a incluir a influência do contexto na significação na lista de elementos externos à *langue* e à *competence*. Mas, para Dascal (1982), a competência também exige do falante a habilidade para explorar sistematicamente os vários elementos que constituem o contexto de uma enunciação. Veremos mais adiante uma definição que considera essa habilidade.

Vejamos, agora, as sugestões de Levinson para que possamos afirmar que uma característica do contexto está lingüisticamente codificada:

- (1) ela deve ser lingüisticamente comunicada;
- (2) ela deve estar em relação com a forma lingüística de forma convencional;
- (3) a forma de codificação deve pertencer a um conjunto de contrastes, onde as outras formas do conjunto codificam traços distintos;
- (4) a forma lingüística deve ocorrer por meio de processos gramaticais regulares.

A definição de Pragmática deve, então, ser aprimorada, pois dizer que ela é uma disciplina que dá conta do contexto gramaticalizado fica restrito somente ao plano lingüístico. Ela não reflete o uso da língua com precisão (“...ela

provavelmente é muito restrita para refletir com precisão a linguagem corrente”, LEVINSON, 1983, p.11)¹². Em outras palavras, ela exclui os princípios do uso e interpretação da língua que abrangem os significados compreendidos e não ditos de forma codificada, como as implicaturas conversacionais.

A Pragmática estaria, assim, restrita aos aspectos não contemplados pela teoria semântica. Gazdar (1979), nesse sentido, assumindo que a Semântica está sujeita às condições de verdade, define: Pragmática = Significado - Condições de verdade (GAZDAR, 1979, p. 2).

Levinson observa que tal definição, no entanto, define a Pragmática como uma teoria que tem por escopo o resíduo do significado deixado pela teoria semântica e que, quanto mais abrangente esta última, menos resíduo deixará para a primeira. Em outras palavras, essa definição ainda não abrangeria alguns fenômenos do significado, deixando para a Pragmática, e assim justificando a existência desta, um resíduo maior ou menor para que se ocupe¹³.

A Pragmática, ainda assim, teria sua autonomia, pois “há pelo menos uma meia-dúzia de diferentes tipos de componentes de significado ou implicações (ou inferências) envolvidos no significado dos enunciados da linguagem natural” (LEVINSON, 1983, p.13). Muitos desses componentes da significação são canceláveis por características do contexto e são “aspectos particularmente inapropriados” (LEVINSON, op. cit., p.13) a uma teoria semântica.

Alguns dos componentes que Levinson elenca no conteúdo comunicacional de um enunciado são:

- (1) condições de verdade ou acarretamentos;
- (2) implicaturas convencionais;
- (3) pressuposições;
- (4) condições de adequação;
- (5) implicatura conversacional generalizada;
- (6) implicatura conversacional particularizada;
- (7) inferências baseadas na estrutura conversacional.

¹² “...it is probably too restrictive to reflect accurately current usage”, Levinson, 1983, p.11).

As citações em língua estrangeira são tradução nossa.

¹³ Levinson (1983) ressalva, ainda, que, qualquer teoria pragmática que se pretenda autônoma e complementar dependerá, de qualquer forma, do tipo de teoria semântica adotada. Dependência esta, entretanto, parcial, já que não é possível englobar todos os aspectos do significado em uma única teoria semântica, baseada em princípios homogêneos.

A seleção por uma teoria de um ou mais desses elementos da significação é o que vai determinar o aspecto do objeto de que ela se propõe dar conta, e assim essa teoria terá uma descrição de acordo com a opção feita.

A semântica das condições de verdade é a opção de uma semântica que adota o dito, o literal e convencionalmente expresso, ou seja, tal semântica, por ser predizível e de escopo mais preciso, deixa lugar complementar para a Pragmática. Aqui Levinson (1983) expressa claramente a possibilidade da interface Semântica-Pragmática. Igualmente, assumimos a semântica das condições de verdade como a base semântica deste trabalho.

À Pragmática cabe, então, o estudo da comunicação, e esta envolve participantes e intenções, bem como distingue a transferência incidental de informação do ato comunicacional em si. Grice (1957-1975) contribui sobremaneira para essa distinção ao caracterizar o significado natural e o significado não-natural (*mean-n* e *mean-nn*).

A comunicação, conforme Grice, em que a intenção do falante é efetivamente reconhecida pelo ouvinte, tornando-se um conhecimento mútuo, é o significado-*nn*¹⁴. Dessa forma, Grice distingue o *dito* do *implicado* pelo dito. A noção de contexto na Teoria das Implicaturas, como veremos no capítulo 2, está presente nessa diferenciação, completando o dito ou cancelando o implicado.

O dito está relacionado ao significado convencional das palavras; o implicado (daí o termo implicatura) está além do significado convencional das palavras empregadas e é comunicado intencionalmente.

A definição de Pragmática pode, então, a partir do significado-*nn*, abranger fenômenos como a ironia, a metáfora e implicações indiretas depreendidas do dito, itens (3)-(7) acima.

Nesse ponto de sua explanação, Levinson (1983) assume que a Pragmática é a disciplina que se ocupa com os aspectos não incluídos no escopo da Semântica, portanto, com o significado de enunciado (tomado como o par sentença mais o contexto da enunciação). Contudo, o autor chama a atenção para alguns problemas resultantes da dificuldade de distinguir sentença de enunciado, embora

¹⁴ As noções de significado-*n* e significado-*nn* viriam a influenciar a obra de Searle, cuja contribuição para o desenvolvimento da Pragmática foi comentada na seção 1.1 deste trabalho.

sejam noções fundamentais tanto para a Semântica quanto para a Pragmática. Isso porque há casos, por exemplo, em que o significado de sentença expressa todo o significado do enunciado, e ter-se-ia que subtrair o significado de sentença para se obter o significado de enunciado. Então, a Pragmática voltaria a ser definida como o resíduo da Semântica. Além de problemas como aspectos da sentença que não têm tratamento em uma semântica das condições de verdade que, nesse caso, deveria dar conta do significado de sentença (em oposição ao significado de enunciado). Por exemplo, as implicaturas convencionais e pressuposições, aspectos convencionais, mas não sujeitos às condições de verdade do significado de uma sentença. A implicação contida na sentença: 'João é jovem, *mas* não é alegre' ilustra como a partícula "mas", que é substituída por "e" na lógica das condições de verdade, é um elemento convencional que não tem um tratamento adequado em uma teoria semântica baseada no significado de sentença.

Ou, no caso da dêixis, em que uma sentença do tipo: *Daqui a uma semana eu serei uma mulher de quarenta anos*, exigirá condições de verdade dependentes de fatores contextuais, pois será verdadeira somente se for enunciada por alguém que seja mulher, de trinta e nove anos e que estiver por completar quarenta anos dentro de uma semana no momento da enunciação.

Outra diferenciação entre Semântica e Pragmática é a que diz que o objeto da primeira é o estudo do significado livre de contexto e o da segunda o significado no contexto (de uso). Esta definição enfrenta o mesmo problema da definição anterior, pois também repousa na distinção significado de sentença e significado de enunciado, o que, para Levinson, não é satisfatório, pela falta de clareza na distinção dessas noções para estabelecer os limites entre Semântica e Pragmática.

Uma definição discutida por Levinson (1983), e que evidencia a importância da noção de contexto para distinguir Semântica e Pragmática, é a que considera esta última como o estudo das relações entre linguagem e o contexto necessário para a sua compreensão.

Tal ponto de vista inclui, na compreensão de uma forma lingüística enunciada em um dado contexto, as inferências resultantes de pressuposições, implicaturas, força ilocucionária, entre outras implicações pragmáticas. A limitação dessa definição é que ela atribui ao escopo da Pragmática a interação entre o conhecimento lingüístico e todo o conhecimento de mundo dos agentes da comunicação. Isso seria demasiado amplo para a Pragmática ocupar-se, uma vez

que exigiria que os princípios que subjazem à interação entre enunciados e suposições fossem sistematizados. Veremos este aspecto na Teoria da Relevância e no modo como esta teoria dá conta de forma satisfatória da seleção do contexto para a compreensão.

Em uma definição dessa amplitude, faz-se necessária a explicitação da noção de contexto. Levinson tenta esclarecer o conceito distinguindo as reais situações de enunciação em toda a sua extensão e a seleção de características em um conjunto de traços lingüística e culturalmente necessários para a compreensão (produção e interpretação) de enunciados.

Levinson (1983) cita Lyons (1979)¹⁵, a quem chama de corajoso, por listar as seguintes variáveis como definidoras de *contexto*, acima dos princípios universais da lógica e do uso da linguagem¹⁶:

- (1) conhecimento do papel e situação social dos agentes da interação;
- (2) conhecimento da localização e do tempo em que ocorre a interação;
- (3) conhecimento do grau de formalidade;
- (4) conhecimento do canal e da linguagem apropriada para o canal;
- (5) conhecimento do tema apropriado;
- (6) conhecimento da origem do registro da língua, conforme as variações que ela apresentar (quanto à atividade ocupacional ou profissional dos falantes envolvidos, por exemplo).

Para Ochs (1979), – citado por Levinson (1983) – a noção de contexto também é difícil de definir: os fatores sociais e psicológicos devem ser incluídos, o que compreende as crenças dos usuários da língua sobre a noção espaço-temporal e social, assim como o conhecimento de ações anteriores, presentes e futuras e o grau de atenção dos participantes da interação.

¹⁵ Lyons lista essas variáveis como conhecimento ou competência que influenciam na adequação situacional de enunciados, o que esse autor considera essencial para a Semântica, sendo esta o ramo da Semiótica que se propõe a tratar de como o significado é comunicado pela linguagem, o que pressupõe a inclusão de uma teoria de adequação contextual.

¹⁶ “(...) tipos de conhecimento que os participantes devem ter em um evento lingüístico, além e acima de seu conhecimento das regras fonológicas e gramaticais do sistema lingüístico e do sentido e denotação de lexemas (...) Sob esse conhecimento podemos incluir uma compreensão de certos princípios lógicos universais (...). LYONS, John. **Semantics**. 2 v. Cambridge: Cambridge University, 1979, p. 574.

Levinson acrescenta a esta lista a relevância das crenças dos participantes e a posição do enunciado na seqüência do discurso do qual faz parte. Também chama a atenção para o fato de que a noção de contexto varia de acordo com a teoria que a utiliza, pois nenhuma teoria pode predizer a relevância de todos os fenômenos existentes do contexto, o que sugere, para nós, a heterogeneidade da noção em estudo nesta pesquisa, a ponto de Bar-Hillel (1954), entre outros, afirmar sua vaguidade.

François Récanati (2004), um dos principais defensores do contextualismo¹⁷, por exemplo, aceita uma definição geral de contexto como o pano de fundo de suposições e práticas das quais o significado lingüístico depende.

O que parece certo é que a questão não está de forma alguma decidida e estamos já bem longe de uma primeira definição “ingênua” de contexto como “coisas no mundo circundante”.

No entanto, podemos adotar o ponto de vista de que a natureza dos aspectos do contexto que influenciam na produção e interpretação de enunciados deve poder ser explicada por uma teoria pragmática. Assim, mais uma vez, observamos a sugestão de interface entre Semântica e Pragmática, pois a Pragmática pode então ser definida como a teoria que se ocupa dos aspectos do significado não tratados pela Semântica, embora a autonomia de uma em relação à outra não seja promissora para a investigação do significado em linguagem natural.

Levinson (op. cit.) deixa a definição da noção de contexto inconclusa, mas, por intermédio de seu roteiro, pudemos verificar que o contexto está intimamente ligado às definições de Pragmática por ser um elemento de significação de natureza pragmática por excelência.

Finalizando nossa explanação sobre as definições da Pragmática, a relação Semântica-Pragmática e o contexto, há que se ressaltar que muitos outros estudos teóricos mereceriam nossa atenção na relação que enfocamos aqui, mas isso fugiria ao propósito deste trabalho, no qual não pretendemos ser exaustivos.

Ainda assim, esta seção pretendeu introduzir o tema contexto nas teorias, indicando algumas das formas que essa noção pode tomar em uma teoria semântico-pragmática.

¹⁷ De acordo com o contextualista, os atos de fala são os portadores primários do conteúdo semântico: uma frase expressará um conteúdo apenas num contexto particular, e uma mesma frase pode expressar diferentes conteúdos em diferentes contextos.

1.3 O Cálculo do Contexto

Nesta seção, apresentamos o cálculo do contexto sugerido por Levinson (1983), em um diálogo, para exemplificar os tipos de fatos que uma teoria pragmática tem por escopo descrever, justificando-se, assim, as definições de Pragmática e sua relação com o contexto que vimos acima. Aqui, mais uma vez, verificamos o contexto como o elemento teórico capaz de representar a descrição e a explicação de como uma troca verbal, no caso, permite inferir além do dito ou explícito. Temos também o objetivo de mostrar, com este exemplo, como o contexto pode ser interpretado em uma conversação, sem o olhar de uma teoria específica, como uma comparação com os cálculos que apresentaremos nos próximos capítulos.

Duas observações de Levinson nos levaram a incluir esta seção: 1- as inferências que apresentamos a seguir poderiam estar circunscritas em uma teoria semântica, como “parte do conteúdo semântico das três sentenças” (LEVINSON, 1983, p. 49). 2- Levinson observa que, em vez disso, as suposições deduzidas dos enunciados apresentados refletem nossa capacidade de cálculo do contexto em que eles são usados. São inferências sistemáticas, de tal forma podem ser codificadas por diferentes intérpretes da mesma maneira: “(...) sem a maioria delas, a troca não pode ser entendida; a maioria delas, portanto, deve ser parte do que é comunicado, no sentido estrito de Grice de significado-*nn*” (LEVINSON, 1983, p. 49).

O exemplo que segue é uma adaptação de Levinson.

- 2 (C) Então você pode, por favor, voltar aqui imediatamente?
 (D) Bem, eu tenho que ir ao Rio de Janeiro ainda hoje, senhor.
 (C) Hum, que tal nesta quinta-feira?

Então, segue-se de (2):

1. A conversa não estava no início e (C) diz o primeiro enunciado do exemplo já levando em conta enunciados anteriores. Isso pode ser inferido pelo fato de que o primeiro enunciado inicia por “então” e porque não há uma saudação típica do início de uma conversa que, no caso, parece ser telefônica; também pelo

fato de os falantes possivelmente não estarem na presença um do outro, o que pode ser inferido pelo fato de (C) pedir a (D) para “voltar” no local, uma característica que liga a inferência à forma.

2. Também não é o final da conversação, já que não há uma despedida explícita esperada em uma conversa telefônica, como “até quinta-feira”.

3. (D) diz que tem que ir ao Rio de Janeiro no dia da conversação, o que quer dizer, implicitamente, que, em princípio, (D) não poderá atender o pedido de (C).

4. (C) parece ser superior de (D), já que (D) se dirige a (C) como “senhor”, demonstrando respeito e deferência. “Senhor” implica convencionalmente que (C) é do sexo masculino.

5. Embora (C) use a expressão “por favor”, quando ele, falante, utiliza a expressão “imediatamente”, parece estar dando uma ordem, o que reforçaria sua autoridade, embora de forma polida.

6. (C) assume como conhecimento compartilhado por (D) o local onde ele se encontra, portanto (D) conhece o local por já ter estado nele, o que pode ser inferido pelo verbo “voltar”.

7. (C) e (D) não estão no mesmo local naquele momento e não estão no Rio de Janeiro. “Aqui” sustenta essa inferência.

8. Além disso, a expressão “imediatamente” sugere que o tempo que (D) levaria para chegar até o local onde ele está é curto, portanto eles estão na mesma cidade.

9. O dia da conversação não é quinta-feira e também não é “amanhã”, portanto, parece que “hoje” não é quarta-feira.

10. O fato de que (D) nega indiretamente o pedido de (C) provoca a inferência de que, para ir ao Rio de Janeiro “ainda hoje”, (D) deve ter como prioridade o que tem que fazer lá.

Outras inferências ainda poderiam surgir em uma análise exaustiva do exemplo acima. Tal como que, com a expressão “hum”, (C) deve estar pensando na alternativa que dará a (D), ou que essa manifestação expressa contrariedade, ou frustração, e assim por diante.

É importante, entretanto, demonstrar que uma mudança do contexto, como a entonação, pode mudar o cálculo desse *token*, tornando evidente como o conhecimento do contexto pode mudar a significação dos enunciados e como esse

conhecimento envolve inúmeros fatores. Dito com graça, por exemplo, (C) pode ser um namorado falando com a namorada de uma peça para outra da casa e que ele “ordena” (ironicamente) que ela se aproxime para fazerem as pazes. De forma cooperativa com a brincadeira, ela responde chamando-o de “senhor”, não havendo a inferência da relação de superioridade, e muitas outras situações que se poderia utilizar para testar a influência do contexto na interpretação, demonstrando o quanto as inferências dependem das suposições dos participantes e do propósito para o qual os enunciados são usados.

Quanto à dêixis, fenômeno que faz a conexão do enunciado com o contexto de sua produção, conforme vimos nos estudos de Bar-Hillel (1954), limitar-nos-emos a assumir que este é um fenômeno que relaciona língua e contexto; que são marcas gramaticais particulares em cada língua, as quais codificam certas características do contexto do enunciado ou evento de fala. Tradicionalmente, indicam pessoa, tempo e lugar. A dêixis de pessoa aponta os participantes da conversação, por meio dos pronomes de primeira, segunda e terceira pessoa (falante, ouvinte e alguém fora dos papéis anteriores no enunciado). A dêixis de lugar indica o local, dá a dimensão espacial onde os participantes da troca estão inseridos. Os demonstrativos e os advérbios são bons exemplos: *este, aquela; aqui, lá*. A dêixis de tempo indica o tempo em que ocorreu o enunciado. A gramaticalização do tempo está nos advérbios de tempo e nos tempos verbais.

Além dessas categorias tradicionais, Levinson (1983) cita a dêixis do discurso e a dêixis social.

Há diversos aspectos da dêixis, como a troca de turno entre falante e ouvinte, alterando o centro dêitico, que escapam ao escopo deste trabalho.

Nosso interesse na noção de *dêixis* é a de que ela se constitui em uma ponte entre uma análise semântica e uma análise pragmática de um dado enunciado.

O primeiro fato importante no exemplo acima é que estamos diante de fenômenos no nível semântico, mas dependentes de informações implícitas e extralingüísticas, de natureza pragmática, necessárias para uma interpretação na interface. Uma dessas informações é o conhecimento do contexto, para a atribuição de referentes, determinação dos dêiticos de lugar, etc. Em segundo lugar, assumimos com Levinson que a explicação de como processamos o dito, calculando o implicado no dito, entendendo além do que é dito, é uma capacidade universal, cuja descrição pode definir o que é um fenômeno pragmático.

Nesta seção observamos o papel do contexto em uma conversação pela sua derivação do significado além do que é dito no enunciado e para determinação de referentes e de conhecimentos que ultrapassam o nível lingüístico, o que caracteriza a natureza pragmática desse conceito.

Veremos outras metodologias do cálculo inferencial do contexto no próximo capítulo, quando trataremos da Teoria das Implicaturas (1991) e do Modelo Ampliado de Costa (1984).

Na próxima seção, faremos algumas observações sobre a noção de humor, impressa nos textos de Millôr Fernandes, que testam a aplicabilidade da noção de contexto das teorias aqui analisadas.

1.4 Sobre a noção de humor

Embora o foco deste trabalho não tenha como tema a noção de humor, achamos necessário apresentar, ainda que de forma breve, algumas definições a esse respeito, uma vez que o tipo de texto que testa a aplicabilidade das teorias neste estudo se vale do humor para comunicar, além de ser um conceito altamente dependente de fatores contextuais.

Do ponto de vista da comunicação, o texto humorístico é usado para transmitir mensagens diversas, como nos *slogans* publicitários, na área literária e de entretenimento ou jornalística, que utilizam o humor para extrapolar o sentido literal.

A noção de humor é tão complexa de definir quanto a noção de contexto, embora já tenha sido tratada por vários filósofos.

Em um primeiro momento, somos tentados a defini-la em oposição a outros aspectos do cômico, como a ironia ou a sátira.

Não podemos, ainda, ignorar sua relação com o nosso tema, ou seja, seu apelo ao contexto, sugerido por uma vertente psicológica e de expressão do humor, como forma de pensamento e, portanto, de cunho cognitivo.

A ironia pode ser definida como uma simulação sutil de dizer uma coisa por outra. Sócrates chamou-a de *docta ignorantia*, ignorância fingida, já que sua utilização tem um objetivo preestabelecido. Em Aristóteles e S. Tomás de Aquino, a

ironia é definida como um apelo à benevolência alheia pelo fingimento de falta de capacidade de julgamento. A partir de Kant, a ironia toma a forma de algo aparente. Este ponto de vista reflete-se no tratamento tradicional da ironia como uma figura de linguagem que comunica o oposto do que é dito em termos literais. A ironia também é definida como um estudo cognitivo, no qual a “cognição da ironia” é analisada como o reconhecimento da discrepância que se verifica “entre a cognição posterior e anterior de algum evento ou coisa relevante” (HAMAMOTO, 1997, p. 264).

A sátira tem caráter corrosivo e implacável e é utilizada para a crítica, a expressão de indignação contra abusos, a crítica aos costumes, assim como para denunciar injustiças e apontar defeitos. Pode expressar-se de forma sutil ou cruel.

E, de fato, o humor pode produzir a sátira e a ironia.

Logo, o humor é a mais subjetiva e a mais individual categoria do cômico, pelos níveis de comunicação que atinge. É plausível definir humor neste sentido: para algo ser humorístico, é preciso que ele desperte a hilaridade nas pessoas por meio de sua percepção ou de sua cognição deste algo, e não por outras razões.

As três idéias principais em teoria filosófica do humor são: incongruência, superioridade e liberação.

Embora a noção de incongruência esteja normalmente ligada ao fato de se achar alguma coisa engraçada, e a resolução de uma incongruência tenha um importante papel no bom humor, nenhuma das idéias filosóficas sobre o humor, tomadas em si mesmas ou combinadas com as outras, são capazes de capturar o conceito de humor.

O humor não é idêntico à percepção prazerosa de uma incongruência, ao prazer em sentir-se superior, ao alívio da tensão ou à liberação da energia mental acumulada, ou qualquer combinação desses elementos. Ele é um tipo de reação prazerosa que tende a resultar no riso se a reação é suficientemente intensa. Logo, alguma coisa é engraçada se ela satisfaz a audiência ao ser capturada, assim levando, embora não inevitavelmente, ao riso.

Nessa perspectiva, o humor depende do grau de adequação, da personalidade do falante e da audiência, em alguns casos do espaço físico a que faz alusão, do conhecimento de mundo dos interlocutores, de fatores culturais, do ambiente cognitivo, para citar alguns fatores contextuais intrínsecos à sua expressão; pode gerar implícitos pelas suas características intrínsecas e pelo

conseqüente uso da linguagem de uma determinada forma. E nisso é comparável à metáfora e a outras figuras de linguagem, às quais, aliás, também pode imprimir seu caráter hilário.

Por isso, neste trabalho, o humor aparece como uma unidade significativa pragmática, sob forma de ironia, principalmente, corroborando para a interface interna de que tratamos.

Na aplicação da noção aqui investigada, o contexto, o texto humorístico escolhido como instrumento trará clareza à forma como captamos o elemento extralingüístico sob o foco das teorias aqui abordadas.

E como estamos tratando de humor e de Millôr Fernandes, transcrevemos a opinião do autor a respeito:

Análise

Durante anos fiz, na revista O CRUZEIRO (*), uma seção chamada Aprenda a ver as coisas, com criptos gráficos, imagens figurativas disfarçadas de modo que seja difícil, ou impossível, identificá-las. Quando o significado é identificado, descoberto, a sensação é "estética" e... engraçada. Por quê? Não procurem explicação em Freud, nunca vi ninguém que entendesse menos de humor. Ou em O Riso, de Bérqson: também passa longe do fenômeno. Nem esperem que eu explique nada, humor é inexplicável. (*) Revista semanal extremamente popular no Brasil. Circulou de 83 A.C a 21 D.C.¹⁸

1.5 Conclusão

A noção de contexto foi abordada por filósofos, lógicos e lingüistas de grande importância por ser um dos elementos pragmáticos capazes de justificar a disciplina *Pragmática* e delimitar seu escopo, na busca de uma abordagem completa da significação em linguagem natural.

Neste capítulo, procuramos mostrar que a noção de contexto é um dos fenômenos extralingüísticos típicos que está, filosófica e historicamente, em relação direta com o surgimento da Pragmática e com as disputas sobre seus limites com a Semântica. Mostramos que o contexto está intimamente ligado às definições de Pragmática.

¹⁸ Do site: www.pensador.info/autor/Millor_Ferandes/JCO

Acreditamos ter configurado de forma suficiente para esta investigação, através do percurso histórico-teórico sobre as bases da distinção entre Semântica e Pragmática desde o surgimento da última, a interface entre as duas disciplinas, que assumimos como um pré-pradigma de período normal na Lingüística.

O cálculo do contexto mostra que a própria noção de contexto faz parte de uma racionalização, a qual necessita dos elementos lingüísticos e extralingüísticos para complementar o conteúdo semântico das sentenças em uso.

No texto humorístico, particularmente na definição de humor, tem-se um recurso para se demonstrar essa dependência contextual da significação.

2 O CONTEXTO NA TEORIA INFERENCIAL DAS IMPLICATURAS

Neste capítulo analisaremos a Teoria das Implicaturas, doravante TI, de Paul Grice (1991)¹⁹. Nosso principal objetivo é sistematizar os pontos relevantes da teoria que contribuem para a análise do tema proposto, a saber, a noção de contexto na significação.

A escolha da TI como parte deste estudo deve-se ao fato de Grice ter introduzido o conceito pragmático de *implicatura* nos estudos sobre a linguagem, abrindo caminho para outros modelos teóricos e recrudescendo o debate sobre os limites entre Semântica e Pragmática.

Grice (1991), como já afirmado, distinguiu o que é dito pelo falante em um enunciado e o que é implicado no que é dito. Sua concepção de contexto está configurada nessa dicotomia, no papel que é dado a este conceito de adequar e enriquecer uma implicatura, determinar sua tipologia e permitir seu cálculo ou cancelá-la. O contexto também é parte da operacionalização do Princípio de Cooperação (PC). Nessa perspectiva, a implicatura apresenta-se como o elemento capaz de descrever e explicar a noção de contexto na teoria de Grice.

O contexto histórico em que Grice concebe sua teoria encontra-se no primeiro capítulo deste trabalho, por isso iniciaremos diretamente nossas considerações apresentando a teoria proposta por Grice (1991) em *Logic and Conversation*.

Nesse artigo, Grice propõe o que veio a ser chamado Teoria das Implicaturas (TI), na qual o êxito da comunicação ocorre pelo simples reconhecimento, da parte do ouvinte, da intenção comunicativa do falante. Isso é possível através do Princípio de Cooperação e suas máximas, por estabelecerem um acordo tácito entre os interlocutores. A TI é uma teoria de caráter lógico-cognitivo-comunicacional. Lógico, porque tentou compatibilizar uma Semântica das condições de verdade com uma Pragmática do enunciado dependente de contexto; cognitivo, porque está

¹⁹ Grice apresenta sua teoria no artigo *Logic and Conversation*, em palestra proferida pelo autor em um seminário organizado pela Universidade de Harvard em homenagem a Sir William James, em 1967. Nossa referência neste capítulo é a publicação de *Studies in the Way of Words*, de 1991, que reúne os artigos do autor.

fundamentada na intenção do falante e comunicacional, porque seus princípios são voltados para a comunicação humana.

A maior contribuição de Grice foi a de organizar as inferências pragmáticas, as implicaturas, de forma a demonstrar a viabilidade de aplicação de uma semântica de base lógica aos aspectos comunicacionais problemáticos para esse tratamento até então, incluindo o contexto. Tanto que, a Teoria das Implicaturas inaugura uma série de debates a respeito do papel dos implícitos na compreensão do significado lingüístico.

Carston (2004), por exemplo, defende que o que é implicado deve ser tanto convencional (provocado pelo significado estável das expressões lingüísticas) quanto conversacional (dependente da suposição de que o falante está seguindo princípios racionais de conversação). O conceito de *implicatura* coloca sob um rótulo comum esses dois aspectos do significado, mas o ponto que parece uni-los é que o implicado não contribui para o conteúdo das condições de verdade do enunciado – a proposição expressa no que é dito. A partir dessa interpretação, Carston escreve, em 2004, *Truth-conditional content and conversational implicature*.

Na abordagem teórica da relevância, a distinção é entre enriquecimentos pragmáticos e significado codificado, por um lado, e implicaturas conversacionais genuínas, por outro, uma distinção que é refletida em nossas intuições sobre o conteúdo que cai no escopo de operadores lógicos, e cujos mecanismos de interpretação do enunciado postulados pela teoria são construídos para o modelo. Esta abordagem preserva o *insight* griceano original de que a característica distintiva das implicaturas (não importa quando e como elas emergem) é que elas são componentes não sujeitos às condições de verdade do significado do enunciado. (CARSTON, 2004, p.1)²⁰

O contexto, nesse sentido, não aparece como parte do convencionalmente expresso, pois, como assinala Carston (2004) no ensaio citado acima, Grice considera como uma característica das implicaturas o fato de que elas são

²⁰ No original: *On the relevance theoretic approach, the distinction is between pragmatic enrichments of encoded meaning, on the one hand, and genuine conversational implicatures, on the other, a distinction which is reflected in our intuitions about the content falling in the scope of logical operators, and which the mechanisms of utterance interpretation posited by the theory are set up to model. This approach preserves the original Gricean insight that the distinguishing characteristic of implicatures (wherever and however they arise) is that they are non-truth-conditional components of utterance meaning.*

componentes não sujeitos às condições de verdade do significado do enunciado, o que vem a reforçar sua natureza pragmática e a sugerir que o conteúdo semântico da sentença deverá ser complementado.

Jaszczolt (2003) levanta a questão de que, além da análise da estrutura da sentença e do conteúdo lexical, que contribuem em uma análise das condições de verdade, temos que buscar o significado em fontes externas. A mais importante dessas fontes, afirma a autora, é o contexto da enunciação – amplamente definido como o conhecimento de *background* dos participantes de uma troca comunicacional, informação trazida de fora para o discurso, assim como a experiência de mundo.

Os aspectos salientados por Jaszczolt e Carston são descritos na Teoria das Implicaturas (TI), nos conceitos fundamentais diferenciados por Grice: o *dito* e o *implicado*, o conhecimento lingüístico e o conhecimento extralingüístico – o contexto, ambos necessários na derivação de uma implicatura. São aspectos que salientamos neste capítulo, tendo em vista que eles indicam o âmbito em que se localiza a noção de contexto na interface Semântica-Pragmática na TI.

Para descrever a Teoria das Implicaturas (TI) e sua noção de contexto e as contribuições para o tema contexto do Modelo Ampliado de Costa (1984), o presente capítulo subdivide-se em quatro seções: 2.1 *O Modelo Clássico de Grice* 2.2 *A definição de contexto no Modelo Ampliado de Costa (1984)*; 2.3 *Análise do contexto em Millôr Fernandes sob a ótica da Teoria das Implicaturas*; 2.4 *Conclusão*.

A primeira seção, 2.1 *O Modelo Clássico de Grice*, apresentando o cálculo das implicaturas, a tipologia das implicaturas, o Princípio de Cooperação (PC) e as propriedades das implicaturas, de forma a tratar dos tópicos relevantes da TI para nossa explanação.

Em 2.2, *A definição de contexto no Modelo Ampliado de Costa (1984)*, paralelamente ao modelo de Grice, abordaremos o modelo de Costa (1984), onde a definição de contexto dada por este teórico virá a enriquecer nosso trabalho.

Na seção, 2.3 *Análise do contexto em Millôr Fernandes sob a ótica da Teoria das Implicaturas e do Modelo de Grice Ampliado*, verificamos a aplicabilidade da noção de contexto, levando em conta a teoria griceana e o modelo de Costa.

Na seção 2.4 *Conclusão*, concluímos a contribuição deste capítulo para a abordagem da noção de contexto.

2.1 O Modelo Clássico de Grice

Nesta seção, abordaremos os tópicos da Teoria das Implicaturas – TI, que têm relação com nosso tema, a fim de explicitar a noção de contexto na teoria.

Em primeiro lugar, apresentaremos o cálculo de uma implicatura conversacional, relevante para este trabalho, porque o cálculo inferencial dado por Grice (1991) será utilizado na conferência da aplicabilidade da noção de contexto na TI. Em seguida, apresentaremos a tipologia das implicaturas e o Princípio da Cooperação (PC). Por último, consideramos as propriedades das implicaturas.

Ao longo dessa apresentação, pontuaremos a relação entre os tópicos da teoria e a noção de contexto.

O cálculo de uma implicatura conversacional

A TI desenvolve o conceito de implicatura, uma inferência a partir do dito, que repousa na intenção de comunicação do falante e que pode ser reconhecida como uma *implicatura conversacional*, diferentemente de uma *implicatura convencional*. Na implicatura conversacional o falante fornece para o ouvinte o contexto para a interpretação de seu enunciado. Essa noção de contexto em Grice aparece de uma forma implícita, no sentido de que ele não fornece uma definição de contexto, mas reconhece as implicaturas conversacionais como dependentes de contexto.

Grice (1991) caracteriza uma implicatura conversacional conforme abaixo:

Se, ao dizer p , alguém implica q , pode-se dizer que foi implicado q , uma vez que:

- (a) se presume que o falante esteja observando as máximas conversacionais, ou, no mínimo, o PC (Princípio de Cooperação);
- (b) haja a suposição de que o falante está consciente que, ou pensa que, q é necessário para que seu dito p seja consistente com (a): que ele está observando as máximas conversacionais ou, pelo menos, o PC;

- (c) o falante esteja presumindo que (e presume que o ouvinte saiba que ele pensa isso) o ouvinte seja capaz de supor intuitivamente que (b) é necessário.

O processo acima é uma racionalização que se dá de forma intuitiva por parte do ouvinte, mas necessita de alguns dados para chegar do *dito* ao *implicado*:

- (d) o significado convencional das palavras, combinado com a atribuição de quaisquer referentes envolvidos no enunciado do falante;
- (e) o PC e as máximas conversacionais;
- (f) o contexto, lingüístico ou não, da produção do enunciado;
- (g) o conhecimento de *background*; e
- (h) o conhecimento de que todos os itens relevantes anteriores são parte do conhecimento mútuo de ambos, falante e ouvinte, e de que eles sabem disso.

Nesse ponto, o contexto na TI está ligado ao processamento de uma implicatura conversacional como um elemento constituinte das condições necessárias para complementar o dito.

A partir das considerações acima, Grice formula um padrão geral de dedução da implicatura, o cálculo racional que o ouvinte deve percorrer para que a implicatura seja reconhecida e interpretada:

Ele disse que *p*; não há razão para supor que ele não esteja observando as máximas, ou pelo menos o PC; ele não poderia estar fazendo isso a não ser que ele pensasse que *q*; ele sabe (e sabe que eu sei que ele sabe) que eu posso ver que a suposição de que ele pensa que *q* é necessária; ele não fez nada para me impedir de pensar que *q*; ele tem a intenção de que eu pense, ou pelo menos quer me deixar pensar que *q*; logo, ele implicou que *q*. (GRICE, 1991, p. 31)

A implicatura conversacional explica como é possível veicular informação lingüística além do que é literalmente dito pelo falante, incluindo dados do contexto, e que é, de fato, compreendida pelo ouvinte.

É nesse sentido que Grice elabora sua teoria, tendo como uma questão central da comunicação o reconhecimento pelo ouvinte das intenções do falante, fornecendo a base teórica para o tratamento dos implícitos, ou o que é *implicado*

pelo *dito*. E é no processo de racionalização para produzir e resgatar uma implicatura, como descrito acima, que a teoria contempla a noção de contexto. Vejamos a tipologia dessas implicaturas e sua relação com o contexto.

A tipologia das implicaturas

Grice (1991) classificou as implicaturas como **convencionais** e **conversacionais** e as últimas subdividem-se em **particularizadas** e **generalizadas**. As primeiras são determinadas por elementos convencionais da linguagem utilizados pelo falante em certos enunciados, como as conjunções “portanto”, ou “mas” e “até”. As segundas decorrem de inferências diretamente relacionadas a mecanismos da conversação. Esses mecanismos, segundo Grice, ocorrem de esforços cooperativos, como veremos ao abordar o Princípio de Cooperação. Em outras palavras, implicaturas dependentes das palavras usadas convencionalmente na sentença enunciada são **implicaturas convencionais** (não dependem de contexto); as **implicaturas conversacionais** podem ser **generalizadas** (dependentes de um contexto geral) ou **particularizadas** (dependentes de um contexto particular).

As **implicaturas conversacionais generalizadas** não dependem de um contexto específico ou, em outras palavras, têm menor grau de dependência contextual do que uma implicatura particularizada; exigem o conhecimento lingüístico, que determina o significado resultante da combinação das palavras.

Grice reconhece que esse tipo de implicatura está muito próxima de ser entendida como uma implicatura convencional, mas afirma que um exemplo como este é indiscutível: Maria estava acompanhada de *um* homem. Este enunciado implica que o homem não era um homem próximo a Maria, como seria especificado caso fosse o marido ou o irmão de Maria. Outro exemplo seria:

1(A) Marcelo tem *três* carros.

Esse exemplo gera a implicatura generalizada de que Marcelo possui exatamente três carros. Supondo-se que a primeira máxima de Quantidade está sendo observada, o falante está fornecendo a informação necessária para a comunicação, nem mais, nem menos. O significado de que Marcelo tem “exatamente três” carros é uma implicatura, pois ele poderia ter “pelo menos três” e,

se ele tivesse quatro, ou mais, seguiria sendo verdade que ele tem três. Pode-se notar que a lógica da conversação elimina a ambigüidade da Lógica, que trata “pelo menos *x*” e “exatamente *x*” no mesmo nível de representação. Trata-se de uma implicatura conversacional generalizada.

Já as implicaturas conversacionais particularizadas dependem de contexto específico e são geradas pela observação ou aparente violação das máximas do Princípio da Cooperação, o que veremos logo a seguir.

Grice caracteriza a noção de **implicatura conversacional** com o seguinte exemplo:

A e B conversam sobre um amigo comum C.

A pergunta a B como está C em seu emprego.

B responde: Oh, muito bem, eu acho; ele gosta de seus colegas e ainda não foi preso.

Ele analisa: B implicou, sugeriu ou quis dizer algo que A deve buscar entender. Então, afirma que o significado do que B disse é diferente do que ele implicou. Assim ele introduz o conceito de implicitar (*implicate*); implicatura (*implicature*) e implicitado (*implicatum*).

Seguindo o cálculo proposto por Grice, no exemplo acima, (A) realiza o seguinte raciocínio ao ouvir a resposta de (B):

- (i) *B* aparentemente violou a máxima de Relação, mas não tenho por que supor que ele não esteja observando o PC;
- (j) Devo supor a irrelevância de sua resposta como aparente por entender que *B* acredita que *C* é desonesto;
- (k) *B* sabe que eu sei que ele acredita que *C* é desonesto; logo, *B* está de fato implicando que *C* é potencialmente desonesto.

O importante para nosso tema é que, na caracterização de uma implicatura conversacional, Grice cita o contexto, quando diz que é desnecessário para *A* perguntar a *B* o que ele quis dizer ou sugeriu com sua resposta, que está previamente clara no contexto. Parece-nos que essa leve menção ao contexto no artigo de Grice indica que, para ele, o que o falante *implica* é diferente do que disse e é dependente de contexto, ou seja, da situação ou do conhecimento dado como

mútuo entre falante e ouvinte. A implicatura é dependente, portanto, do contexto da enunciação, que possibilita a expressão pelo falante de uma intenção que será reconhecida pelo ouvinte a partir dos dados (d) a (h) da página 43, o que envolve conhecimento extralingüístico.

O que é dito fica relacionado ao significado convencional das palavras utilizadas no enunciado, o dado lingüístico. Para o completo entendimento do que é dito, entretanto, deve-se saber (a) a identidade de x (de quem se fala); (b) o tempo da enunciação; (c) o significado de uma sentença na ocasião da enunciação.

Com isso posto, Grice indica como se estabelece a diferença entre o *dito* e o *implicado*, e também quais os elementos contextuais necessários para a interpretação de um enunciado, presentes antes do processo de compreensão ter início (de conhecimento mútuo). Em outras palavras, Grice distingue o significado de *dizer* como: o significado literal das palavras da sentença em uso do que é *implicado* pelo falante, ou seja, o que ele quer dizer com o que é dito, ou sua intenção, dando o contexto como conhecimento mútuo antes de o ouvinte iniciar o processo inferencial.

Dessa forma, fica clara a interface Semântica-Pragmática, em que o elemento semântico, a sentença sujeita às condições de verdade, é complementado pelo elemento pragmático, o enunciado dependente de contexto. E que a implicatura conversacional na TI é intrinsecamente dependente da noção de contexto.

O Princípio de Cooperação

O Princípio da Cooperação (PC) é a premissa sustentadora da Teoria das Implicaturas, a de que a comunicação se fundamenta em esforços cooperativos que podem ser reconhecidos na intenção que as pessoas têm de se comunicarem, assim partilhando um conjunto de normas que seria adquirido pelos indivíduos concomitantemente à aquisição da linguagem.

Numa situação de conversação, ou seja, de diálogo, o Princípio Cooperativo é a razão do êxito da comunicação. Independentemente de os interlocutores terem ou não estabelecido previamente os propósitos para a conversação, eles obedecem a uma convenção tácita: as máximas do Princípio Cooperativo. Isso ocorre porque, uma vez que em nossas trocas conversacionais há uma seqüência racional (e não

desconectada), cada participante deve estar observando um propósito comum mutuamente aceito, argumenta Grice (1991)²¹.

O PC apresenta um conjunto de normas subjacentes ao uso eficaz da linguagem de forma cooperativa e mesmo inconsciente, pois não é um sistema prescritivo, e foi formulado por Grice (1991, p. 26) como segue:

Faça sua contribuição como requerida, no momento em que ela ocorre, pelo propósito ou direção da troca conversacional na qual você está engajado.

A estrutura do PC abrange quatro categorias: de Quantidade, de Qualidade, de Relação e de Modo. As máximas estão contidas nas categorias e as submáximas, máximas mais específicas, subdividem as máximas. Uma categoria pode também conter supermáximas, como nas categorias de Qualidade e de Modo.

I Categoria de Quantidade

Relacionada à quantidade de informação que deverá ser fornecida, subdivide-se em duas máximas:

- (a) Faça com que sua contribuição seja informativa na medida necessária para os objetivos da troca.
- (b) Não se exceda na quantidade de informação necessária.

II Categoria de Qualidade

Relacionada à **supermáxima** – Procure fazer contribuições verdadeiras; e às duas **máximas**:

- (c) Não diga o que você acredita ser falso.
- (d) Não diga aquilo para o que você não possa fornecer evidência adequada.

²¹ Grice (1991) sugere que esse comportamento racional, as situações de troca e as expectativas ou presunções verificadas nas máximas conversacionais, ocorrem também em transações não dialógicas. Levinson (1983) concorda que, de fato, o PC parece ter aplicação universal no comportamento comunicativo.

III Categoria de Relação

Relacionada à **máxima**: “Seja relevante”²².

IV Categoria de Modo

Refere-se ao modo como o que é dito deve ser dito e está relacionada também a uma **supermáxima** (como na categoria da Qualidade): “Seja claro”:

- (e) Evite obscuridade.
- (f) Evite ambigüidade.
- (g) Seja breve.
- (h) Seja ordenado.

Segundo Grice, de forma geral, as implicaturas conversacionais surgem de três comportamentos: I- quando as máximas são observadas ou, quando nenhuma máxima é violada; II- quando uma máxima é violada para preservar outra mais relevante; III- quando uma máxima é violada abertamente para produzir uma implicatura. O PC, em qualquer dos casos, segue sendo observado.

Embora na aplicação da noção de contexto na TI, neste trabalho, apareçam apenas algumas das situações acima, apresentaremos uma exemplificação detalhada em cada uma das máximas, pelo fato de serem situações potenciais ligadas às implicaturas particularizadas, dependentes de contexto particular, esclarecedoras de como a noção de contexto pode ser entendida na teoria. Explicitaremos o contexto potencial dado pelo falante em cada exemplo, a fim de tornar claro como o contexto opera na teoria.

²² Grice (1991) comenta a complexidade da máxima da relevância quanto à sua relação com os tipos de foco de relevância que existem, como se modificam, como explicar o fato de que as mudanças de tópico ocorrem legitimamente em uma conversação, etc. Sobre a segunda máxima da Categoria da Qualidade, Grice ressalva que o excesso de informação não constitui propriamente uma transgressão ao PC, mas que pode ser uma perda de tempo ou, o que a torna problemática, pode ser entendido como intencional, levando o ouvinte a um engano se não foi o pretendido. Mas que é uma máxima cujos efeitos são assegurados pela máxima de relevância.

I Quando as máximas são observadas ou, quando nenhuma máxima é violada

2 (A) Mãe, posso dormir fora?

(B) Ainda não completaste dezoito anos!

Contexto: O filho de (B) é menor de idade.

O filho ainda mora com a mãe.

Ele, (A), tem que pedir permissão para dormir fora de casa.

(A) tem regras da mãe a obedecer.

(A) quer fazer algo que a mãe não consente.

Pode-se observar que o contexto, aqui sob forma de um conhecimento mútuo, completa o significado do que é enunciado literalmente. Por outro lado, também, o enunciado de (B) só pode ser entendido nesse contexto. A resposta de (B) está em concordância com o PC e pode perfeitamente ser entendida como uma negativa, uma vez que ambos sabem que (A) não pode dormir fora antes de completar dezoito anos. A aparente violação da máxima da relevância é justamente o que origina a implicatura.

3 (A) Estou com fome.

(B) Há um restaurante na esquina.

Contexto: Um restaurante serve comida (conhecimento de mundo).

O restaurante deve estar aberto no momento da enunciação.

“Na esquina” é um local perto, (A) pode resolver seu problema logo.

(A) deve deduzir que (B) diz que há um restaurante na esquina porque quer implicar que o lugar serve comida e deve estar aberto, e que (A) deve ir ao restaurante para resolver sua fome. Portanto, não há violação do PC, a despeito da aparente quebra da supermáxima de Relação. Se não for dado o contexto acima, para Grice, a implicatura não poderá ser interpretada.

II Quando uma máxima é violada para preservar outra

São casos em que a máxima preservada é suposta como mais relevante que a outra em questão.

4 (A) Onde fica a Etiópia?

(B) Consulte um Atlas.

Contexto: Um Atlas contém uma informação precisa sobre geografia (conhecimento de mundo).

A Etiópia é um país (Conhecimento cultural).

Se (A) está estudando, ele deve buscar informação em livros.

Um Atlas é um livro especializado para responder sobre a localização de países (conhecimento dado como mútuo).

Assumindo-se que o PC está sendo preservado, o exemplo acima demonstra que a máxima de Quantidade é violada pela resposta do interlocutor de 4 (B) por fornecer menos informação do que o requerido. A violação da máxima de Quantidade, no entanto, tem como objetivo preservar a supermáxima da Qualidade, já que (B) não está em condições de fornecer uma resposta precisa ou sincera e acredita que respeitar a supermáxima de fazer contribuições verdadeiras, de não afirmar aquilo para o que não tem evidência adequada, é mais relevante no contexto.

III Quando uma máxima é violada abertamente para produzir uma implicatura

Este comportamento inclui as figuras de linguagem em geral.

1(a) Violação da primeira máxima de Quantidade (por falta de informação)

5 (A) Como é Nova Iorque?

(B) Nova Iorque é Nova Iorque!

Contexto: Nova Iorque localiza-se em um país de primeiro mundo, os Estados Unidos.

Nova Iorque é uma cidade cosmopolita.

Nova Iorque é rica culturalmente.

A tautologia é um caso de violação da máxima de Quantidade pela redundância e conseqüente falta de informatividade no nível explícito, com a intenção de produzir implicações que podem ser, como em (4), em que há uma caracterização que dispensa mais explicitações, pelo tanto que representa, ou pelo que se tem de conhecimento da cidade de Nova Iorque. O contexto envolvido no exemplo acima é um contexto cultural, um conhecimento de mundo que é dado como mútuo.

1(b) Violação da segunda máxima de Quantidade (por excesso de informação)

6 (A) Você gosta dos filmes de Pedro Almodóvar?

(B) Gosto muito, seu primeiro filme de sucesso foi *Ata-me*, depois ele filmou *Mulheres à beira de um ataque de nervos*, *Saltos Altos*, *A flor de meu desejo*, *Tudo sobre minha mãe* e *Fale com ela*, que ganhou o Oscar de melhor filme estrangeiro em 2003. Seus atores preferidos são Victoria Abril, Antonio Banderas e Carmen Maura.

A resposta de (B) é mais informativa do que o requerido para provocar uma implicação voluntária, como, por exemplo, a de que (A) está falando com um especialista em cinema, ou um aficionado por Almodóvar, ou porque (B) deseja reforçar sua recomendação para que (A) assista ao filme desse diretor que está em cartaz naquele momento, e outras possibilidades, dependendo do contexto da enunciação. Nesse caso, o contexto será: Pedro Almodóvar é um diretor polêmico; nem todas as pessoas gostam de seus filmes; (A) quer saber sobre o que (B) acha dos filmes e de seu diretor; (B) recorre ao seu conhecimento de mundo para que (A) interprete o quanto ele sabe e gosta dos filmes de Almodóvar.

2(a) Violação da primeira máxima de Qualidade

Entre as implicaturas produzidas nas violações da primeira máxima de Qualidade, que diz que não se deve afirmar aquilo que se acredita ser falso, está o recurso à metáfora e à ironia, duas situações altamente dependentes de contexto e

que consideramos como representativas da interface Semântica-Pragmática na Teoria das Implicaturas, por mostrarem de maneira inequívoca como o *dito* se diferencia e depende do contexto para chegar ao *implicado*.

7 Quando um falante enuncia: *A justiça é cega*, ele obviamente não está sendo literal, mas quer implicar que o conceito de justiça não vê diferenças, ou que o aparato da justiça é neutro em relação a um juízo, ou de que a justiça não funciona como deveria e que alguns de seus aspectos se assemelham à cegueira, isto é, o contexto cultural e social de como a justiça é falha, dependendo da situação e do local da enunciação.

8 Quanto à ironia, Levinson (1983) dá um exemplo que adaptamos para exemplificá-la: alguém é chamado de gênio. Dependendo do contexto, o que está implícito é a interpretação contrária ao significado convencional da palavra, pois, na verdade, trata-se de definir um aluno que levou tanto tempo para entender uma piada, que está sendo chamado de lento de raciocínio, o que não pode ser entendido como indivíduo dotado de extraordinária capacidade intelectual. Daí a implicatura criada pela ironia no contexto particular em que a palavra é usada.

9 O próprio Grice observa que, muitas vezes, se mistura a metáfora com a ironia, violando-se duplamente a máxima de Qualidade, como em: *A Suíça é o refúgio dos miseráveis*, ou, em uma situação em que (A) conta uma piada que (B) acha sem graça, e (B) comenta: *Vou morrer...de rir!*, há o uso irônico de uma hipérbole.

Exemplos de eufemismo, disfemismo e hipérbole, figuras de linguagem, estão incluídas nessa situação de quebra voluntária da primeira máxima de Qualidade:

- 10 (A) Van Gogh cortou a própria orelha.
(B) É, ele tinha problemas emocionais.

Contexto: Van Gogh foi um pintor impressionista.

O pintor cortou a própria orelha, portanto tinha graves problemas mentais.

Aqui, podemos observar a implicatura resultante da resposta intencionalmente falsa. A resposta de (B) é no sentido de suavizar a gravidade dos problemas psíquicos de Van Gogh, implicando que os problemas mentais do artista são, na verdade, muito mais graves do que o que está sendo dito. Tal enunciado exige o conhecimento de mundo dos interlocutores para determinar a referência, parte do contexto extralingüístico veiculado além do enunciado literal.

2(b) Violação da segunda máxima de Qualidade ²³

11 (A) Você leu alguma notícia recente sobre Angelina Jolie na imprensa especializada?

(B) Só pode estar envolvida com algum processo de adoção de mais uma criança.

(A) sabe que (B) está implicando claramente que, embora não possa provar adequadamente o que diz, a atriz Angelina Jolie, após todos os processos de adoção de que se tem notícia, deve estar envolvida em mais um, o que se tornou uma característica comum sobre ela na imprensa especializada. O contexto, aqui, exige o conhecimento de mundo do ouvinte, para determinar a identidade de Angelina Jolie e os dados reais sobre ela: Angelina Jolie é uma atriz americana; é famosa e comentada na imprensa; já adotou quatro crianças de nacionalidades diferentes.

3 Abandono da máxima da Relação

Comportamento que consiste na quebra intencional da máxima "Seja Relevante"²⁴.

²³ Grice (1991) sugere um exemplo nesse caso que lhe parece ser representativo, pois argumenta que não são fáceis de encontrar e que talvez necessitem, em um contexto adequado, de uma indicação no tom de voz ou um gesto para serem entendidos como se deve. Veremos a questão da entonação e outras referentes a essa máxima na seção 2.2, quando apresentamos o modelo de Costa (1984) como referencial explicativo da Teoria das Implicaturas.

²⁴ O próprio Grice esclarece a complexidade de se determinar questões de relevância na conversação, legitimidade nas mudanças de tema, tipos de foco (cf. nota 16), e, conseqüentemente, torna-se difícil, até mesmo raro, nas palavras do autor, exemplificar este comportamento, que pode ser real ou, na maioria das vezes, aparente. O exemplo do tipo que apresentamos foi considerado como aceitável por Grice.

(12) Um pai cobra do filho que ele comece a trabalhar:

- (A) Quando você concluirá seu curso de Direito e começará a me ajudar nas despesas?
- (B) Estou lendo um ótimo livro de crônicas.

Contexto: (A) é o pai de (B).

(A) sustenta (B).

(B) está na Faculdade, portanto já tem idade para trabalhar.

(B) já deveria ter concluído o curso de Direito.

O filho, (B), desconversa o assunto para evitar responder a pergunta do pai, mostrando falta de relevância quanto ao tópico que deveria se seguir no diálogo, caracterizando a quebra da máxima.

4 Abandono da máxima de Modo

Comportamento que consiste na quebra intencional da supermáxima "Seja Claro", por meio de suas máximas.

4 (a) Casos de obscuridade

A e B, marido e mulher, estão preparando uma surpresa de Natal para o filho, que pediu um autorama de presente, e o filho, de seis anos, está brincando onde eles conversam:

13 (A) Marcelo, por que você quer que eu saia com o Lorenzo às 17:00 h?

- (B) Querida, leve o Lorenzo na pracinha quando eu voltar com aquela encomenda, aquela, para aquela data, sabe?

(B) está sendo obscuro para que o filho não entenda que ele vai comprar o presente que o filho pediu e que, como é para ser uma surpresa, o filho não pode vê-lo entrar com o pacote. Sua resposta imprecisa para a esposa cria a implicatura de que ele fará algo de que o filho não deve tomar conhecimento, e que a esposa deve entender isso no contexto da enunciação e no conhecimento de *background*.

4(b) Casos de ambigüidade

14 (A) O que acontece se um “Orelhão” for quebrado?

(B) Ninguém liga!

(B) explora a ambigüidade da expressão “não ligar” em português, para implicar que, embora não se possa mais fazer ligações de um aparelho de telefone estragado, o que ele está ressaltando é o fato, extralingüístico, portanto contextual, de que as depredações dos serviços públicos são fatos corriqueiros para os quais ninguém mais dá importância. Mais uma vez, aqui o contexto exige conhecimento de mundo quanto a fatos conhecidos sobre o conhecimento social.

4(c) Casos de falta de brevidade

Um executivo liga de São Paulo para a secretária, que está no escritório em Porto Alegre, antes de voltar de viagem. Cansado de ser mal entendido, solicita que a secretária envie o motorista para buscá-lo na chegada ao aeroporto da seguinte forma:

15 (A) Peça para José ir até a garagem, abrir o carro, trancar as portas antes de sair, ligar o carro, verificar a gasolina, não esquecer o celular desligado, conferir a hora, dirigir até o aeroporto, estacionar em local permitido e apanhar-me às 19:00 horas em ponto.

Nesse exemplo, o executivo (A) quer implicar que a funcionária deve melhorar sua comunicação quando lhe é delegado repassar uma ordem, a fim de evitar o risco de uma má interpretação, o que é sugerido pelo chefe já ter acontecido antes. Mais uma vez, a informação veiculada no que é implicado, dependerá do contexto, que deverá ser de conhecimento mútuo dos interlocutores.

Observe-se que nesse tipo de violação, de uma máxima de Modo, o falante deixa de ser conciso por excesso de discurso e não por excesso de informação, o que diferencia o exemplo (15) do exemplo (6), em que há quebra da segunda máxima de Quantidade justamente pelo excesso de informação.

4(d) Casos de falta de ordem

16 (A) O que você vai fazer na sexta-feira que temos aula?

(B) Vou assistir aula e vou sair de casa para ir à Faculdade.

Contexto: (A) e (B) estudam juntos.

(A) e (B) costumam sair nas sextas-feiras.

A resposta de (B) apresenta uma falta de ordem intencional, para implicar que (A) está perguntando o óbvio.

Grice admite que, embora haja possibilidade de se identificar outros tipos de máximas (de caráter estético, social, moral), como “Seja polido”, as máximas que ele apresenta são suficientemente representativas do Princípio da Cooperação e eficazes para a comunicação.

Da forma como descrito e ilustrado acima, há um mecanismo intuitivo e intencional do uso da linguagem, do qual se originam as implicaturas conversacionais de que o falante se serve para criar sentidos além do que diz literalmente e, assim, se comunicar e se fazer entender confiando na capacidade dedutiva do ouvinte. Para que esse mecanismo seja eficaz, entretanto, é preciso que o contexto seja levado em conta, já que na Teoria das Implicaturas, para que o ouvinte realize o cálculo de uma implicatura, deve haver um conhecimento mútuo do contexto. Em outras palavras, o contexto deverá estar computado na implicatura, o que explica a relação desta com o contexto.

Propriedades das Implicaturas

Quanto às suas propriedades, as implicaturas conversacionais devem ser:

- (a) calculáveis ou dedutíveis;
- (b) canceláveis;
- (c) não-destacáveis;
- (d) indetermináveis;
- (e) não-convencionais.

Calculáveis ou dedutíveis

Uma implicatura não poderá ser conversacional se não puder ser reconhecida pelo trabalho do cálculo lógico. Ou seja, para chegar do *dito* ao *implicado*, devemos calcular as inferências implícitas. Retomemos o exemplo (3) como (17), por se tratar de uma adaptação do exemplo de Grice:

- 17 (A) Estou com fome.
 (B) Há um restaurante na esquina.

Ao ouvir a resposta de (B), (A), que acredita que (B) está respeitando o Princípio de Cooperação, deve calcular o que (B) está implicando ao responder que há um restaurante na esquina:

- (a) *B* disse *p*: *Há um restaurante na esquina*.
- (b) *A* acredita que *B* está observando as máximas ou, pelo menos, o PC;
- (c) para dizer *p*, de acordo com (b), *B* deve pensar que *q*: O restaurante deve estar aberto e servindo comida;
- (d) *B* sabe, e eu sei que ele sabe, que eu tenho consciência de que é necessária a suposição de (*q*);
- (e) *B* não impediu que eu pensasse (*q*);
- (f) *B* pretende que eu pense (*q*);

Logo,

- (g) *B* implicou *q*: *O restaurante deve estar aberto e servindo comida*.

Esta propriedade é caracterizada por um trabalho de cálculo lógico e Grice a considera básica no reconhecimento de uma implicatura conversacional. Está relacionada à noção de contexto na teoria, pois é um dos elementos calculados no raciocínio do ouvinte, como conhecimento dado na enunciação, combinado com o conhecimento de mundo e o conhecimento mútuo do momento da enunciação.

Canceláveis

A cancelabilidade é a propriedade que tem uma implicatura conversacional de poder ser cancelada. Está diretamente relacionada ao contexto por ser sensível a alterações deste, por ser cancelada nos seguintes contextos:

- no momento em que o princípio da cooperação, que deve estar sendo observado para que ela exista, deixar de sê-lo num contexto particular.

18 (A) O telefone está tocando.

(B) Não vou deixar de ver o Grenal.

Enquanto (A) pode entender que (B) está respondendo negativamente ao fato de o telefone ter que ser atendido, (B) pode não estar obedecendo ao princípio da cooperação e, simplesmente, estar se referindo ao fato de que (A) sempre fala gritando e não o deixa escutar a televisão, por exemplo, o que caracteriza o contexto da enunciação.

- quando um enunciado adicional cancela a inferência que foi deduzida, pela inclusão, portanto, de um novo contexto para a interação:

19 (A) Vamos ao baile esta noite?

(B) Na hora marcada.

A entende uma resposta positiva de (B), mas (B) pode completar: Na hora marcada, *tenho outro compromisso mais importante*, assim cancelando a implicatura em andamento.

- quando o contexto cancela a implicatura sem que haja esforço lingüístico:

Contexto: há uma exigência de que, para alguém viajar para a Inglaterra, precisa ter uma poupança de R\$ 2.000,00.

20 (A) Maria tem R\$ 2.000,00 na poupança?

(B) Sim, Maria tem R\$ 2.000,00 na poupança.

A implicatura de que Maria possa ter exatamente R\$ 2.000,00 na poupança é cancelada pelo próprio contexto, pois a informação dada preenche a quantidade exigida na situação, embora Maria possa ter mais do que esse valor na poupança.

Não-destacáveis

A não-destacabilidade é a propriedade que exige, para que as implicaturas conversacionais possam ser calculadas, o conhecimento semântico e o conhecimento contextual, pois se um enunciado *x* tem um conteúdo semântico em um contexto *y*, essa propriedade garante a mesma implicatura caso se diga a mesma coisa de outra maneira; por exemplo, na substituição das expressões lingüísticas utilizadas por outras, sinônimas. Isto é, não havendo alteração no dito, não há alteração na implicatura. Trata-se, portanto, de uma inferência que repousa no significado e não na forma.

21 (A) Sinto falta de minha mãe./ Sinto saudade de minha mãe.

(B) Teremos um jantar em família no sábado e você tem o número de telefone dela./ Teremos uma jantar em família no sábado e você pode ligar para ela.

Tanto em uma forma de expressão quanto em outra, mantém-se a mesma implicatura, a de que a filha deve ligar para a mãe e convidá-la para jantar no sábado, não ocorrendo alteração no *dito*.

Não-convencionais

Essa propriedade está na base da diferenciação entre implicaturas conversacionais e convencionais, na medida em que uma implicatura conversacional, em princípio, não deve fazer parte do significado convencional das palavras utilizadas pelo falante, ou seja, no que é dito por ele.

22 (A) Você achou o filme de Almodóvar complexo?

(B) Tanto quanto andar de bicicleta.

(B) implica que não considerou o filme de Almodóvar complexo, uma vez que o compara a um ato mecânico fácil de realizar, como andar de bicicleta, e que não o fez pensar, como seria o caso se lhe parecesse um filme complexo. Isso não é literalmente dito no enunciado de (B), que produz uma implicatura conversacional à medida que (A) deve deduzir que o abandono da máxima da relevância em sua resposta é aparente e que (A) deve calcular o que é implicado.

Indetermináveis

23 (A) O você acha de Nova Iorque?

(B) Uma cidade do futuro.

Esta propriedade refere-se ao fato de que não se pode determinar quais implicaturas estão associadas a quais formas lingüísticas antes de serem contextualizadas. Então, ao dizer (23), (B) não está sendo literal, mas pode querer dizer que Nova Iorque é uma cidade progressista, assim como pode querer dizer que é uma cidade de alta densidade demográfica, tecnologicamente avançada, ou violenta. Somente a contextualização do enunciado irá determinar o significado pretendido.

Quanto à esta propriedade, note-se que há uma indicação de que o contexto é um conjunto indeterminado de situações, que, ao serem conhecidas enunciação, determinam a implicatura.

Pelo que vimos na descrição da Teoria das Implicaturas, a noção de contexto nessa teoria é dada de antemão para que o ouvinte dela faça uso no ato de comunicação, sem que ele necessite fazer uma escolha entre contextos potenciais para realizar a inferência. Isso é sugerido na caracterização da implicatura conversacional e do cálculo para sua compreensão, dependente de informações do contexto, assim como na influência desse conhecimento para a determinação de suas propriedades.

Quanto ao poder descritivo-explanatório na TI, o critério de especificação do contexto é vago, visto que essa noção aparece de forma implícita na arquitetura da

teoria, embora tenha uma função importante na operacionalização do princípio que a sustenta, o PC.

Após termos tratado do contexto na TI, esperando termos explicitado de forma satisfatória a noção de contexto na teoria de Grice (1991), dentro dos objetivos de analisar como essa noção opera na teoria e avaliar o potencial descritivo-explanatório desta, trataremos, na próxima seção, sobre o contexto no Modelo Ampliado de Costa (1984).

2.2 A definição de contexto no Modelo Ampliado de Costa (1984)

Nesta seção abordaremos a revisão da TI defendida por Costa (1984), mostrando, de forma concisa, como ele chegou ao seu modelo e qual o tratamento dado ao contexto em sua reformulação do Princípio Cooperativo. Nosso interesse maior reside em suas considerações sobre o contexto, na medida em que este modelo teórico vem a enriquecer nosso tema, ao tratar o conceito *contexto* de forma clara e funcionalmente adequada.

Costa (1984) reformula o modelo de Grice, elevando o *status* da máxima de Relação para o de uma supermáxima geral. Costa considera que o papel da implicatura é o de harmonizar as várias funções do jogo comunicativo quando ela emerge da violação (ou quebra) de uma ou mais máximas. À relevância cabe o papel de função pragmática.

Assim, é quanto à máxima de Relevância que Costa (op.cit.) faz sua contribuição mais significativa, da qual trataremos a seguir.

Costa (1984) reconsidera a máxima de Relação a partir do exemplo de Grice (1991, p. 35) dessa implicatura, por violação da máxima:

24 (A) diz: A senhora X é uma chata.

(B) responde: O tempo tem estado muito agradável neste verão, não é?

Onde (B) parece mudar de assunto, mostrando explicitamente falta de relevância quanto à observação de (A). (B) implica que (A) não deveria ter feito essa observação.

Costa afirma que o Princípio de Cooperação tem seu maior poder explanatório devido às categorias de Relação e de Qualidade. Dadas duas sentenças, a manutenção do tópico comum entre os falantes pode ser observada pela relevância reconhecida na passagem de um enunciado para outro.

O exemplo de Costa (1984, p.114) para mostrar esse mecanismo conversacional é o seguinte:

- 25 (A) João tem um iate.
(B) Pedro tem uma mansão.

Onde (A) deve supor que (B) está mantendo o tópico pela relevância entendida no enunciado de (B) em relação ao que foi dito. Assim, (A) poderia responder ainda:

- 26 (A) É, e qual você acha que é o mais rico?

O tópico pode, então, ser entendido: (A) e (B) estão falando da riqueza de pessoas, observa o autor (1984).

As conclusões de Costa (1984), que o levam a propor um modelo ampliado, são as seguintes:

(1) A relevância engloba fenômenos multiformes. Ela desempenha um papel articulador, o que pode ser observado em juízos de relevância na depreensão das implicaturas ao nível da relação:

- (a) entre componentes do dito (dito-dito);
- (b) entre o dito e o tópico;
- (c) entre o dito e o ato de comunicação;
- (d) entre o dito e o implicado;
- (e) entre o implicado e o tópico;
- (f) entre o implicado e o ato de comunicação.

(2) Pelo caráter multiforme que apresenta, a relevância é uma propriedade do fenômeno de cooperação conversacional, e não apenas uma máxima.

(3) Pela noção de relevância, pode-se observar que as máximas do PC são fenômenos de naturezas diversas. Costa aponta para o fato de que a máxima de Quantidade estabelece uma relação mais relevante entre o dito e a expectativa de informação do ouvinte; a de Qualidade, tem relevância maior do dito para o falante; a de Relação, entre o dito e o tópico; e a de Modo, entre a forma e o conteúdo semântico do dito.

(4) A máxima de Relação no modelo de Grice – “seja relevante” – deve ser elevada ao *status* de supermáxima geral do Princípio de Cooperação.

(5) Como a relevância, no modelo clássico, aparece como única máxima da categoria de Relação, referindo-se à conexão dito-tópico (nível do enunciado-dito), e o princípio geral do modelo ampliado refere-se, por sua vez, à maior relevância possível (nível do ato comunicativo) e não se confunde com a máxima do modelo clássico, a categoria de Relação deve ser mantida como categoria de Adequação, e a máxima, denominada: “seja adequado”. Essa mudança evita a ambigüidade do termo “relevância”.

(6) Pela aceitação das sugestões de Gazdar (1979), as categorias de Qualidade e de Quantidade também devem ser reformuladas, para maior adequação do modelo.

Costa (op.cit.) reorganiza, então, o Princípio da Cooperação da seguinte forma, garantindo à relevância a posição de supermáxima ligada diretamente ao princípio geral:

Modelo de Grice Ampliado: Esquema informal

Princípio de Cooperação

Regras Gerais da Conversação

Supermáxima Geral: “Seja o mais relevante possível”.

I Categoria de Qualidade

Supermáxima: Diga apenas o que você sabe.

1ª máxima – Não diga o que você sabe ser falso.

II Categoria de Quantidade

1ª máxima – Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto o requerido (para o propósito corrente da conversação).

2ª máxima – Não faça sua contribuição mais informativa do que o requerido.

III Categoria de Adequação

Máxima – Só diga algo adequado ao tema da conversação

IV Categoria de Modo

Supermáxima: “Seja claro”.

1ª máxima – Evite obscuridade

2ª máxima – Evite ambigüidade

3ª máxima – Seja breve

4ª máxima – Seja ordenado

A **tipologia das implicaturas** é revista por Costa, tomando a seguinte forma (p. 133):

Quanto à natureza pragmática:

(1) Convencionais: relação dito-léxico.

(2) Conversacionais: relação dito-contexto-princípio da cooperação.

Quanto ao tipo de causa:

(1) Standard: quando há respeito às máximas.

(2) Por quebra: quando há violação das máximas.

Quanto ao tipo de contexto:

- (1) Generalizados: contexto geral (regras lingüísticas).
- (2) Particularizados: contexto particular (regras comunicacionais).

O trabalho de Costa (1984) é relevante para esta dissertação por apresentar uma definição de contexto e um cálculo da implicatura distinto do de Levinson (1983), exposto no primeiro capítulo, e do de Grice (1991). Costa considera o contexto como sendo constituído de “um conjunto indeterminado de sentenças mutuamente conhecidas; na depreensão de uma implicatura, entretanto, apenas algumas são relevantes, necessárias e determináveis” (COSTA, 1984, p.150). Estas últimas formam um subconjunto do contexto geral e, no cálculo de uma implicatura, são usadas aquelas que são indispensáveis para esse cálculo.

O autor aponta para a elasticidade do conceito de contexto, dado que o que interessa é o tipo de função que ele exerce, mas reconhece que tal conceito teórico é fundamental para abordagens pragmáticas do significado em LN. Sugere que trabalhos posteriores tentem restringi-lo e formalizá-lo adequadamente. Nesse ponto, esclarecemos o que o próprio autor reconhece: que sua abordagem consiste em um tratamento informal de uma noção altamente resistente para uma teoria rigorosa. Isso se deve à heterogeneidade de componentes para um só conceito e à conseqüente dificuldade de formalização de uma única função para abrangê-los.

Costa (1984) aponta, a partir de Gazdar (1979), Bar-Hillel (1954) e Sperber & Wilson (1982), que sua noção de contexto é compatível com três propriedades:

- (1) Ser uma função de um par ordenado com a sentença, considerado na análise pragmática do enunciado.
- (2) Ser em parte conhecimento mútuo, para que seja possível haver nova informação.
- (3) Ser um conjunto de proposições, o que o torna representável lingüisticamente.

A noção de contexto de Costa, portanto, é uma tentativa de evitar o caráter *ad hoc* deste conceito. No artigo “Textos e contextos”, de 2004 (Costa, 2004c), ele vem

a aprofundar suas considerações, chamando a atenção para a necessidade de um tratamento adequado para o fenômeno.

Quanto ao cálculo das implicaturas, este tem, conforme Grice sugeriu, a estrutura de um argumento dedutivo. O cálculo representa uma operação lógica em que (A) infere (Q), de (E) em um contexto (C), além do que (E) transmite literalmente. Trata-se de uma lógica de natureza especial, observa Costa (op. cit.), que leva em conta o enunciado em sua relação com as regras conversacionais, mais o conhecimento do contexto.

O modelo de cálculo que Costa propõe, de acordo com as definições acima, é o seguinte:

(A) = o destinatário

(B) = o remetente

(C) = o contexto (conjunto de sentenças mutuamente conhecidas por (A) e por (B)).

(A) = Enunciado

(Q) = Implicaturas

O exemplo 17, aqui retomado como (26), segundo o cálculo de Costa (1984), toma a seguinte forma:

(27) (A) Estou com fome.

(B) Há um restaurante na esquina.

(B) disse (E)

(B) não deu todas as informações requeridas

(B), ainda assim, está cooperando,

(B) sabe que eu sei C

C (contexto)

C1 – Um restaurante serve comida;

C2 – O restaurante está localizado perto do lugar da enunciação;

C3 – O restaurante deve estar aberto;

C4 – Deve estar servindo comida;

C5 – Eu devo pedir algo para comer;

Q1 – Dessa forma, resolverei meu problema.

(B) só será o mais relevante possível se pretender que eu pense (Q)

(B) disse (E) e implicou (Q).

Logo, E em C = Q

Apresentadas a Teoria das Implicaturas e o Modelo de Grice Ampliado, de Costa (1984), tendo a noção de contexto sido explicitada nesses modelos, na próxima seção demonstramos sua aplicação, dadas as considerações acima, no texto de Millôr Fernandes.

2.3 Análise do contexto em Millôr Fernandes sob a ótica da Teoria das Implicaturas e do Modelo Ampliado de Costa (1984)

TEXTO 1

A Viúva

Quando a amiga lhe apresentou o garotinho lindo dizendo que era seu filho mais novo, ela não pôde resistir e exclamou: "Mas como, seu marido não morreu há cinco anos?" "Sim, é verdade" — respondeu então a outra, cheia daquela compreensão, sabedoria e calor que fazem os seres humanos — "mas eu não".

MORAL: Não morre a passarada quando morre um pássaro.

Millôr Fernandes, "Fábulas Fabulosas". Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964, p. 125.

De acordo com o modelo de Grice (1991), em que a noção de contexto está na base das informações para chegar-se ao implicado, o contexto é dado de antemão para o processo dedutivo, fundamentado no conhecimento mútuo. De acordo com o Princípio de Cooperação e suas máximas, temos o seguinte cálculo na aplicação da noção de contexto:

(A) = viúva

(B) = amiga

(C) = contexto, onde o contexto é o encontro de duas amigas, uma viúva há cinco anos, acompanhada do filho mais novo, menor de cinco anos. Há o conhecimento mútuo de regras sociais e morais.

- 1- *B* disse *p*: *Mas como, seu marido não morreu há cinco anos?*
 - 2- *A* acredita que *B* está observando as máximas, ou pelo menos o PC;
 - 3- Para dizer *p* de acordo com a crença de *A*, *B* deve pensar que *q*: o marido de *A* morreu há cinco anos;
 - 4- *B* sabe, e *A* sabe que ela sabe que *A* está ciente de que: *Mas como, seu marido não morreu há cinco anos?* é necessária;
 - 5- *B* não fez nada para que *A* pensasse o contrário;
 - 6- *B* pretende que *A* pense *q*;
- Logo,
- 7- *B* implicou *q*: O marido de *A* morreu antes de ela ter o filho menor.

Ocorre que o diálogo acima carrega já no enunciado de (B) a implicatura irônica de que, no contexto descrito, a resposta de (B) está sugerindo que a amiga está apresentando o filho que teve logo depois da morte do marido. Daí seu comentário gerar a implicatura de que (A) teve um filho quando o marido recém havia morrido e, conseqüentemente, que teve um “caso” nesse período. Em sua resposta, (A) gera, então, outra implicatura: ao enunciar *Sim, é verdade, mas eu não* (eu não morri), (A) implica, pela informação óbvia, de acordo com o PC, que ela, (A), não morreu, e utiliza a conjunção “mas”, invertendo já o sentido da pergunta de (B) e que, portanto, pode ter tido outro relacionamento. O contexto dado como mútuo está no seguinte conhecimento: a amiga da viúva sabe que esta perdeu o marido há cinco anos, a viúva teve um filho que parece ter sido concebido quando o marido já estava morto, a viúva teve um filho no período de luto.

(B), por sua vez, deve, então, entender que:

- 8- *A* disse *p*: *É verdade, mas eu não (morri)*;
- 9- *B* acredita que *A* está observando as máximas, ou pelo menos o PC;
- 10- Para dizer *p*, de acordo com a crença de *B*, *A* deve pensar que *q*: *eu não morri*;

11- *A* sabe, e *B* sabe que ela sabe que *B* está ciente de que *É verdade, mas eu não*, é necessária; há um conhecimento mútuo dado;

12- *A* não fez nada para que *B* pensasse o contrário;

13- *A* pretende que *B* pense *q*;

Logo,

14- *A* implicou *q*: *Eu não morri quando meu marido morreu, ou seja, tive um filho com outro homem, porque estou vivendo a vida e, ser viúva, não quer dizer que eu tenha que morrer também.*

Pode-se dizer que a resposta de (*A*) viola a supermáxima de Modo: “Seja claro”, uma vez que o que ela implica, apesar do contexto de ironia, não deixa claro exatamente o que (*A*) pensa pelo fato de não ter morrido ao ter ficado viúva (o que é esclarecido na moral acrescentada pelo autor).

Quanto ao contexto de humor sob forma de ironia, para Grice (1991), a ironia é produzida pela violação da primeira máxima de Qualidade, ou seja, pela veiculação do contrário do que é dito literalmente. Nesse caso, entretanto, parece haver uma ironia ecóica, em que (*A*) retoma o dito de (*B*) e o nega explicitamente e, assim, repetindo-o e confirmando-o, em seguida revela uma opinião contrária²⁵.

Para Grice (1991), ainda, a ironia está intimamente relacionada à expressão de um sentimento, de um julgamento e de uma atitude. A atitude de dizer algo ironicamente reflete um julgamento depreciativo, hostil, de indignação ou de desprezo. Ser irônico é fingir, como a epistemologia sugere, diz Grice (1991, p. 54), e o que cria o contexto de ironia é o sentimento ou atitude que a produz. No exemplo acima o contexto é dado pelo sentimento e atitude de reprovação da falante (*B*). E (*A*) entende isso pelo cálculo da implicatura no contexto dado, respondendo com outra ironia.

No exemplo acima também se verificam as propriedades das implicaturas, que dependem do papel do contexto: os enunciados tanto de (*A*) quanto de (*B*) permitem o cálculo da implicatura, que sem o contexto não poderia ser realizado, bem como a indeterminabilidade, visto que o enunciado de (*A*) é vago e pode, por isso, depender de um contexto indeterminado: sua personalidade, a quebra de uma regra social sobre a qual não se importa, o casamento infeliz que já era de

²⁵ Para uma visão mais esclarecedora sobre como a ironia é produzida e reconhecida, recomendamos os artigos de Ken-ichi Seto (1997), Hideki Hamamoto (1997), Masa-Aki Yamanashi (1997), Sperber & Wilson (1997) e Grice (1991), em *Further Notes on Logic and Conversation*.

aparências, etc. O contexto poderá cancelar a implicatura, no entanto, se for alterado: se a viúva responder que estava grávida quando o marido morreu, por exemplo. A implicatura é não-destacável, visto que se o contexto for o mesmo no seguinte enunciado, em substituição ao enunciado da viúva: *Meu marido morreu, mas eu fiquei no mundo para continuar vivendo*, a implicatura permanecerá a mesma. Sendo não-destacável, ela também é não-convencional, pois não está ligada ao sentido convencional das palavras.

Pelo cálculo de Costa (1984):

(A) = o destinatário

(B) = o remetente

(C) = o contexto (conjunto de sentenças mutuamente conhecidas por (A) e (B)).

(E) = Enunciado

(Q) = Implicaturas

(A) = viúva

(B) = amiga

(C) = contexto

E2: *Sim, é verdade, mas eu não.*

Contexto

C1 – A é viúva;

C2 – A teve um filho que está com idade provável para ter nascido no período de luto da viúva;

C3 – O marido da viúva morreu cinco anos antes do tempo da enunciação;

C4 – A viúva não morreu. Pelo contrário, está *bem* viva, tanto que teve um filho;

C5 – O filho pode ter sido concebido na época da morte do marido de A.

C6 – Uma viúva não morre com a morte do marido.

O cálculo inferencial que deve ser feito por B obedece os passos:

1. A disse E2.
2. A não ofereceu todas as informações requeridas pelo que disse.
3. Ainda assim, A deve estar cooperando.
4. A sabe que eu sei C.
5. A será relevante dizendo E2 se pretender que eu pense Q.
6. A disse E2.
7. A disse E2 e implicou Q.

Logo, E em C = Q

Enunciado + contexto = implicatura: *Não morri, posso me relacionar.*

Há um conhecimento mútuo que faz parte do contexto que é o conhecimento de regras sociais, do tipo: uma viúva recente deve guardar o luto por um período que difere de cultura para cultura, ou que não é permitido a uma viúva se relacionar mais depois da morte do marido, etc. Esse conhecimento mútuo, no entanto, é parcial, visto que Costa (1984) esclarece que, se não fosse assim, não seria possível acrescentar novas informações ao contexto. O contexto em Costa é representado por um conjunto de proposições, isto é, entidades representáveis linguisticamente para formar um par ordenado com a sentença, das quais somente as relevantes, determináveis e necessárias para a compreensão de uma implicatura são levadas em conta, justificando a relevância como máxima geral em seu modelo.

Pela máxima de adequação do modelo de Costa (1984), o enunciado de (A) é adequado para responder à provocação da amiga, pois mantém o tópico; por ser uma quebra da máxima de Modo, ao não ser clara, ela estabelece uma relação mais relevante entre a forma e o conteúdo semântico do dito.

TEXTO 2

Na peça “**O Homem do Princípio ao Fim**” (Millôr Fernandes, 1982, p. 23), temos a seguinte passagem:

(...) Deus, entre outros privilégios, deu a Adão o de denominar tudo. Foi ele quem chamou árvore de árvore, folha de folha e vaca de vaca. E tinha tanto talento para isso que todos os nomes que botou, pegaram.

Deus só pediu explicação a Adão no dia em que este batizou o hipopótamo. “Por que hi-po-pó-ta-mo?” perguntou o Todo-Poderoso. E então Adão deu uma resposta tão certa, tão clara, tão definitiva, que Deus nunca mais lhe perguntou nada: “Olha, Mestre – disse ele – eu lhe garanto que nunca vi um animal com tanta cara de hipopótamo.”

Há uma implicatura conversacional particularizada por observância da supermáxima de Modo no fato de o falante falar a palavra hipopótamo em sílabas, indicando sua estranheza, já que a pergunta se refere exatamente ao por quê de tal nome ao animal. A implicatura respeita a máxima “Seja claro”, porque, nesse contexto, a maneira de falar a palavra torna claro e coerente o significado do enunciado que o falante *quer significar*. No caso, o falante pronuncia sílaba por sílaba da palavra para salientar sua forma rara.

A implicatura é apreendida pelo ouvinte, cuja resposta, desta vez, traz uma implicatura por quebra da primeira máxima de Quantidade e da máxima de Modo “Seja claro”. A resposta de Adão, o falante *B*, implica que a pergunta de *A*, Deus, é, talvez vazia, talvez inadequada, uma vez que sua resposta implica, pela falta de informação e de clareza, que o nome dado ao animal em questão é o mais óbvio possível de acordo com sua aparência.

O ouvinte de Adão, Deus, então apreende o significado do enunciado pelo seguinte padrão geral de dedução de Grice (1991) no contexto dado:

1 - *B* disse *p*: *Olha, Mestre, eu lhe garanto que nunca vi um animal com tanta cara de hipopótamo.*

2- *A* acredita que *B* está observando as máximas, ou pelo menos o PC;

3- Para dizer *p*, de acordo com a crença de *A*, *B* deve pensar que *q*: *nunca vi um animal com tanta cara de hipopótamo;*

4- *B* sabe, e *A* sabe que *B* sabe que ele, *B*, está ciente de que *nunca viu um animal com tanta cara de hipopótamo;* há um conhecimento mútuo dado (contexto);

5- *B* não fez nada para que *A* pensasse o contrário;

6- *B* pretende que *A* pense *q*;

Logo,

7- *B* implicou *q*: *O animal a que dei o nome de hipopótamo tem cara desse nome e de nenhum outro, e essa é a explicação suficiente a uma pergunta óbvia.*

Observe-se que a resposta de Adão, *B*, pode ser substituída por uma tautologia: *Porque um hipopótamo é um hipopótamo* – quando há a quebra da primeira máxima de Quantidade.

É uma implicatura calculável e não-destacável (poderia se dito: *um hipopótamo é um hipopótamo* e ainda permaneceria a mesma implicatura), poderia ser cancelada, se o contexto fosse alterado, e (*B*), completasse: *pensando bem, ele tem mais cara de cavalo*. Também é uma implicatura não-convencional, visto que não faz parte do significado convencional das palavras e exige cálculo dedutivo, o que inclui informações contextuais. É indeterminada, pois antes de ser contextualizada não podemos saber o que ela quer dizer.

O contexto a que *A* e *B* tem acesso para ocorrer a compreensão do ato comunicativo de *B* por *A*, fica claro na demonstração do cálculo da implicatura segundo Costa (1984), a seguir:

(A) = o destinatário

(B) = o remetente

(C) = o contexto (conjunto de sentenças mutuamente conhecidas por (A) e por (B)).

(E) = Enunciado

(Q) = Implicatura

(A) = Deus

(B) = Adão

(C) = contexto

E2: *Olha, Mestre, eu lhe garanto que nunca vi um animal com tanta cara de hipopótamo.*

Contexto

C1 – *A* deu a Adão o poder de denominar tudo;

C2 – *A* está pedindo uma explicação para a escolha de Adão;

C3 – Ao questionar Adão sobre o nome dado, *A* demonstra um julgamento de estranheza;

C4 – *B* garante que o nome escolhido é óbvio;

C5 – *B* implica *q*, um hipopótamo tem cara de hipopótamo.

Logo, E em C = Q

Enunciado + contexto, onde *A* e *B* sabem {C1, C2, C3, C4 e C5} = implicatura: Não posso dar outra resposta, senão tautológica, na qual falta informação adequada mais clara, para implicar o julgamento do óbvio. Onde *B* garante, com seu enunciado, que ele está sendo racional e implica, sendo pouco informativo e

inespecífico, que o questionamento de *A* não tem razão de ser: um hipopótamo tem cara de hipopótamo.²⁶

Segundo o modelo de Costa (1984),

Cálculo de *A*:

1. *B* disse E2: *Olha, Mestre, eu lhe garanto que nunca vi um animal com tanta cara de hipopótamo.*
2. *B* não ofereceu todas as informações requeridas pelo que disse.
3. Ainda assim, *B* deve estar cooperando.
4. *B* sabe que eu sei *C*.
5. *B* será relevante dizendo E2 se pretender que eu pense *Q*.
6. *B* disse E2.
7. *B* disse E2 e implicou *Q*.

Logo, E em C = Q

Enunciado + contexto = implicatura: *O animal a que dei o nome de hipopótamo tem cara desse nome e de nenhum outro nome, e esta é a explicação inespecífica a uma pergunta óbvia.*

No Modelo Ampliado de Costa, do enunciado de (B) deriva uma implicatura conversacional particularizada por quebra da máxima de Quantidade e de Modo. Quanto à natureza pragmática, é uma implicatura conversacional, e estabelece a relação dito-contexto-princípio da cooperação.

A resposta de (B) é adequada no que se refere ao tópico da conversação, mas não fornece a quantidade de informação requerida e não é clara. Há uma implicatura de quantidade por quebra, uma implicatura de modo por quebra, quanto ao tipo de

²⁶ A análise dos dois exemplos apresentados detêm-se no diálogo entre os personagens, não levando em conta a relação autor-leitor.

causa. É uma implicatura particularizada por ser produzida em um contexto particular (contexto das regras comunicacionais).

2.4 Conclusão

Após as considerações que realizamos nas seções anteriores deste capítulo, concluímos que a noção de contexto na Teoria das Implicaturas, o dado extralingüístico mencionado por Grice necessário para o cálculo dedutivo, está relacionado a um conjunto de elementos de que lança mão o falante para comunicar e o ouvinte para interpretar, regidos pelo Princípio de Cooperação. Esse é um dos pontos polêmicos na TI, criticado por pragmaticistas de orientação cognitiva, pois pressupõe um conhecimento mútuo e praticamente idêntico do contexto, dado de antemão pelo falante para o ouvinte. Nesse sentido, a TI carece de maior poder explicativo, tendo seu ponto forte no potencial descritivo. A validade teórica e descritiva da TI é de reconhecida importância; porém, na descrição do aparato de comunicação que Grice propõe, ele não define a noção de contexto de forma específica, deixando que os elementos contextuais cumpram o papel de influenciar na produção dos implícitos como parte das inferências pragmáticas centrais na abordagem griceana: as implicaturas conversacionais. Isso compromete o potencial explanatório da teoria.

Na TI, o falante pressupõe a capacidade dedutiva do ouvinte, supondo seu acesso aos mesmos recursos contextuais. Esse jogo cooperativo, voltado para a efetivação da comunicação que aparece nas trocas conversacionais, pelo Princípio de Cooperação, torna a noção de contexto na TI bastante abrangente e heterogênea, uma vez que pode envolver:

- (a) a intenção do falante;
- (b) o ambiente físico e a noção do tempo da enunciação;
- (c) a identidade dos indivíduos;
- (d) o conhecimento compartilhado por ambos ou, o grau de acessibilidade de contextos – lingüísticos e não-lingüísticos;
- (e) o grau de acessibilidade de memória lexical;
- (f) o conhecimento de mundo de cada indivíduo, para citar alguns elementos.

Como afirma Carston (2004), a TI não apresenta uma explicação de como o contexto é selecionado:

De acordo com a interpretação padrão da abordagem de Grice, o que é dito (as condições de verdade do conteúdo do enunciado) está estritamente relacionado ao significado convencional da expressão lingüística empregada. Claro, essa expressão lingüística pode incluir elementos ambíguos ou indexicais, de maneira que considerações contextuais têm de ser colocadas em ação para captar uma determinação completa “do que é dito”. [...] essas máximas vêm resolver a questão de *porque* um falante, que é tido como um agente racional, disse o que ele disse, ou, em outras palavras, o que ele quer significar (pretende comunicar) ao enunciar uma expressão lingüística específica. Isso deixa então em aberto questões de *como* é que o referente de um uso de “ela” ou “aquela” é determinado e *como* o sentido pretendido de uma forma ambígua como *coach*²⁷, “banco” ou “percevejo” é determinado. Nessa perspectiva, Grice não se manifestou claramente, mencionando somente um vago critério do melhor ajuste contextual. (CARSTON, 2004, p.2)²⁸

Quanto à noção de contexto dada por Costa (1984), é importante observar que este autor a trata, sobretudo, no nível lingüístico, parcialmente conhecimento mútuo, parcialmente novas informações, um par ordenado com a sentença, um conjunto de proposições para que seja lingüisticamente representável. Cabe registrar que o próprio autor admite a gravidade teórica de tal conceito, transferindo sua contribuição para o fato de que o tratamento informal, mas organizado, de um modelo já é um passo.

De fato, Costa é um dos teóricos, neste trabalho, que oferece um tratamento satisfatório para o contexto na interface Semântica-Pragmática, chamando a atenção para a necessidade de tal função nas teorias pragmáticas.

²⁷ *Coach*, no inglês, significa carro; ônibus; vagão de segunda classe; (EUA) classe econômica de avião; treinador; professor particular, preceptor. Mantivemos a palavra na língua inglesa por não haver equivalência no português e não comprometer o significado da tradução da citação. Apesar de *bug* ter significações distintas além de inseto, do inglês para o português, pode ser traduzido sem se perder a intenção de expressar ambigüidade, já que possui pelo menos dois significados na nossa língua.

²⁸ No original: According to the standard interpretation of the Gricean account, what is said (the truth-conditional content of the utterance) is very closely related to the conventional meaning of the linguistic expression employed. Of course, that linguistic expression may include ambiguous or indexical elements, so that contextual considerations have to be brought to bear for a full determination of ‘what is said’ (Grice 1975: 44-45). However, it seems that Grice conceived of the role of his Cooperative Principle and system of conversational maxims (quality, quantity, relevance and manner) as confined to the determination of conversational implicatures; that is, these maxims come into play in resolving the issue of why a speaker, who is assumed to be a rational agent, has said what she has said, or, in other words, what she means (intends to communicate) by having uttered a particular linguistic expression. This then leaves open the questions of how it is that the referent of a use of ‘she’ or ‘that’ is determined and how the intended sense of an ambiguous form like ‘coach’, ‘bank’ or ‘bug’ is determined. On this matter, Grice was essentially silent, mentioning just a vague criterion of best contextual fit.

Justamente por sua definição ser tratada no nível lingüístico, equiparando sentença e contexto, ela mostra como o contexto opera em um modelo comunicacional. Dessa forma, o modelo de Costa (1984) vem a enriquecer a Teoria das Implicaturas, fornecendo uma formulação para o tratamento do contexto em uma teoria pragmática, como a de Grice, na qual seu modelo se baseia. O mérito do Modelo Ampliado está em ter aumentado o potencial explanatório da TI, ao elevar a máxima de relação ao *status* de supermáxima geral do PC, o que dispensa avaliarmos o potencial descritivo-explanatório deste modelo.

3 A RELEVÂNCIA DO CONTEXTO NA TEORIA DA RELEVÂNCIA

Neste capítulo, analisaremos a Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson (1986-1995), doravante TR e S&W, com relação ao tema desta dissertação, a noção de contexto. Trata-se de um modelo concebido a partir da Teoria das Implicaturas de Grice (1991), mas alternativo a esta e, por isso, permite que apresentemos um parâmetro de comparação em nossa abordagem.

A teoria de Sperber & Wilson baseia-se na concepção da comunicação humana regida por um princípio de máximo benefício com o mínimo custo de processamento, ou seja, o máximo de efeito contextual com o mínimo de esforço cognitivo de processamento. Dentre as formas de comunicação, este modelo prioriza a troca verbal entre falante-ouvinte como a forma de comunicação mais forte. Para S&W (1995), o processo de comunicação é intencional: produzindo evidência direta da intenção informativa, pode-se transmitir mais informação do que a veiculada por uma evidência direta da informação em si; comunicar-se é modificar e ampliar o ambiente cognitivo mútuo dividido pelos indivíduos envolvidos na comunicação.

O funcionamento da comunicação ostensivo-inferencial é explicado pelo Princípio de Relevância, um princípio cognitivo inato, que pode ser explicitado na descrição de como a informação é mentalmente representada e de como ela é inferencialmente processada. Ou seja, o foco da TR está no processamento da compreensão de enunciados em linguagem natural.

No prefácio da segunda edição de *Relevance: communication & cognition* (1995, p. vii), os autores afirmam: “[...] este princípio de relevância é essencial para explicar a comunicação humana e [...] é suficiente em si mesmo para dar conta da interação do significado lingüístico e fatores contextuais na interpretação de enunciados.”

Quanto ao paradigma Semântica-Pragmática, Carston (2002) afirma, na introdução de *Meaning and Utterances*, que a noção de Pragmática na Teoria da Relevância é uma capacidade da mente, um sistema processual de informação preparado para interpretar o comportamento comunicativo-ostensivo. Nesse

sentido, a interface Semântica-Pragmática está relacionada a dois processos cognitivos distintos: a interpretação semântica e a inferência pragmática.

Partindo das considerações acima, este capítulo está dividido nas seguintes seções: 3.1 *Inferência na Teoria da Relevância*, na qual introduziremos a abordagem da inferência na TR, por sua importância na aplicação da noção de contexto em 3.5; em 3.2, *A definição de contexto na Teoria da Relevância e outros conceitos*, nosso tema é introduzido, e detalhamos as considerações teóricas de S&W, esclarecendo vários conceitos que os autores utilizam em sua explanação da teoria. Em 3.3, *Implicações contextuais, fortalecimento/enfraquecimento de suposições e eliminação de suposições contraditórias*, tratamos de esclarecer, ao se processar uma nova suposição, de que forma o contexto está envolvido no ganho que ocorre na relação custo-benefício, bem como no custo de processamento. Em 3.4, *Sobre o contexto na Teoria da Relevância*, tratamos especificamente da noção de contexto na teoria. A seção 3.5, *A aplicação da noção de contexto da Teoria da Relevância no texto de Millôr Fernandes*, é dedicada a ilustrar a aplicabilidade da noção de contexto da TR. 3.6, *Conclusão*, apresenta algumas considerações conclusivas de nossa análise da noção de contexto na TR.

3.1 Inferência na Teoria da Relevância

A inferência na Teoria da Relevância, assim como na TI, está estritamente ligada à noção de contexto, na medida em que a interpretação de enunciados na TR ocorre por processos inferenciais e que estes supõem informação contextual. Por isso, esta seção é dedicada a estabelecer a relação inferência-processo inferencial-contexto.

A definição de *explicatura* faz-se oportuna para justificar o que acabamos de afirmar: para S&W, entre o dito e o implicado, conforme a distinção de Grice (1991), há um nível intermediário, a explicatura, “uma combinação de traços codificados lingüisticamente e de traços contextuais inferidos contextualmente.” (SILVEIRA e FELTES, 1997, p. 58). No nível da explicatura, ocorrem várias operações pragmáticas para a interpretação de um enunciado (intenção do falante, atribuição

de referência, interpretação da ironia). Essas operações são realizadas graças ao processo inferencial.

No capítulo 1 de *Relevance: communication and cognition* (1995), intitulado *Communication*, S&W introduzem a noção de inferência na comunicação, contrastando a correspondência direta das representações fonéticas de uma sentença enunciada com a impossibilidade de as representações semânticas corresponderem a uma infinidade de pensamentos veiculados em uma sentença.

Partem da concepção gerativa de que a linguagem é uma gramática gerativa (um código) que associa as representações fonéticas e semânticas das sentenças.

S&W referem-se ao fato de que, após a notável contribuição de Noam Chomsky, em *Syntactic Structures*, de 1957, aos caminhos da Lingüística, os estudos de Saussure bem como de antropologistas como Lévi-Strauss de fenômenos de natureza cultural e artística – portanto, contextuais – apontam para a necessidade de explicá-los pelas leis de uma ciência semiótica. O importante é a informação de S&W de que os estudiosos citados, entre outros, nunca descobriram um código subjacente que pudesse abarcar e explicar com precisão a comunicação extralingüística apreendida nesses sistemas de signos. Esse fato nos sugere que determinados fenômenos, então, fazem parte da comunicação humana, mas apresentam uma natureza distinta da verbalização de mensagens, o que prova, à luz da Teoria da Relevância, a lacuna entre as representações semânticas de sentenças e a globalidade dos pensamentos efetivamente veiculados nos enunciados.

Para os autores, os processos inferenciais envolvidos na compreensão são não-demonstrativos, do tipo que não pode ser provado, mesmo sob as melhores condições, pois, ainda assim, a comunicação pode falhar. Argumentam que uma teoria pragmática que propõe a noção de relevância deve dar conta da inferência não-demonstrativa. Eles assumem que há um conjunto de regras dedutivas que atuam espontaneamente no processamento dedutivo de informação – uma suposição de base empírica, justificada:

(1) em primeiro lugar, pela economia na representação conceitual do mundo, sem que cada suposição precise ser guardada separadamente. Suposições são descritas por S&W como “um conjunto estruturado de conceitos” (S&W, 1995, p. 85) – representações mentais do mundo tomadas como reais pelo indivíduo;

(2) em segundo lugar, para aperfeiçoar a representação conceitual do mundo (um contexto), já que um conjunto de regras dedutivas é um instrumento para se lidar com novas suposições e para garantir a correção de conclusões derivadas de premissas corretas; melhorias em nossa representação de mundo dependerão do grau de confirmação das suposições em questão;

(3) em terceiro lugar, este é um instrumento para testar inconsistências e, conseqüentemente, testar inexatidões, para o indivíduo interessado em aperfeiçoar sua representação conceitual do mundo.

Assumido isso, S&W afirmam que as regras dedutivas estão presentes na habilidade humana de processar inferências não-demonstrativas e não são regras formais da lógica padrão.

Nas inferências não-demonstrativas, os sistemas operados na mente são dois: o *input* – que processa informações perceptuais (lingüísticas, auditivas, visuais, etc.); o central – que combina a informação provinda de sistemas de *input* diversos da memória e realiza inferências. Segundo Silveira e Feltes (1997), sendo o funcionamento desses sistemas um processo global, que pode acessar qualquer informação conceitual na memória, ele supõe: a decodificação do nível lingüístico do enunciado e a combinação do *output* (resultado) da decodificação com um contexto adequado, gerando um efeito contextual. (Na seção 3.3 abordamos os efeitos contextuais e a expansão do contexto).

No mecanismo dedutivo de S&W, as premissas vão sendo construídas pelo acesso a endereços de conceitos. As formas lógicas e especialmente a forma proposicional das suposições são compostas de conceitos, componentes menores aos quais as regras dedutivas são sensíveis. A forma lógica é a base para formar a representação proposicional completa, que será alcançada por um processo de dedução, a partir da recuperação de informações lingüísticas e do contexto. Para S&W, a forma lógica é proposicional se ela for semanticamente completa, sujeita às condições de verdade; não proposicional, se for incompleta. Estas últimas têm uma função importante na cognição, conforme Ibaños (2005), porque poderão ser armazenadas na memória conceitual como conjuntos de suposições – onde informações contextuais podem se fazer presentes para completá-las - e porque o sentido de proposições em geral é uma forma lógica incompleta.

Conceitos são objetos psicológicos e consistem em uma etiqueta ou endereço na memória onde vários tipos de informação são guardadas. A relação entre as duas

funções ocorre porque, no processamento de uma proposição, aparece o endereço de certos conceitos. O endereço de um conceito deve permitir o acesso às informações que, guardadas na memória desse endereço, são de três tipos: lógico, enciclopédico e lexical. As entradas para as informações dos conceitos, então, são a *entrada lógica*: relativa a um conjunto de regras dedutivas que se aplicam a formas lógicas das quais o conceito é parte constituinte. A *entrada enciclopédica* é aquela a que pertencem os objetos, eventos e/ou propriedades como a extensão e/ou denotação de um conceito. A *entrada lexical* contém informação da contraparte do conceito em linguagem natural.

A construção do conteúdo de um enunciado envolve a habilidade de: identificar esse enunciado no nível lexical, ou seja, das palavras que o constituem, recuperar conceitos relacionados ao léxico utilizado e aplicar as regras dedutivas a suas entradas lógicas.

No nível representacional, atuam a forma lógica, dependente da decodificação lingüística; o nível da explicatura, que desenvolve a forma lógica através de processos inferenciais de natureza pragmática; e o nível da implicatura, que parte da explicatura para construir as inferências pragmáticas.

A proposta de S&W vista acima atende à descrição da habilidade humana de processar inferências demonstrativas espontâneas segundo a Teoria da Relevância, já que no mecanismo não-trivial as premissas não são dadas, mas, assim como as conclusões, são implicadas.

Os exemplos que seguem são ilustrativos do mecanismo dedutivo em si:

- 1 (a) Se o metrô está em greve e o carro estragou, não há como ir ao trabalho;
- (b) O metrô está em greve;
- (c) O carro estragou;
- (d) O metrô está em greve e o carro estragou (por introdução do "&", de (b) e (c);

(e) Não há como ir ao trabalho. (S&W, 1995, p 98)

No cálculo não-trivial, tem-se um processo mais econômico e rápido, logo mais relevante, por exigir menos esforço cognitivo em termos de efeitos contextuais:

- 2 (a) Se o metrô está em greve e o carro estragou, não há como ir ao trabalho;
 (b) O metrô está em greve;

(c) Não há como ir ao trabalho. (S&W, 1995, p. 98)

Tomemos o conceito *criança* e vejamos as suposições que a entrada enciclopédica disporá para o processamento dedutivo:

- (a) crianças são adoráveis;
 (b) crianças são inocentes;
 (c) crianças gostam de colo;
 (d) crianças exigem paciência;
 (e) crianças são dependentes;
 (f) crianças precisam de afeto e educação; etc.

Vejamos mais um exemplo (adaptado de Silveira e Feltes, 1997, p. 30), que reúne os elementos descritos acima:

- 3 (A) Você aceita um conhaque?
 (B) Sou abstinente.

A palavra *abstinente* é um item lexical que representa na linguagem natural o conceito cognitivo abstinente, ativando as seguintes suposições:

- (4) Conhaque é uma bebida alcoólica (premissa implicada) e,
 (5) Abstinentes não ingerem bebida alcoólica (premissa implicada).

A partir das premissas (4) e (5), A conclui:

- (6) B não bebe álcool (conclusão implicada).

A conclusão acima é utilizada por A como premissa implicada para concluir (10).

- (7) Conhaque é uma bebida alcoólica (premissa);
- (8) Abstêmios não ingerem bebida alcoólica (premissa) e
- (9) *B* não bebe álcool (premissa implicada).

(10) *B* não quer conhaque.

No nível da explicatura, o seguinte exemplo é ilustrativo de como se dá a inferência:

- 11 (A) Como é tua casa?
- (B) Parece uma fortaleza.

A fim de reconhecer tanto a metáfora como o os traços semânticos relevantes advindos do domínio conceitual FORTALEZA (grades, muros altos, cerca elétrica, etc.), o contexto físico observável e o conhecimento enciclopédico são necessários para a interpretação pragmática. Dessa maneira, é a partir da forma lógica que a explicatura a desenvolve para chegar no nível da implicatura, recuperando informações contextuais.

Nesta seção, mostramos que, para S&W (1995), os processos inferenciais envolvidos na compreensão de enunciados são não-demonstrativos. Mostramos que, para os autores, possuímos habilidade para processar inferências não-demonstrativas. A construção do conteúdo de um enunciado envolve a habilidade de identificá-lo no que tange ao nível das palavras que o constituem, de recuperar conceitos relacionados às palavras e de aplicar as regras dedutivas a suas entradas lógicas. A forma lógica é a base para formar a representação proposicional completa, que será alcançada por um processo de dedução, a partir da recuperação de informações lingüísticas e do contexto. Esta seção servirá de base para as próximas seções, que retomarão indiretamente o mecanismo dedutivo e explicarão a acessibilidade ao contexto, bem como os efeitos contextuais de uma suposição.

Passemos à definição de contexto na TR e outros conceitos importantes para nossa descrição e avaliação de como a noção de contexto é tratada na teoria.

3.2 A definição de contexto na Teoria da Relevância e outros conceitos

Esta seção introduz a definição de contexto dada por Sperber e Wilson e outros conceitos relacionados ao contexto.

Para responder a pergunta de como o ouvinte pode inferir exatamente as conclusões pretendidas pelo falante, S&W argumentam que a hipótese de que as pessoas se comunicam pela aceitação de um conjunto de premissas comuns não se sustenta.

A definição de contexto é apresentada sob o título “A hipótese do conhecimento mútuo”:

O conjunto de premissas usado para interpretar um enunciado (separado da premissa em que o enunciado em questão foi produzido) constitui o que é geralmente conhecido como *contexto*. Um contexto é um construto psicológico, um subconjunto das suposições do ouvinte sobre o mundo. São essas suposições, é claro, antes do estado real de mundo, que afetam a interpretação de um enunciado. (SPERBER e WILSON, 1995, p. 15)

Esta definição, afirmam os autores, não limita o contexto ao ambiente físico imediato ou a enunciados imediatamente precedentes. A noção de contexto é ancorada na informação de crenças sobre o mundo, expectativas sobre o futuro, aspectos culturais e valores religiosos, crenças sobre o estado psíquico do falante e o que ele quer comunicar. Esses fatores irão influenciar na interpretação, antes do que qualquer outra coisa. No entanto, a complexidade dessa noção de contexto é evidenciada quando se considera que a representação de mundo é tão variável quanto o número de indivíduos envolvidos em um ato de comunicação. A variação ocorre mesmo que os indivíduos em questão possuam as mesmas habilidades cognitivas restringidas por uma condição fisiológica especificamente humana, e que, como membros da mesma comunidade lingüística, compartilhem vivências culturais e ensinamentos, assim como experiências.

Um dos fatores considerados por S&W é a memória da informação (*memorised information*) sobre fatos tão contundentes quanto um acidente de carro. “Enquanto as gramáticas neutralizam as diferenças entre experiências diversas, a cognição e a memória sobrepõem diferenças mesmo em experiências comuns.” (SPERBER e WILSON, 1995, p.16)

Nesse ponto, pode-se divisar que, na Teoria da Relevância, o contexto relaciona-se à forma como o aparato mental é utilizado para fazer inferências de caráter pragmático, uma vez que elas dependem de um contexto que abrange, então, as idiossincrasias apontadas.

S&W diferenciam também as gramáticas e habilidades inferenciais de novas experiências, pois as primeiras estabilizam após serem aprendidas e não mudam mais de um enunciado, ou inferência, para outro. Enquanto as novas experiências aumentam as opções de contextos em potencial. Para os autores, esse é um ponto central na interpretação de um enunciado, uma vez que cada novo enunciado está ligado a enunciados imediatamente precedentes pela informação deles derivada, contida no contexto utilizado em sua interpretação (como vimos no exemplo 3 acima). Cada novo enunciado exigirá um contexto específico. Nesse sentido, os autores levantam a questão de como uma teoria pragmática dá conta de descrever a maneira como de um ouvinte entender apropriadamente um determinado enunciado em seu contexto específico.

Os autores analisam um exemplo (S&W, 1995, p.16), que reapresenta a situação em que um falante espera que o ouvinte interprete um enunciado de forma particular, o que exigirá a capacidade do ouvinte de fornecer o contexto necessário para isso. O exemplo serve para mostrar que o contexto concebido pelo falante pode não ser o contexto real usado pelo ouvinte e, então, causar um mal-entendido:

(12) Café me manterá acordado.

Esta foi a resposta a uma oferta de café. Supondo-se que o falante queira se manter acordado, seu enunciado significa que ele aceita o café. No entanto, em outro contexto, o ouvinte pode entender que o falante não quer o café justamente porque não quer ficar acordado.

Dentre as hipóteses de por que esses mal-entendidos ocorrem, S&W assumem a posição de que os mecanismos da comunicação verbal contribuem para o êxito da comunicação, mas não a garantem. Fazem as seguintes considerações:

(1) Uma maneira de evitar mal-entendidos seria garantir contextos idênticos entre o que o falante concebe para comunicar e o que o ouvinte usa para entendê-lo.

(2) Como um falante e seu ouvinte poderão, entretanto, distinguir as suposições compartilhadas para usar somente elas em uma troca conversacional? Surgiriam novas suposições a respeito de qual o conhecimento mútuo existente no primeiro conjunto, novas suposições sobre o segundo conjunto, e assim indefinidamente.

(3) Se o conhecimento mútuo é necessário para a comunicação, como delimitá-lo de forma tangível? O conhecimento mútuo de um fato ou de algum conceito, no entanto, é assumido pelos participantes da comunicação, uma vez que eles *sabem* quando ele existe. Ao mesmo tempo, ele não garante a comunicação eficaz.

(4) Uma vez que adotar o Modelo de Código de comunicação obriga ao conceito de conhecimento mútuo, o qual não pode ser sustentado em termos desse modelo, os autores concluem que a teoria semiótica deve estar errada e optam por uma concepção alternativa.

Assim, S&W (1995) rejeitam o conceito de "conhecimento mútuo", pois consideram-no não necessário, nem suficiente para o contexto. Sugerem um modelo pragmático alternativo ao de Grice (1991), no qual a máxima de relevância da TIG passa a ser um princípio geral subjacente à comunicação humana, a fim de que as inferências pragmáticas possam ser compreendidas pelo ouvinte.

Vejam, então, como S&W reformulam a noção de conhecimento mútuo.

Tomando o conhecimento mútuo como um construto filosófico, S&W apontam que: (a) o ato comunicativo produz informação compartilhada; (b) uma certa quantidade de informação compartilhada é necessária para a comunicação ter êxito. Esse fato leva a que a comunicação humana deva conter um certo grau de informação compartilhada. No entanto, derivamos informação de um ambiente físico comum, que representamos mentalmente de formas diferentes. Essas diferenças se devem a habilidades perceptivas e inferenciais variadas, justificadas, por sua vez, pelas diferentes línguas, conceitos, memórias e teorias sobre experiências que levamos em conta em nossas representações.

Então S&W introduzem o conceito de *ambiente cognitivo*²⁹ – em substituição a *conhecimento mútuo e conhecimento compartilhado*:

(a) um fato é *manifesto* para um indivíduo quando pode ser representado mentalmente num determinado momento e aceito como verdadeiro ou provavelmente verdadeiro por esse indivíduo;

(b) o *ambiente cognitivo* do indivíduo é um conjunto de *fatos manifestos* para esse indivíduo.

Ser manifesto é ser perceptível ou inferível. O *ambiente cognitivo total* de um indivíduo vai ser, então, o conjunto de todos os fatos (suposições) manifestos, isto é, perceptíveis ou inferíveis, em função do ambiente físico e de suas habilidades cognitivas. Já os mesmos fatos ou suposições no ambiente cognitivo de duas pessoas diferentes não serão idênticos. O ambiente cognitivo total compartilhado por elas será, antes, uma interseção de seus ambientes cognitivos.

Os conceitos acima são esclarecidos pelos autores como cognitivos e não epistemológicos e, ainda, como aplicáveis a todas as suposições (verdadeiras ou falsas). Assim como tudo o que pode ser visto é um fato visível, o que é *manifesto* se aplica a qualquer suposição que um indivíduo é capaz de construir e aceitar como verdadeira ou provavelmente verdadeira. Algumas suposições são mais manifestas que outras, resultado do ambiente físico e das habilidades cognitivas do indivíduo: há graus de manifestabilidade no contexto.

No exemplo dado por S&W (1995, p.41), Pedro e Maria conversam no mesmo local, onde eles compartilham o ambiente cognitivo formado por tudo o que é manifesto por estarem ambos naquele local. Um dos fatos manifestos é o mesmo ambiente físico, e também a suposição de que ambos dividem certas suposições manifestas iguais.

Então, S&W definem *ambiente cognitivo mútuo*: qualquer ambiente cognitivo no qual há interseção de dois ou mais ambientes cognitivos, ou seja, dois ou mais conjuntos de suposições manifestas aos indivíduos envolvidos, uma dessas suposições sendo a identidade dos indivíduos que dividem as suposições manifestas.

Em um ambiente cognitivo mútuo, o que é chamado de *manifestabilidade mútua* passa a ser cada uma das suposições manifestas. Esse conceito define o

²⁹ Os termos importantes para as considerações sobre a TR serão esclarecidos à medida que forem necessários para o tema do trabalho.

fenômeno no qual os mesmos fatos e suposições são manifestos ao mesmo tempo para indivíduos diferentes, assim como a suposição de que esses fatos e suposições são manifestos para esses indivíduos é, por sua vez, manifesta também.

No caso da comunicação verbal, o comportamento ostensivo do falante é aquele enunciado lingüístico que evidencia ao ouvinte a informação da suposição comunicada em si e a evidência de que tal suposição é intencional. O estímulo do falante, por meio do enunciado lingüístico, evidencia, assim, que ele quer tornar manifestas algumas suposições. Entre as suposições manifestas se incluem aquelas sobre a pessoa do falante, que este está tentando ser relevante e que ele tem consciência de que a relevância da informação que está veiculando no seu enunciado vai ser relevante para seu ouvinte. Dessa forma, o ato ostensivo é garantido pela noção de relevância subjacente e, ao mesmo tempo, a relevância da comunicação é garantida pelo estímulo que caracteriza a ostensão. Do contrário, o falante não teria porque ser ostensivo, sob pena de ser irrelevante. O comportamento do ouvinte, a partir do comportamento do falante, processa as inferências necessárias dos significados implícitos e, assim, a comunicação tem êxito.

Nesse momento podemos definir o Princípio da Relevância como o princípio subjacente ao comportamento ostensivo-inferencial, no qual a relação custo-benefício determina graus de relevância. Essa relação pode ser explicada pelo custo de processamento dispendido para a compreensão de uma nova informação pelo ouvinte, e do benefício quanto aos efeitos contextuais que a nova suposição causa no seu ambiente cognitivo, a partir de um contexto selecionado para maximizá-la (o processo de seleção de um contexto será tratado na seção 3.3).

A intenção de alcançar efeitos cognitivos baseia-se na relação entre efeitos contextuais e esforço de processamento: quanto menos efeitos contextuais e maior esforço de processamento, menor a relevância. Se maior o esforço de processamento, mas maiores efeitos contextuais, a relevância aumenta.

Na definição técnica de *relevância*, o efeito contextual tem importância fundamental: uma suposição não tem relevância se ela não tem efeito contextual no contexto em que se insere. Esta é uma das condições para a relevância.

O efeito contextual no ambiente cognitivo de um ouvinte é um dos objetivos para o comunicador ser ostensivo, de maneira a alterar as crenças mentalmente representadas pelo interlocutor.

Uma suposição será irrelevante se não possuir efeitos contextuais, por exemplo: quando não há ligação de uma suposição, mesmo que esta aporte uma nova informação, com outra informação do contexto; quando a suposição já faz parte do contexto e a informação mais recente não afeta a força da que já existia; ou quando a suposição é inconsistente e, conseqüentemente, é fraca para alterar o contexto.

Os efeitos contextuais que podem resultar da interação entre um falante e sua audiência são de três tipos: implicações contextuais, fortalecimento/enfraquecimento de suposições e eliminação de suposições contraditórias.

Como já colocado no início do capítulo, o Princípio de Relevância está fundamentado na relação custo-benefício. O custo é o esforço cognitivo realizado na compreensão de enunciados, e o benefício, o resultado dos efeitos contextuais de uma nova informação no ambiente cognitivo do indivíduo. Por isso, consideremos, a seguir, cada tipo de efeito contextual e sua relação com o esforço cognitivo e o benefício resultante, visto que os efeitos contextuais envolvem a noção de contexto na TR.

3.3 Implicações contextuais, fortalecimento/enfraquecimento de suposições e eliminação de suposições contraditórias

Nesta seção, consideraremos os efeitos contextuais: alterações de crenças de um indivíduo pela combinação de informações com suposições já tidas pelo ouvinte sobre o mundo, gerando uma nova suposição; alterações pela evidência dada a uma suposição já existente; ou alterações pela contradição de uma suposição já presente no ambiente cognitivo do indivíduo. Para S&W, uma suposição só é relevante se produzir tais efeitos, sob três formas possíveis: por implicação contextual, pelo fortalecimento/enfraquecimento de suposições e por eliminação de suposições contraditórias.

Uma inferência dedutiva pode ser calculada a partir da relação entre o par ordenado enunciado-contexto. Essa inferência não-trivial, autorizada ou não pelo locutor, mas dependente do par mencionado, é chamada de “implicação contextual”.

A inferência não poderá ser derivada somente do enunciado ou somente do contexto, senão do par formado por ambos.

A implicação contextual é o resultado da combinação de uma nova informação P com uma informação antiga C – uma **contextualização** de P em C ³⁰. As informações velhas (C) já fazem parte do conjunto de suposições do ambiente cognitivo de um indivíduo e (P), a informação nova, passa a fazer parte do contexto de suposições (C).

O efeito contextual deverá ser observado se a nova informação modifica e enriquece o contexto.

Vejamos um exemplo:

13 (A) Você quer se inscrever no curso intensivo de inglês?

(B) Não, obrigado, trabalho em horário integral.

Dado o contexto (14), a conclusão (15) surge como uma implicação contextual de (13) no contexto (14):

(14) (a) O curso de inglês acontece durante o dia.

(b) Fazer o curso de inglês intensivo exige horário integral.

(c) Estudar inglês é secundário em relação ao trabalho.

(d) O trabalho exige horário integral.

(e) Quem trabalha em horário integral não pode estudar durante o dia.

(f) Quem não pode dispor do tempo necessário para estudar não tem interesse em cursar inglês.

(15) O falante (13) (B) não pode ser considerado um interessado em se inscrever no curso intensivo de inglês.

A implicação contextual que se verifica no exemplo (13) está na derivação por meio de uma lógica não-trivial, onde a relevância da resposta de (B) se faz presente pelo processo dedutivo percorrido de (13) e (14) a (15).

³⁰ Sperber & Wilson definem a informação velha como sendo as suposições derivadas ou recuperadas da entrada enciclopédica, enquanto a nova informação surge de sistemas perceptuais e lingüísticos de *input*, que se torna velha informação à medida que é processada. Sperber & Wilson deixam claro que seu interesse está na informação adquirida pelo sistema lingüístico.

O enunciado (13) (B), que constitui a informação nova *P*, unido ao contexto (14 a-f), o conjunto de suposições *C*, deriva a implicação contextual de que (B) não está interessado em se inscrever em um curso intensivo de inglês³¹.

O fortalecimento de suposições ocorre pelo fornecimento de evidência adicional para as suposições antigas.

Retomando o diálogo (13), (A) prossegue:

16 (A) E se você tiver aula nos sábados?

(B) Nos fins de semana fico com meus filhos.

B fornece uma evidência que fortalece a suposição (15), confirmando sua verdade ao acrescentar uma nova informação.

Se, entretanto, ao chegar na aula de inglês, (A) encontra (B), há um efeito contextual em que ocorre a eliminação da suposição mais fraca, devido à contradição entre a nova e a antiga informação. A nova informação é mais forte, derivando outra suposição, a de que *B* tem interesse em estudar inglês.

Delineamos acima, os efeitos contextuais apontados por S&W (1995) como necessários para caracterizar a relevância na comunicação. É preciso, ainda, que salientemos que os efeitos contextuais são uma forma de produzir informação constitutiva do contexto, uma vez que eles modificam o ambiente cognitivo do indivíduo, caracterizado como o conhecimento de mundo armazenado em sua memória.

Deixaremos a questão do esforço cognitivo nestes termos: o esforço cognitivo para o processamento de uma nova suposição está diretamente relacionado ao grau de efeitos contextuais e ao julgamento de relevância na comunicação.

Entre enunciados com o mesmo número de implicações, a informação pode trazer maior ou menor esforço mental: a informação demasiadamente nova, sem nenhuma conexão com o ambiente cognitivo do ouvinte, exigirá maior esforço cognitivo para compreensão; assim como a informação totalmente conhecida, que não aporta efeitos contextuais significativos.

Duas sentenças com a mesma estrutura conceitual, que disponibilizam as mesmas regras dedutivas para o mecanismo dedutivo, processadas em um mesmo

³¹ Exemplo formulado a partir de Costa (1984).

contexto, podem, ainda, exigir o mesmo custo de processamento, mas apresentarem diferentes efeitos contextuais. A de maior efeito contextual, nesse caso, terá maior grau de relevância. Entre enunciados com o mesmo número de implicações contextuais, será mais relevante aquele que tiver a menor quantidade de operações. A relação entre efeitos contextuais e esforço cognitivo, portanto, determina graus de relevância no processamento da informação.

A acessibilidade ao contexto é outro fator apontado como influente no custo de processamento da compreensão verbal, descrito na TR e diretamente relacionado com o nosso tema, do que trataremos a seguir.

3. 4 Sobre o contexto na Teoria da Relevância

Nesta seção, focaremos a explicação de S&W sobre como o contexto é formado para a compreensão de enunciados em uma troca verbal.

Ao abordar a noção de contexto, especificamente, Sperber e Wilson (1995) apontam para o fato de que, na compreensão de um enunciado, essa noção aparece na literatura como um elemento dado, determinado de forma singular, isto é, já há um contexto disponível para o indivíduo, qualquer que seja o momento da comunicação. Nesse tipo de abordagem, o contexto é dado antes do processo de compreensão e não é uma questão de escolha. O contexto já existe na mente do falante quando ele explicita o enunciado, como no discurso em que o contexto para a compreensão de um enunciado é formado pelo conjunto de suposições explícitas nos enunciados precedentes dentro de tal discurso. Essa forma de construir o contexto, segundo os autores, exige demasiado esforço para acrescentar as suposições expressas, as implicadas e mais as entradas enciclopédicas que seriam ativadas para cada conceito utilizado. O efeito contextual da informação nova acabaria por perder a relevância, já que a cada expansão do contexto aumentaria o esforço de processamento. Cada vez mais seria necessário acrescentar informação enciclopédica, até que o contexto iria incluir a totalidade da enciclopédia do ouvinte. Chegaria um momento em que, dada a extensão do contexto, toda informação nova fornecida pelo falante teria alguma relevância, pois ela teria obrigatoriamente efeito contextual em um contexto com tal amplitude. S&W (1995) explicam: a relevância de

quaisquer informações novas estaria comprometida, pois, ao exigir um esforço de processamento proporcional ao tamanho do contexto, alcançariam relevância mínima dado tal esforço, uma vez que quanto maior o esforço de processamento, menor a relevância. As lembranças que pudessem ser ativadas como parte do contexto não teriam relevância, segundo este modelo, pois seriam repetições diante de um contexto a tal ponto abrangente.

Ao invés disso, Sperber e Wilson (1995) afirmam que tanto a natureza do contexto quanto a da compreensão permitem que o contexto seja formado por escolhas e revisões realizadas durante o processo de compreensão.

Repetimos a definição de contexto transcrita na seção 2.2:

O conjunto de premissas usado para interpretar um enunciado (separado da premissa em que o enunciado em questão foi produzido) constitui o que é geralmente conhecido como *contexto*. Um contexto é um construto psicológico, um subconjunto das suposições do ouvinte sobre o mundo. São essas suposições, é claro, antes do estado real de mundo, que afetam a interpretação de um enunciado. (SPERBER e WILSON, 1995, p. 15)

Sperber & Wilson propõem-se a acrescentar um teor psicológico à definição acima.

Na descrição da noção de contexto, sob o ponto de vista de S&W, salientamos os pontos que seguem.

Passo formal para construir o contexto:

1- há um conjunto de suposições que se encontra dentro da memória do mecanismo dedutivo, quando tem início um processo de dedução;

2- esse conjunto pode ser dividido em dois subconjuntos, onde um atua como contexto de processamento do outro.

O passo descrito acima permite que se retire as implicações sintéticas que contêm realmente em sua derivação os dois subconjuntos do conjunto. Assim, também é possível descrever esses dois subconjuntos de suposições como implicações contextuais um no contexto do outro. Isso tornará clara a distinção psicologicamente importante de qual é a informação que merece mais atenção, em geral a nova, e a que permanece como pano de fundo, em geral a mais antiga.

3- os autores assumem como sendo fundamental para o processamento de uma nova informação, especialmente a informação comunicada verbalmente, a

combinação, dentro da memória do mecanismo dedutivo, de um conjunto de antigas suposições do indivíduo com as novas, o que constrói um contexto.

Cada nova informação a ser processada seleciona como contexto diferentes conjuntos de suposições, fornecidas por várias fontes, como a memória de longo prazo, a memória de curto prazo, a percepção. A escolha de um contexto a partir de um conjunto de suposições, entretanto, é limitada pela “organização da memória enciclopédica do indivíduo e pela atividade mental na qual ele está engajado” (S&W, 1995, p.138), o que indica que a escolha de um contexto real dentre os contextos potenciais não é arbitrária. Quanto à memória de longo prazo, lembram S&W (op. cit.), suas informações enciclopédicas estão organizadas em “blocos”³² e as próprias entradas enciclopédicas são descritas nesses termos, na medida em que podem ser organizadas em blocos maiores e conter blocos menores. Dentre esses blocos, as menores unidades que podem ser transferidas da memória enciclopédica para a memória do mecanismo dedutivo, são blocos de suposições, pois algumas lembranças, por exemplo, dependerão de outras para serem acessadas. Isso é justificado pelo fato de que os blocos de dados enciclopédicos não são acessados da mesma maneira e a qualquer momento.

A hipótese de S&W (1995) sobre a recuperação de dados conceituais é de que uma entrada enciclopédica de um conceito só pode ser acessada a partir do momento em que tal conceito aparece em uma suposição acessada previamente.

Quando é iniciado um processo dedutivo, as informações novas não são processadas sem que haja alguma informação armazenada na memória, suposições que um indivíduo processou imediatamente antes permanecem ainda em sua mente.

Os autores querem saber “[...] qual informação é guardada em um arquivo de memória a curto prazo, qual é transferida para a memória enciclopédica, qual é simplesmente apagada” (idem, p.139). S&W detêm-se na memória do mecanismo dedutivo para sugerir uma possibilidade: a de que no início de cada processo dedutivo, por exemplo, na memória desse mecanismo há um conjunto de premissas e as novas informações são dele derivadas. São derivadas todas as implicações não-triviais e, destas, são fortalecidas aquelas que devem sê-lo. Não sendo encontradas contradições, no final do processo restarão na memória do mecanismo

³² Termo que achamos mais adequado do que “porção”, como foi traduzido na edição portuguesa, e que arriscamos definir como “blocos contextuais”, subdividido em blocos menores, para serem acessadas informações de diferentes tipos, segundo seu arquivo.

dedutivo as premissas iniciais, os fortalecimentos e todas as conclusões derivadas. Nesse processo, todas as informações, premissas e conclusões, permanecem na memória do mecanismo dedutivo durante seu uso, e outras premissas não-relevantes naquele contexto são apagadas, permanecendo disponíveis em outro arquivo da memória de curto prazo para um “propósito geral” (S&W, 1995, p 139). Isso leva a crer, segundo os autores, que a memória do processo dedutivo não é o único arquivo existente na memória a curto prazo. Há evidências de que há uma memória conceitual de curto prazo, onde são guardadas as informações do contexto que não estão sendo utilizadas num dado momento.

As interpretações de enunciados precedentes que permanecem no mecanismo dedutivo constituem um contexto imediato, base para o processamento dedutivo de uma nova informação no enunciado seguinte.

Assim se dá a distribuição da interpretação de enunciados: ao processar a nova informação do enunciado que se segue, o indivíduo já possui na memória as premissas e suposições de enunciados anteriores. O arquivo de memória a curto prazo recebe as suposições não utilizadas na interpretação desses enunciados anteriores, somadas a algumas interpretações, informações e pensamentos imediatamente anteriores. Outra parte da interpretação imediatamente anterior e as anteriores a essa são copiadas na memória enciclopédica. O contexto inicial, por sua vez, é expandido nas seguintes direções: pelo “retrocesso no tempo” e pelo acréscimo da interpretação do enunciado imediatamente anterior e de interpretações anteriores.

As outras maneiras de expandir o contexto se dão pelo acréscimo de blocos de informação contidos nas entradas enciclopédicas de conceitos presentes no próprio contexto ou no momento requerido, isto é, no momento em que o conceito aparece na suposição que está sendo processada. O contexto também é expandido pelo acréscimo de informações do ambiente físico, que estão armazenadas em arquivos específicos de memória perceptual de curto prazo.

Há, entre alguns teóricos, uma ordem aceita para o processamento de uma informação nova: em primeiro lugar, é determinado o contexto, em seguida ocorre interpretação e, depois, a relevância é medida. Portanto, a relevância é uma variável relativa a um contexto. Todas as escolhas são feitas a partir de um contexto singular, e buscam a relevância da informação após seu processamento. Para S&W, este modelo de compreensão é improvável do ponto de vista psicológico. Para eles,

a ordem é inversa: os seres humanos estão inseridos em atividades de caráter amplo, nas quais, para cada nova informação, irão primeiro pressupor a relevância quanto a seus máximos efeitos contextuais com um mínimo de esforço para que seu processamento valha a pena, conforme já observamos neste capítulo. Assim, há uma reorganização também no papel da relevância e do contexto no modelo da TR: a primeira já é dada no início da interação, enquanto o segundo é uma variável que maximiza a relevância da suposição, especialmente na troca verbal.

S & W apresentam a seguinte ilustração:

(17) Maria: O que eu gostaria de comer esta noite é um ossobuco.

Estou esfomeada. Tive um dia terrível no tribunal. Como foi o teu?

Pedro: Não muito bom. Demasiados pacientes, e o ar condicionado não estava funcionando. Estou cansado.

Maria: Sinto ouvir isso. OK, eu mesma o farei.

(SPERBER & WILSON, 1995, p. 140)

Na análise desse diálogo, S&W apontam para a extensão do contexto no processamento do pronome “o”, do último enunciado. Para entendê-lo, o ouvinte terá que resgatar a informação dada no primeiro enunciado, onde aparece o conceito *ossobuco*. Quando o falante o enuncia, a informação enciclopédica sobre ele é transferida da memória do mecanismo dedutivo para a memória geral de curto prazo. Para entender o último enunciado, o conceito é novamente transferido para a memória do mecanismo dedutivo, ocorrendo a extensão do contexto imediatamente dado por acréscimo da interpretação de um enunciado anterior a ele.

Este contexto também poderia ser expandido pelo acréscimo de informações do ambiente físico, se Maria acrescentasse um comentário diferente, mostrando o objeto a que se refere:

(18) Se você está cansado, cozinharei isto.

Faz-se oportuno introduzir o conceito de *Relevância para um indivíduo* que, conforme S&W, é definido de duas formas: a classificatória e a comparativa.

(1) *Relevância para um indivíduo* (classificatória):

Uma suposição é relevante para um indivíduo em um momento determinado se e somente se ela trazer efeitos cognitivos positivos em um ou mais contextos dentre aqueles acessíveis para tal indivíduo naquele momento.

(2) *Relevância para um indivíduo* (comparativa):

Condição de Extensão 1: uma suposição é relevante para um indivíduo na medida em que os efeitos contextuais positivos alcançados pelo processamento ótimo de tal suposição são amplos.

Condição de Extensão 2: uma suposição é relevante para um indivíduo na medida em que o esforço cognitivo necessário para serem atingidos tais efeitos contextuais positivos é pequeno (SPERBER e WILSON, 1995, p. 265-266).

A *Relevância para um indivíduo* (classificatória) tem como pano de fundo o fato de que, no final do processo dedutivo, o indivíduo tem um conjunto particular de contextos para acessar. Cada um desses contextos, exceto o inicial, contém contextos menores, e cada um está inserido em contextos maiores - com exceção dos contextos máximos, isto é, aqueles que atingiram a capacidade máxima de extensão possível dentro da memória do mecanismo dedutivo. Há uma ordenação dos contextos acessíveis pela relação de inclusão, uma relação formal que tem uma contrapartida psicológica: a ordem de inclusão é simetricamente proporcional à ordem de acessibilidade.

O contexto inicial mínimo tem acesso imediato, portanto os contextos que incluem apenas um contexto inicial mínimo são os de mais fácil acesso; aqueles que incluem o contexto inicial mínimo e mais uma extensão desse contexto já serão menos acessíveis que o primeiro tipo no que diz respeito à acessibilidade, e assim por diante. Logo, também é possível estabelecer uma relação de custo-benefício para essa acessibilidade: o esforço será tanto maior quanto maior for o número de operações para apreendê-lo, e vice-versa.

Quanto à relevância de uma nova suposição (S) para um indivíduo, dado o esforço para acessar o contexto, S&W citam seis situações, das quais selecionamos as positivas, ou seja, as que apresentam a relevância de S:

1- S estar presente ou implicada no contexto inicial e em todos os contextos acessíveis abaixo da força máxima e fortalecer todos os contextos; pode haver uma extensão do contexto inicial, quando S deverá ter mais efeitos contextuais na extensão do que no contexto inicial, sem haver maior esforço no processamento de S no contexto estendido.

2- S não estar presente ou implicada em nenhum dos contextos acessíveis, então S traz algumas implicações contextuais para o contexto inicial; se houver extensões do contexto, estas devem produzir maior quantidade de efeitos contextuais e o benefício não deve ser superado pelo esforço necessário para processar o aumento de benefício;

3- S não estar presente ou implicada em nenhum dos contextos e apresentar implicações em extensões do contexto inicial; seus efeitos contextuais não são verificados no contexto inicial, mas em algumas extensões deste. Só haverá relevância de S se o contexto for estendido.

4- S não estar presente ou implicada no contexto inicial, mas aparecer com força máxima em contextos maiores, e ser relevante porque tem uma função de ajudar a lembrar, trazendo efeitos contextuais significativos para aqueles que não a contenham. Isto teria um custo menor do que se fosse necessário buscar a informação pelo acesso a extensões sucessivas do contexto.

A *Relevância para um indivíduo* (comparativa) pode ser ilustrada, a partir de Sperber e Wilson (1995, p. 145), por:

(19) *Maria*: Mãe, eu gosto tanto do brigadeiro que tu fazes...

Mãe: Hoje estou muito cansada, já é tarde da noite.

Depois de interpretar o último comentário da mãe, Maria tem as suposições (20 a-c) como contexto inicial na memória de seu mecanismo dedutivo:

(20) *Contexto inicial*

(a) Minha mãe está cansada.

(b) Se minha mãe está cansada, ela não vai fazer brigadeiro.

(c) Minha mãe quer que eu desista do brigadeiro.

(20a) é a suposição expressa no último enunciado processado; (20b) é uma premissa acrescida a (20a) que resulta na implicação contextual (20c). Outras suposições de Maria que ocorreram na memória de seu mecanismo dedutivo no início da interpretação são apagadas no final do processo por não terem efeitos contextuais nesse contexto.

Em uma situação real, vários blocos de informação poderiam estender o contexto inicial, como:

Bloco 1: Informações enciclopédicas sobre a mãe: *Mamãe é professora.*

Bloco 2: Informações enciclopédicas sobre Maria: *Maria é adolescente.*

Bloco 3: Informações enciclopédicas de como se faz brigadeiro.
Brigadeiro é feito com chocolate e leite condensado, é uma sobremesa.

Bloco 4: Informações sobre o ambiente físico.

Bloco 5: Informações sobre suposições anteriores: *Maria adora brigadeiro.*

Os blocos 1-5 são acessados de imediato, com apenas uma operação a partir do contexto inicial. Essas extensões dão acesso a mais extensões potenciais em operações sucessivas, como o Bloco 6, a partir da informação que a mãe é professora:

Bloco 6: Informações enciclopédicas sobre educação.

Os efeitos que a continuação do diálogo poderia ter sobre a seleção do contexto incluiriam Maria desistir de comer brigadeiro, o que corresponde a ser relevante no contexto (20), pela implicação de que Maria terá uma atitude esperada pela mãe. Esta implicação contextual será relevante para ambas, então Maria poderá enunciar:

(21) *Maria:* Se estás cansada, não vou querer que faças brigadeiro.

Se o diálogo continuasse:

(22) *Mãe:* Hoje estou muito cansada, já é tarde da noite. *Gostaria que tu desistisses de comer brigadeiro.*

Esse novo comentário da Mãe atinge relevância no contexto (20a-c), pelo fortalecimento da implicação contextual (20c). A relevância é ótima aqui, visto que todas as conclusões baseadas na premissa (20c) são fortalecidas. É um exemplo da situação 1 acima: a relevância ocorre em todos os contextos acessíveis por fortalecimento de uma suposição presente.

Não ilustraremos todas as situações, pois tratamos apenas de esclarecer o tipo de relação apresentada na definição de relevância para um indivíduo e a escolha de um contexto.

Pelo que vimos nesta seção, podemos verificar que a TR apresenta um grande potencial explicativo de seus conceitos, especificamente da noção de contexto. Esta foi explicada pela relevância para um indivíduo de fatores selecionados de um sistema central cognitivo que organiza a memória e a informação e representa conceitos para formar suposições que resultarão na compreensão.

Na próxima seção, verificamos o potencial de aplicação da noção de contexto na Teoria da Relevância.

3.5 A aplicação da noção de contexto da Teoria da Relevância no texto de Millôr Fernandes

Após a descrição e explanação sobre o contexto na Teoria da Relevância, nesta seção mostraremos a aplicação da noção de contexto enfocada e suas implicações para a compreensão de um enunciado.

TEXTO 3

Poemeu - A superstição é imortal

- (1) Quando eu era bem menino
- (2) Tinha fadas no jardim
- (3) No porão um monstro albino
- (4) E uma bruxa bem ruim.

- (5) Cada lâmpada tinha um gênio
- (6) Que virava ano em milênio
- (7) E, coisa bem mais perversa,
- (8) Sapo em rei e vice-versa.

- (9) Tinha Ciclope, Centauro,
 (10) Autósito, Hidra e megera,
 (11) Fênix, Grifo, Minotauro,
 (12) Magia, pasmo e quimera.
- (13) Mas aí surgiram no horizonte
 (14) Além de Custer e seus confederados
 (15) A tecnologia mastodonte
 (16) Com tecnólogos bem safados
 (17) Esses homens da ciência me provaram
 (18) Que duendes, bruxas e omacéfalos
 (19) Eram produtos imbecis de meu encéfalo.
 (20) Nunca existiram e nunca existirão:
 (21) uma decepção!
- (22) Mas continuo inocente, acho.
 (23) Ou burro, bobo, ou borracho.
 (24) Pois toda noite eu vejo todo dia
 (25) Tudo que é estranho, raro, ou anomalia:
 (26) Padres sibilas
 (27) Hidras estruturalistas
 (28) Ministros gorilas
 (29) Avis raras feministas
 (30) Políticos de duas cabeças
 (31) Unicórnios marxistas
 (32) Antropólogas travessas
 (33) Mactocerontes psicanalistas
 (34) Cisnes pretos arquitetos
 (35) Economistas sereias
 (36) Democratas por decreto
 (37) E beldades feias
 (38) Que invadem a minha caverna
 (39) E me matam de aflição
 (40) Saindo da lanterna
 (41) Da televisão.

"Poemeu" foi extraído do livro "Millôr Fernandes — Poemas", L&PM - Porto Alegre, 1984, p. 92³³.

Quando iniciar o processamento de uma nova suposição (1) *Quando eu era bem menino*, o interlocutor terá em mente um conjunto inicial de suposições, formadas pelo *input* lingüístico e por informações da memória enciclopédica. Essas informações passam a constituir as premissas implicadas e a fazer parte da memória do mecanismo dedutivo:

- 1(a) O falante não é mais menino no momento da enunciação.
- (b) A experiência de um menino é diferente da de um adulto.
- (c) O falante vai falar sobre quando era criança.

³³ O texto foi numerado para facilitar a análise.

- (d) Crianças têm fantasias.
- (e) Adultos vivem a realidade.

Esse passo constitui-se na construção de uma hipótese apropriada sobre suposições contextuais pretendidas (premissas implicadas).

Esse conjunto de premissas é processado e permanece no arquivo de memória de curto prazo, passando a constituir um contexto imediato, em que o enunciado seguinte passará a ser processado:

(2) Tinha fadas no jardim.

Então (2) utilizará o contexto (1 b,c,d) para interpretar (2), o tempo é de uma criança que lembra uma história de ficção, uma história infantil. Em (2), o contexto inicial é estendido pelo “regresso ao tempo” e pela seleção da premissa (1c): o falante vai falar de quando era criança. A premissa (1c) é fortalecida e, por isso, há um efeito contextual. Esta suposição passa a fazer parte do ambiente cognitivo mútuo dos indivíduos na interação.

Outra maneira de estender o contexto será o de acrescentar a entrada enciclopédica de “fada”, que conterá blocos menores de informações enciclopédicas: **ser** que povoa **histórias infantis**, **entidade fantástica** do **sexo feminino** de **poder sobrenatural**, **fadas** são **boas**. Esses conceitos são um bloco de informações menor do que o conteúdo total a que a entrada enciclopédica dá acesso.

(3) No porão um monstro albino.

(3) expande o contexto imediatamente dado, constituído da premissa (1), mais a suposição (c), de que o falante está comentando sobre histórias infantis.

(4) expande o contexto da mesma forma que (3), no mesmo contexto de (2) e (3) pela entrada lexical de *bruxa bem ruim*, o que se espera de uma **bruxa**, em oposição a uma **fada**.

(5-12) acrescentam novos blocos de *inputs* lexicais e de informações enciclopédicas que fortalecem as suposições (b, c, d).

Em (13-17) surgem personagens reais, que fazem apelo ao conhecimento de mundo do interlocutor e uma nova suposição (18-20), em que a conjunção “mas” tem o papel de iniciar o processamento de um enunciado que tem por contexto (1 a, b, e). A entrada lexical de “mas” permite essa suposição. Os personagens da infância eram de ficção, nunca existiram e nunca existirão, eram produto da imaginação. (21) fortalece as suposições (1 a, b, e), expandindo o contexto mais uma vez. Agora o contexto é alterado pela introdução de uma conclusão, a partir de (1b), e seu efeito contextual é explicitado por (21): *uma decepção!* Aqui, o ouvinte pode perceber as seguintes suposições contextuais:

S1 O falante gosta da fantasia da infância.

S2 O falante não gosta da realidade que contradiz seu mundo infantil.

Novamente, em (22), a conjunção “mas” retorna ao contexto anterior quando o falante sugere que vai opor uma nova informação no contexto: *Mas continuo inocente, acho.* Volta-se às premissas implicadas (1 a-e). (25) traz suposições fortemente implicadas: o que vai ser dito é estranho, raro ou anomalia. O contexto é então expandido por novas entradas lexicais e enciclopédicas de (26-37), onde vários subconjuntos de suposições podem fazer parte, por exemplo, em (36): *Democratas por decreto*, em que a entrada lexical de “democrata” inclui os conceitos, entre outros, de que *a democracia é um regime eleito pelo povo* (premissa implicada), *um democrata representa a vontade popular* (premissa implicada), *a vontade popular é a democracia livre de imposições* (conclusão implicada); e de “por decreto” pode-se chegar a conceitos contrários, como *o que é por decreto não tem a participação do povo* (premissa implicada), *o que é por decreto é uma imposição* (premissa implicada). O contexto anterior é enriquecido com novas representações conceituais, em que as entradas lexicais e enciclopédicas ativam blocos menores selecionados da entrada enciclopédica geral.

Assim, o conjunto de premissas implicadas em (1) é utilizado para a interpretação dos enunciados, e o contexto se configura a partir dessas premissas como um subconjunto de suposições do ouvinte sobre o mundo, suposições que interferem e determinam a compreensão e a significação dos enunciados.

(38-41) trazem um estímulo do ambiente físico, uma invasão à caverna (metáfora de mente, casa, quarto), uma aflição que mata (hipérbole), a “lanterna” ligada a caverna, a televisão (um fenômeno relevante para a apreensão do mundo).

No nível da explicatura, a fim de reconhecer tanto a metáfora e o humor irônico do texto, bem como os traços semânticos relevantes advindos do domínio conceitual de caverna, televisão, etc., o contexto físico e o conhecimento enciclopédico do indivíduo são necessários para sua interpretação pragmática.

Um dos processos envolvidos na compreensão global é a construção de uma hipótese apropriada sobre implicações contextuais pretendidas (conclusões implicadas).

A conclusão do texto acima é: a fantasia das histórias infantis se confunde com a realidade inacreditável e improvável do mundo assistido na televisão.

Para chegar a essa conclusão, que o falante comunica, tornando manifestas, através dos estímulos lexicais, perceptuais, etc., o ouvinte parte de um conjunto de suposições, que se divide e passa a atuar no próximo contexto. Esses dois subconjuntos de suposições trazem implicações contextuais um no contexto do outro. Assim, a combinação, dentro da memória do mecanismo dedutivo, de um conjunto de antigas suposições do indivíduo com as novas, constrói um contexto.

3.6 Conclusão

Sperber e Wilson propõem uma abordagem do contexto a partir da Teoria da Relevância. Sob seu ponto de vista, são contextuais as informações ou as suposições interpretativas que os interlocutores consideram relevantes para a construção do sentido dos enunciados e é relevante qualquer suposição interpretativa que produza efeitos contextuais. A relevância de uma suposição ou hipótese interpretativa (efeitos contextuais e cognitivos) não é um valor absoluto, na medida em que uma informação atinge graus de relevância em um dado contexto e para um determinado indivíduo. Assim, o fato de ouvirmos um ruído de passos é muito mais relevante do que o fato de saber a data de nascimento do locutor para compreender o que ele quer dizer quando me diz: “Vai abrir a porta para o carteiro”.

O ruído de passos constitui, sem dúvida, nesse exemplo, um elemento contextual do enunciado do falante, ao passo que não o é ou, pelo menos, não tanto, o fato de sabermos a data de seu aniversário.

O que é visível para a cognição visual ou auditiva é equivalente aos fatos manifestos para a cognição conceitual. Ser manifesto é ser perceptível ou inferível. O estímulo ostensivo, no entanto, garante a relevância na comunicação, maximizando, também, a apreensão do contexto como parte da interpretação.

O contexto tem o papel de disponibilizar para o falante e para o ouvinte os elementos necessários para tornar ostensiva a intenção comunicativa do comunicador. Serve também para indicar a adequada interpretação do enunciado resultante pelo ouvinte, com maior ou menor esforço de processamento. Isto depende do estímulo dado e de seus efeitos no contexto que vai sendo construído. Na Teoria da Relevância, este processo é explicado em termos cognitivos, guiado pela busca de relevância no sentido concebido pelos autores.

As novas suposições aumentam as opções de contextos em potencial. Para os autores, esse é um ponto central na interpretação de um enunciado, uma vez que cada novo enunciado está ligado a enunciados imediatamente precedentes pela informação deles derivada, contida no contexto utilizado em sua interpretação. Um novo enunciado exigirá um contexto específico. Nesse sentido, os autores levantam a questão de como sua teoria dá conta de descrever a forma como o ouvinte entende apropriadamente um determinado enunciado em seu contexto específico, onde a interface Semântica-Pragmática pode ser divisada.

A partir do processo de derivação na Teoria da Relevância e da escolha do contexto apropriado, as premissas e conclusões implicadas vão se tornando mais ou menos manifestas no ambiente cognitivo dos interlocutores, até chegarem a ser mutuamente manifestas.

Na TR, a intersecção dos ambientes cognitivos de falante e ouvinte na interação, formando o ambiente cognitivo mútuo, explica porque a comunicação visa a alteração dos ambientes cognitivos dos interlocutores, ou a alteração de crenças do interlocutor, o contexto da interpretação. O ambiente cognitivo de cada interlocutor, no entanto, é um conjunto de suposições apenas representado e considerado verdadeiro. O contexto, logo, é definido como um construto psicológico, em que atua, na interpretação de um enunciado, um subconjunto de suposições do ouvinte sobre o mundo, a partir de um conjunto de premissas.

O contexto na TR é construído a partir de um conjunto de suposições acrescentadas ao enunciado a ser interpretado, o que sugere que o contexto não é dado de antemão, mas é formado ao longo do processamento de informações. As

suposições derivadas passam a constituir o contexto, enriquecendo e ampliando seu conjunto inicial. O contexto varia em grau de acessibilidade, isto é, conforme uma suposição faça parte do contexto imediato ou ela esteja implicada nas cadeias de derivação subseqüentes. Essa acessibilidade varia de indivíduo para indivíduo, na medida em que o contexto inicial selecionado para interpretar um enunciado é restringido pela organização da memória enciclopédica de um indivíduo, pelas suas capacidades perceptuais e cognitivas e pela atenção, envolvimento mental e raciocínio com que processa a informação. O potencial descritivo-explanatório da teoria quanto ao papel do contexto mostrou-se satisfatório para operar na teoria.

4 A TEORIA DAS IMPLICATURAS CONVERSACIONAIS GENERALIZADAS E A NOÇÃO DE CONTEXTO

Levinson é um dos teóricos que receberam forte influência de Paul Grice. Além de dedicar um capítulo inteiro à Teoria das Implicaturas em sua obra de 1983, Levinson elabora, em 2000, a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas, a partir das sugestões de Grice em *Logic and Conversation*. Por isso, este modelo teórico faz parte desta dissertação, trazendo, ao mesmo tempo, um outro enfoque para nosso tema e enriquecendo esta pesquisa.

A Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas (doravante TICG) detém-se nas implicaturas dependentes de um contexto geral.

Para construir a TICG, Levinson (2000) levanta uma hipótese: devem existir forças heurísticas que forneçam interpretações preferenciais sobre a intenção do falante, e que não dependam de muito cálculo, de conhecimento enciclopédico ou de qualquer outro cálculo de natureza mental.

A TICG traz a intenção do autor de apresentar uma abordagem do significado em linguagem natural dedicada aos aspectos pragmáticos do enunciado.

No entanto, como Costa (2005) comenta em seu artigo *Comunicação e Inferência em Linguagem Natural*, e como o próprio Levinson admite no prefácio de sua obra, a TICG se apresenta desvinculada de um compromisso mais forte com qualquer princípio cognitivo em seus fundamentos para tratar da geração das implicaturas generalizadas – diferentemente das teorias de Sperber e Wilson (1995) ou de Grice (1991).

Levinson foca na dicotomia, para ele imprópria, significado de sentença e significado de enunciado, tradicional na interface Semântica-Pragmática, a fim de provar que existe uma “interpretação preferencial” na comunicação.

Para apresentar a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas e introduzir o tema *contexto* sob sua abordagem, este capítulo está assim organizado: a seção 4.1, *Significados preferenciais*, tratará da noção de interpretação preferencial, intrínseca a esta teoria. A seção 4.2, *As heurísticas*, apresenta a

arquitetura teórica da TICG, por meio da construção das heurísticas, vistas como mecanismos de produção das inferências conversacionais generalizadas. Em 4.3, *O contexto na Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas*, entramos no tópico central de nossa investigação nesta teoria. Em 4.4, *A aplicação da noção de contexto na TICG*, aplicamos no texto de Millôr Fernandes a noção de contexto explicitada na teoria. Em 4.5, *Conclusão*, apresentamos os dados apresentados nas seções anteriores.

4.1 Significados preferenciais

Esta seção introduz nossas considerações sobre o contexto na Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas, apresentando o conceito de significados preferenciais, definido por Levinson como central em sua teoria, e equivalente ao significado do enunciado-tipo. As interpretações preferenciais estão fundadas na estrutura de enunciados e a TICG propõe-se ser uma teoria da compreensão de enunciados que, como tal, deve responder sobre variações nos seus valores em um contexto. Com isto supomos a relação deste conceito com a noção de contexto.

No capítulo 1 de *Presumptive Meanings*, Levinson argumenta a favor da natureza generalizada das implicaturas conversacionais generalizadas (ICGs), quando afirma que elas são inferências padrão, nas quais podem ser reconhecidas nossas intuições sobre uma interpretação preferencial. O autor afirma que a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas parece ser capaz de explicar e generalizar um nível intermediário de significação que outras teorias não cobrem, sem o qual não é possível dar conta da força e generalidade das inferências associadas com os operadores lógicos da linguagem natural.

Conforme dito na introdução deste capítulo, Levinson (2000) defende a existência de um nível intermediário entre o significado da sentença e o significado do enunciado. Esse nível intermediário é chamado por ele de significado do enunciado-tipo que, conforme Costa (2005), não representa o objeto da Pragmática mais típica, sendo, na verdade, o resultado de uma generalização no uso da linguagem. Essa natureza intermediária do significado do enunciado-tipo, que se

constitui em uma interpretação *default*, caracteriza-o como uma inferência não exatamente pragmática, nem exatamente semântica, no entanto, mais fortemente ligada à Semântica. As interpretações *default* são nomeadas por Levinson (op. cit.) de significados presumidos (*presumptive meanings*) e classificadas como inferências na TICG.

O termo *implicaturas conversacionais generalizadas* foi tomado da Teoria das Implicaturas, mas Levinson atribui à sua natureza algumas propriedades distintas das atribuídas por Grice (1991). Além das propriedades listadas por este último, que detalhamos no capítulo 2 desta dissertação, a saber, cancelabilidade, não-destacabilidade, calculabilidade, não-convencionalidade e indeterminabilidade, Levinson (op. cit.) acrescenta refortalecimento (*reinforcability*) e universalidade. A *reinforcability* é explicada como a possibilidade de tornar mais explícito o que é implicado com menos redundância, como ocorreria no caso de o conteúdo codificado ser repetido. A universalidade deve-se ao fato de que as inferências são derivadas de um mecanismo racional e são motivadas, ao invés de arbitrárias.

A inferência conversacional generalizada, afirma Levinson, é uma espécie de inferência não-monotônica, uma vez que é cancelável, opondo-se às formas monotônicas de acarretamento semântico. Ela é, então, uma inferência pragmática especial situada no limiar da Pragmática com a Semântica. Deve fazer parte, por isso, da constituição das condições de verdade de uma proposição semântica. Por sua condição intermediária, configura-se como uma inferência pragmática pré-semântica, o que traz conseqüências para o quadro tradicional da interface em relação ao escopo de uma e de outra.

Levinson (2000, p. 16) distingue, de acordo com sua interpretação da teoria de Grice (1991), os dois tipos de implicaturas conversacionais, a generalizada e a particularizada, como segue:

(a) Uma implicatura Q de um enunciado E é **particularizada** sse E implica Q em virtude de suposições contextuais específicas que não podem ser obtidas invariavelmente ou mesmo normalmente.

(b) Uma implicatura Q é **generalizada** sse E implica Q *exceto* se existirem suposições contextuais específicas inusuais para cancelá-las.

Levinson apresenta um exemplo para ilustrar a sugestão existente nessa diferenciação. Dada a sentença, *Alguns convidados já saíram*, em dois contextos distintos:

Contexto 1:

- (A) Que horas são?
- (B) Alguns dos convidados já saíram.
- ICP: Deve ser tarde.
- ICG: Nem todos os convidados já saíram.

Contexto 2:

- (A) Onde está João?
- (B) Alguns dos convidados já saíram.
- ICP: Talvez João já tenha saído.
- ICG: Nem todos os convidados já saíram.

A diferença de um exemplo para o outro é que a inferência particularizada muda de um contexto para o outro, enquanto a inferência generalizada permanece a mesma do contexto 1 para o contexto 2.

Eis outro exemplo:

- 1 (A) O passeio das crianças foi bom?
- (B) Alguns deles tiveram insolação.
- ICG: Nem todas as crianças tiveram insolação.
- ICP: O passeio não foi tão bom quanto o esperado.

O que Levinson observa com respeito a exemplos como esse é que, enquanto a ICP da resposta de (B) depende do contexto dado pela pergunta de (A) e somente desse contexto, a ICG ocorrerá em qualquer contexto.

Esses dois tipos de implicaturas pragmáticas comportam-se de forma totalmente diferente na visão de Levinson (2000): ICPs dependem de uma máxima de relevância sensível a suposições contextuais; ICGs são sustentadas por princípios de informatividade, cada um dos quais permite que o ouvinte utilize uma

heurística correspondente. As implicaturas são generalizadas porque têm o caráter de interpretações preferenciais.

Levinson (2000) esclarece que, para os propósitos de sua investigação, explorar as inferências padrão, serão consideradas, em paralelo com Grice, somente as máximas de Quantidade e de Modo. Assim, ele reduz as máximas a três heurísticas, que apresentaremos na próxima seção.

4.2 As heurísticas

Esta seção descreve as heurísticas na TICG, por serem o elemento que permite entendermos o enfoque de contexto nesta teoria.

As heurísticas são um sistema operacional concebido por Levinson no nível das máximas do Princípio de Cooperação de Grice, com a diferença, entretanto, de que são regras comunicacionais e não um princípio. As heurísticas são formuladas da seguinte forma:

Heurística Q: O que não é dito, não é o caso.

Heurística I: O que é simplesmente descrito, é estereotipicamente exemplificado. Dito de outra forma: não é necessário dizer aquilo que pode ser tomado como garantido.

Heurística M: O que é dito de uma forma anormal, não é normal.

Segundo Levinson, embora restritiva, a **heurística Q** aporta enorme acréscimo de informação na comunicação, permitindo que a proposição seja completada com as informações implícitas, a partir de uma escala entre termos ordenados de um conjunto.

A **heurística I** permite ao intérprete trazer à tona para a comunicação um vasto conhecimento de *background*, o qual produzirá uma interpretação rica a partir de uma descrição mínima.

A **heurística M** complementa a heurística I, incluindo sob seu escopo as interpretações que deverão levar em conta o uso de expressões marcadas para criar uma inferência específica.

Levinson (2000) faz também uma relação entre as três heurísticas apresentadas e três máximas da TI. A relação, afirma ele, pode ser observada se pensarmos nas máximas como heurísticas inferenciais que resultam em normas de comportamento na comunicação. Da natureza da inferência generalizada, segue-se que algumas máximas “têm um *status* especial como indutoras de ICGs” (LEVINSON, 2000, p. 35).

A **heurística Q** pode ser relacionada à **primeira máxima de Quantidade** de Grice (1991): “Faça sua contribuição tão informativa quanto o requerido”. A **heurística I** está relacionada com a **segunda máxima de Quantidade** da TI: “Não faça sua contribuição mais informativa do que o requerido”. Levinson (op. cit.) afirma que esta heurística permite que seja selecionada a melhor interpretação para a exemplificação mais estereotípica e mais explicativa. A **heurística M** está relacionada à **máxima de Modo** da TI, especialmente à primeira submáxima: “Evite obscuridade de expressão” e à quarta, “Seja breve”. Na heurística M ocorre uma oposição dela com a heurística I: o que é dito simplesmente, com brevidade, capta a interpretação estereotípica com a expressão não marcada; o que é dito pelo uso de uma expressão marcada sugere que a interpretação estereotípica deve ser evitada.

Com essas considerações, Levinson (2000) caracteriza as implicaturas conversacionais generalizadas como inferências que têm o *status* de interpretações preferenciais, pela força generalizada das heurísticas que acabamos de ver, o que confere a elas sua eficácia comunicacional.

As heurísticas parecem ter uma ordem de prioridade em sua interação umas com as outras. Inferências (Q) têm prioridade de interpretação, se houver alguma inconsistência, sobre os outros tipos, e inferências (M) se impõem sobre as inferências (I), por (Q) e (M) serem negativas em relação à (I). Costa (2005, p. 113) afirma que: “(Q) parece corresponder à intenção de evitar algum comprometimento informacional *mais forte* e (M) parece significar a intenção de evitar a expressão *mais simples*.” Levinson ainda caracteriza (Q) e (M) como implicaturas metalingüísticas pelo fato de não poderem ser recuperadas, senão por referência ao que deveria ter sido dito e não foi. Inferências (Q) implicam referência a conjuntos de alternativas salientes quanto à informatividade; inferências (M) implicam referência a conjuntos de sinônimos que diferem quanto a ser um termo mais marcado ou menos marcado. Essa é a diferença entre implicaturas (Q) e (M). Implicaturas (I) são

produzidas diretamente de expressões não-marcadas sem pares contrastivos fortes, mas com interpretações ricas em informatividade, muitas vezes estereotípicas.

Um exemplo da interação das três heurísticas é dado em (2-4):

(2) João matou Pedro.

Por (I): implica que João provocou a morte de Pedro diretamente.

(3) João causou a morte de Pedro.

Por (M): implica que João provocou a morte de Pedro indiretamente.

No caso de inconsistência entre (I) e (M):

(4) João causou a morte de Pedro, ou matou-o.

As considerações acima apresentam os aspectos essenciais da TICG. Contudo, não nos cabe aqui iniciar uma discussão teórica a respeito de seus fundamentos. Apenas assumimos, com Costa (2005), que, devido ao seu caráter essencialmente descritivista, desvinculado de um compromisso com quaisquer princípios cognitivos subjacentes à comunicação humana, a TICG carece de uma maior adequação explanatória de seu objeto.

Procuraremos, na próxima seção, a partir dessa limitação, explicitar a noção de contexto na TICG, no âmbito da estrutura conceitual assumida pela teoria.

4.3 A noção de contexto na TICG

Levinson (2000) não fornece uma definição de contexto em sua teoria. No entanto, assim como Grice (1991), Levinson trata de seu objeto, a inferência conversacional generalizada, como um elemento pragmático, porque cancelável (p. 42, 49-50, 54, 123, 192, por exemplo). Uma vez que Levinson parte de Grice para construir uma interpretação preferencial ligada a esse tipo de implicatura, ela deve, a nosso ver, manter a propriedade de ser dependente de um contexto geral.

De qualquer forma, Levinson sugere que é a interpretação padrão o que recupera a implicatura, a partir das três heurísticas a que reduziu as máximas de Quantidade e de Modo da Teoria das Implicaturas.

Sua referência à noção de contexto aparece quando ele trata da cancelabilidade das implicaturas escalares.

Levinson (2000) refere-se ao mecanismo que ele chama de “caçamba de Gazdar” para explicar as condições sob as quais ICGs são canceladas. Gazdar (1979), diz Levinson (op. cit.), propôs que o conteúdo comunicacional de um enunciado fosse visto como uma soma ordenada de acarretamentos, implicaturas diversas, pressuposições, etc. Assim, afirma ele, a atualização do domínio comum (*common ground*) com o conteúdo comunicativo de um novo enunciado consistirá no acréscimo ordenado para esse conhecimento mútuo dos acarretamentos, implicaturas e pressuposições do enunciado. Esse modelo de diálogo, por acréscimo de informações, é bastante razoável: permite, por exemplo, que se perceba como os enunciados podem presumir suposições do ambiente extralingüístico (*background*) e como a força comunicativa desses enunciados provoca mudanças no contexto. Levinson sustenta essa observação na seguinte correspondência: uma permissão reflete-se em uma restrição no contexto comum, a retirada de uma proibição reflete-se em uma mudança no contexto. Ele afirma, também, que a pressuposição, a força ilocucionária e a anáfora ocupam um lugar natural nesse tipo de modelo. O interesse do autor está em como esse modelo de acréscimo pode ser um instrumento para o cancelamento de inferências pragmáticas.

O contexto, concebido como uma “caçamba”, engloba os fatos mutuamente assumidos, seja como conhecimento compartilhado, seja como asserções aceitas. A cancelabilidade das ICGs pode então ser entendida como um acréscimo de novas asserções, cujo conteúdo é lançado no contexto “estritamente na seguinte ordem e somente se cada acréscimo é consistente com os conteúdos da caçamba” (LEVINSON, 2000, p. 50):

Ordem de acréscimo de informação:

(a) Acarretamentos

(b) ICGs Q

Oracionais

Escalares

(c) ICGs M

(d) ICGs I

Um exemplo em que um enunciado traz um acarretamento inconsistente com a implicatura, e então a implicatura é cancelada, é o seguinte:

(5) Alguns torcedores de futebol, de fato todos, são fanáticos.

Acarretamento: Todos os torcedores de futebol são fanáticos.

Implicatura escalar: Nem todos os torcedores são fanáticos.

O modelo de acréscimo no contexto explica esses casos pela relação de prioridade entre os tipos de implicatura: uma ICG oracional de conteúdo epistêmico incerto, gerada pelo condicional, tem prioridade sobre uma implicatura escalar derivada do conseqüente, devido à ordem em que elas são acrescentadas ao contexto. Como em (6):

(6) Alguns, se não todos, os torcedores de futebol são fanáticos.

Implicatura escalar: Nem todos os torcedores de futebol são fanáticos.

Implicatura oracional: Possivelmente todos os torcedores de futebol são fanáticos.

Levinson (2000) observa que há dificuldades nesse modelo de acréscimo: uma das situações de cancelamento que pode ocorrer é que a implicatura poderá ser cancelada após já ter sido processada em um momento mais ou menos distante. Isso exigiria uma infinidade de checagens do filtro de consistências quando surgem acarretamentos posteriores a implicaturas anteriores inconsistentes com eles.

Outra situação são casos de cancelamento de implicaturas não disparadas e que não constituem uma inconsistência. O exemplo de Levinson (2000, p. 51) é ilustrativo:

7 (A) Há alguma evidência contra ele?

(B) Alguns de seus documentos de identidade são forjados.

Implicatura (não disparada) escalar previsível: Nem todos os seus documentos de identidade são forjados.

Nesse exemplo, não é assumido nenhum conhecimento específico pelos interlocutores. Então, também não pode ser assumida nenhuma inconsistência com o domínio comum (*common ground*) ou com os acarretamentos do enunciado de (B), se for interpretado que nem todos os documentos de identidade são forjados. Entretanto, não processamos tal inferência, pelo fato de que, intuitivamente, entendemos que a resposta de (B) satisfaz a informação requerida por (A), isto é, se há alguma evidência contra o suspeito, e se essa resposta basta para (A).

Esse tipo de situação, acredita Levinson (op. cit.), deve-se a uma questão de relevância, no sentido da máxima de Grice. Implicaturas de Relevância, ou inferências sobre os objetivos do falante podem limitar outras inferências garantidas, que acabam não sendo levadas em conta.

Um ponto salientado por Levinson (2000) é o efeito probabilístico que a suposição mútua de uma heurística comum pode ter em uma ação coordenada. Citando experiências empíricas realizadas por Schelling (SCHELLING, 1960, apud Levinson, 2000, p. 53), o autor sugere a aplicação das heurísticas ao mesmo tipo de problema de coordenação, desta vez no âmbito da comunicação. A sugestão é de que, assim como duas pessoas são capazes de encontrar uma à outra se estivessem perdidas uma da outra, pela adivinhação de onde o outro pode estar, as heurísticas são capazes de estreitar as soluções para um problema de coordenação. Assim, afirma Levinson (op. cit.), a simples probabilidade de um falante querer transmitir algum significado-*nn* pode vir a converter-se em uma certeza.

No capítulo *Implicaturas Conversacionais Generalizadas e a Interface Semântica-Pragmática*, Levinson volta a abordar o contexto, quando trata da indexicalidade estendida em sua relação com os limites entre Semântica e Pragmática. Uma expressão, afirma o autor, possui uma intenção somente se for relativizada em relação a um contexto, no qual ela irá fixar essa intenção e, conseqüentemente, a extensão dessa intenção. Levinson está se referindo a movimentos metonímicos de referência esboçados por Sag (1981). Dada a cancelabilidade das implicaturas, ele acredita que esse não é o caso. O que Levinson sugere, nesse sentido, é que estender a lexicalidade de elementos pragmáticos ao conteúdo proposicional da sentença, como propõe Sag, não se aplica às ICGs geradas no léxico, as quais, por serem canceláveis, fazem parte do âmbito pragmático e não semântico. Isso constituiria uma invasão da Pragmática no campo da Semântica.

Vejam, agora, alguns exemplos, onde (a) é a sentença e (b) representa seu significado do enunciado-tipo, conforme a definição que vimos em 4.1, para entendermos o contexto na TICG:

- (8) (a) Alguns estudantes concluíram o curso.
 (b) **Nem todos** os estudantes concluíram o curso.
- (9) (a) Maria olhou para Pedro e ele corou.
 (b) Maria olhou para Pedro e **então** ele= **Pedro** corou.
- (10) (a) Maria era *expert* em fazer tortas.
 (b) Havia algo diferente **no modo como** Maria fazia tortas.

As expressões em negrito em cada letra (b) dos exemplos não derivam da decodificação lingüística. São inferidas pragmaticamente.

Na tradição de Grice, o conteúdo inferido está associado à dependência contextual, às máximas e ao Princípio de Cooperação, que estão voltados para a recuperação do significado pretendido pelo falante.

Levinson (2000) parte desta idéia para tratar da interpretação completa de um enunciado-ocorrência (*utterance token*), mas concebe esse fenômeno como uma instância diferente relativa à pragmática do significado do enunciado-tipo (*utterance-type meaning*), o qual está relacionado a interpretações preferenciais ou presumidas. Essas interpretações padrão estão impressas na estrutura dos enunciados e não se devem a contextos de enunciados. São interpretações, entretanto, permitidas por princípios pragmáticos ou por heurísticas, na medida em que não estão fundamentadas em cálculos diretos sobre a intenção do falante, mas em expectativas a respeito de como a língua geralmente é usada. Isso quer dizer que as interpretações padrão são geradas automaticamente pelo uso de regras padronizadas, juntamente com certas expressões e estruturas lingüísticas, como mostram os exemplos acima. Em (8a), a expressão **alguns** traz a inferência **nem todos**, gerada por uma regra de uso padrão da escalaridade. A conjunção “e” em (9a) traz a regra padrão de que o evento descrito na primeira oração precede o evento da segunda oração. Essas inferências padrão são canceláveis, seus efeitos

podem ser suprimidos, e esse é o papel do contexto na TICG: se o *output* padrão é inconsistente com o contexto, ele é eliminado. Como poderia se verificar se, no caso de (8a), surgisse a suposição de que **todos** os estudantes concluíram o curso. (8b) seria, então, cancelada.

A heurística Q é responsável pelo exemplo (8b) acima e aplica-se a uma escala de alternativas lexicais: *todos, alguns*. A heurística I é responsável pela implicatura em (9b) e a heurística M é responsável pela implicatura (10b).

Levinson aponta para o fato de que neste sistema o princípio-I e o princípio-M refletem uma “divisão de trabalho pragmático”: duas expressões co-extensivas distintas marcadas diferentemente tendem a ser relacionadas com subconjuntos complementares da extensão original (por exemplo: matar e causar a morte).

Vejamos como os conceitos abordados são aplicáveis na interpretação de contexto da TICG através do texto de Millôr Fernandes.

4.4 A aplicação da noção de contexto na TICG

Apresentaremos, nesta seção, a análise de como o contexto aparece na TICGs em dois tipos diferentes de texto de Millôr Fernandes, em frases e em um fragmento de uma peça de teatro.

TEXTO 4

Frases de Millôr Fernandes (do site: www.pensador.info. JCOonline)

(1) Se durar muito tempo, a popularidade acaba tornando a pessoa impopular.

Implicatura pela heurística (I): Se e somente se durar muito tempo, a popularidade acaba se tornando impopular. Contexto: a expectativa de interpretação do uso da língua de que será somente nesse caso que a popularidade acaba se tornando impopular + conhecimento sobre popularidade e sobre o uso irônico de antônimos.

Esta implicatura pode ser cancelada se for acrescentado: [...] *mas, na verdade, ela dura muito tempo e torna a pessoa popular*, por hipótese. Ou seja, pode ser cancelada por um novo contexto.

(2) Se todos os homens recebessem exatamente o que merecem, ia sobrar muito dinheiro no mundo.

Implicatura pela heurística (I): **Se e somente se** todos os homens recebessem exatamente o que merecem, ia sobrar muito dinheiro no mundo.

Implicatura pela heurística (Q): Se **todos = não alguns** homens recebessem exatamente o que merecem, ia sobrar muito dinheiro no mundo.

Contexto: a expectativa de interpretação de que somente se todos os homens recebessem exatamente o que merecem, ia sobrar muito dinheiro no mundo + o reconhecimento da implicatura de que os homens recebem mais do que merecem e por isso não sobra dinheiro no mundo.

Esta ICG pode ser cancelada, por exemplo, se for acrescentado ao contexto de (2) que [...] *não fosse o Governo ter uma lei que confiscaria todo o dinheiro que sobrasse*, por hipótese.

TEXTO 5

Na peça “Um elefante no caos”, de Millôr Fernandes, 2 ed., Porto Alegre: L&PM, 2007, p. 66, temos a seguinte passagem:

Paulo: De onde surgiu você?

Rosa: Do nada. Aquilo que os burgueses chamam tudo: automóvel, apartamento, alimentação farta e variada.

Paulo: Rompeu com a família e veio ao meu encontro?

Rosa: Rompi com o marido e vim ao teu encontro.

Paulo: Você é casada?

Rosa: Casada e com dez filhos.

Paulo: Tantos já, tão moça?

Rosa: Dez filhos ainda por nascer. Ou melhor, a ânsia de dez filhos. E quanto ao marido era também a promessa de um marido.

Paulo: Um noivo?

Rosa: (*Faz que sim.*) Uma espada na cabeça com a data marcada para cair. Pressenti o perigo e te contei a verdade.

Paulo: Toda a verdade?

Rosa: Não foi preciso toda. Com apenas uma parte ele desistiu. Era um antropóide, um terciário, com a mentalidade do século XIX. Nele a coisa do último modelo era o Cadilque. Mas, não sentindo em si a tentação do *pater-familias*, é natural que não nos entendêssemos.

Paulo: O natural é que um casal nunca se entenda. Mas como foi que você veio parar aqui?

No início do diálogo entre Paulo e Rosa, o interlocutor de Rosa faz um pergunta *De onde surgiu você?*, em que a expressão “surgiu” apresenta um significado preferencial, cuja inferência, na aplicação da heurística-M, poderá dar um contexto para a ouvinte Rosa. O contexto será de que ela apareceu de repente na frente dele.

A resposta de Rosa, “*Do nada*”, traz uma implicatura conversacional generalizada pela heurística-Q, de que Rosa “surgiu” mesmo. Em seguida, Rosa complementa: *Aquilo que os burgueses chamam tudo: automóvel, apartamento, alimentação farta e variada*. Assim, o enunciado introduz o contexto extralingüístico de uma crença, referente a padrões culturais e sociais e ao conhecimento de mundo. A interpretação pela heurística (I), permite que o interlocutor traga esse conhecimento para o contexto, e o interlocutor de Rosa entende a inferência contida no enunciado, pois pergunta: *Rompeu com a família e veio ao meu encontro?*

Notemos que a TICGs só pode dar conta dessa inferência se nos ativermos ao fato de que essas interpretações padrão estão impressas na estrutura dos enunciados e não se devem a contextos de enunciados, conforme afirmamos na seção 4.3.

Rosa: Rompi com o marido e vim ao teu encontro.

Paulo: Você é casada?

Podemos interpretar estes dois enunciados como o contexto formado pela implicatura conversacional generalizada de que **ter marido** é **ser casada**. Pela heurística (I), Paulo entende a implicatura e a explícita.

Rosa: Casada e com dez filhos.

Paulo: Tantos já, tão moça?

Rosa: Dez filhos ainda por nascer. Ou melhor, a ânsia de dez filhos. E quanto ao marido era também a promessa de um marido.

Aqui, o enunciado de Rosa licencia a implicatura generalizada pela heurística (Q), de que ela tem dez filhos e não mais do que dez. Mas a implicatura é cancelada pelo acréscimo, no contexto das asserções aceitas por Paulo e Rosa no diálogo, do enunciado: *Dez filhos ainda por nascer. Ou melhor, a ânsia de dez filhos. E quanto ao marido era também a promessa de um marido.* Novamente, há uma implicatura pela aplicação da heurística (M), de que a “promessa de um marido” é para ser entendida como “noivo”.

Rosa: (*Faz que sim.*) Uma espada na cabeça com a data marcada para cair. Pressenti o perigo e te contei a verdade.

Paulo: Toda a verdade?

Nesta seqüência temos uma ICG pela heurística (Q) de que Rosa contou toda a verdade, que é cancelada pelo acréscimo no contexto do enunciado seguinte, que apresenta uma nova asserção:

Rosa: Não foi preciso toda. Com apenas uma parte ele desistiu. Era um antropóide, um terciário, com a mentalidade do século XIX. Nele a coisa do último modelo era o Cadilaque. Mas, não sentindo em si a tentação do *pater-familias*, é natural que não nos entendêssemos.

Este último enunciado exemplifica a heurística (M), quando várias inferências podem ocorrer pelo uso das expressões: “antropóide”, em vez de “homem”, “terciário”, em vez de “retrógrado”, etc.

No fechamento do texto, é produzida a inferência, pela heurística (I), casal = marido e mulher:

Paulo: O natural é que um casal nunca se entenda. Mas como foi que você veio parar aqui?

O contexto aqui presente corresponde à noção implícita na teoria: é um conhecimento lingüístico, combinado a fatos mutuamente assumidos, seja como conhecimento compartilhado, seja como asserções aceitas. O contexto na TIG é um elemento recuperado nos enunciados pelas regras heurísticas que permitem inferências de natureza generalizada, as ICGs, que, por sua vez, captam nossas intuições sobre interpretações preferenciais.

4.5 Conclusão

A Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas entende a comunicação humana guiada pela interpretação preferencial ou pela força de heurísticas que dão conta das implicações de um enunciado da língua em uso para chegar ao seu significado completo.

Levinson (2000) trata da interpretação completa de um enunciado-ocorrência (*utterance token*), mas concebe esse fenômeno como uma instância diferente na pragmática do significado do enunciado-tipo (*utterance-type meaning*), que está relacionado a interpretações preferenciais ou presumidas. Essas interpretações padrão estão impressas na estrutura dos enunciados e não se devem a contextos de enunciados. São interpretações, entretanto, permitidas por regras pragmáticas ou heurísticas, na medida em que não estão fundamentadas em cálculos diretos sobre a intenção do falante, mas em expectativas a respeito de como a língua geralmente é usada. Isso quer dizer que as interpretações padrão são geradas automaticamente pelo uso de regras padronizadas, juntamente com certas expressões e estruturas lingüísticas.

A noção de contexto nesta teoria tem o papel de distinguir o elemento pragmático, gerado pelas heurísticas subjacentes aos enunciados, as ICGs, reconhecidas pela aplicação dessas regras heurísticas e canceláveis pela ordem de prioridade destas no contexto. As heurísticas, por sua vez, são o mecanismo que permite que um indivíduo traga para a interpretação preferencial preconizada pela teoria o conhecimento contextual, que será combinado com os elementos lingüísticos. Assim, suposições contextuais fundamentadas em uma expressão lingüística como *todos* irão implicar escalarmente o cancelamento de uma implicatura derivada do uso de *alguns*.

A TICG tem seu foco, portanto, em um contexto geral, fundamentado nas expectativas do ouvinte de como a língua é usada. Nessa perspectiva, o poder descritivo-explanatório da TICG sobre o tema somente pode ser avaliado pelo uso de um conceito de contexto implícito e na verdade não descrito ou explicado, o que torna a teoria frágil para lidar com inferências pragmáticas de alta dependência contextual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito investigativo deste trabalho foi o de realizar uma análise descritiva das teorias selecionadas como constituintes desta pesquisa: a Teoria das Implicaturas, de Grice (1991), a Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson (1995) e a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas, de Levinson (2000). Tivemos o objetivo de avaliar seu potencial descritivo-explanatório em relação à noção de contexto na interface interna Semântica-Pragmática e na interface externa Lingüística-Comunicação-Cognição, verificar a aplicabilidade da noção de contexto que elas apresentam e apontar como esta noção opera em cada teoria. Esses fins específicos foram enquadrados dentro do objetivo geral de explicitar o conceito-tema que justificou a pesquisa nas teorias que fizeram parte deste estudo.

No primeiro capítulo deste trabalho, a noção de contexto é abordada pelos principais lingüistas, lógicos e filósofos interessados no significado da linguagem natural. Alguns desses cientistas construíram as teorias mais influentes no campo da Pragmática, a partir da concepção da comunicação em contexto, permitindo que esta encontrasse equivalência com a Semântica e a Sintaxe.

Da mesma forma, pela inclusão da Pragmática como disciplina da Ciência Lingüística, tornou-se possível construir um paradigma de interface, em nosso caso, a interface Semântica-Pragmática. Postulamos esse paradigma como um pré-paradigma de um período de normalidade na Lingüística, que hoje passa por um momento de revolução, justamente pela polêmica discussão a respeito dos limites entre essas duas áreas interdisciplinares há mais de cinquenta anos, em que a opção metodológica por incluir elementos contextuais tem um papel fundamental. Quando já se pode divisar o embrião desse novo paradigma, que está trazendo novas propostas, capazes de dar conta e resolver lacunas nas abordagens estabelecidas, como as teorias que serviram de modelo de investigação em nosso trabalho.

Nesta dissertação, procuramos mostrar como a noção de contexto vem sendo tratada pelos pragmaticistas à luz da interface externa Comunicação-Ciências Cognitivas e da interface interna Semântica-Pragmática.

Após as considerações apresentadas nos capítulos anteriores sobre a polêmica noção de *contexto* nas teorias pragmáticas apresentadas, podemos concluir que se trata, apesar de amplamente utilizado, de um conceito ainda a ser aprofundado. Com efeito, apesar de ser uma noção necessária para teorias que lidam com a comunicação, com a linguagem humana que, como vimos, apresenta uma lógica não-trivial, ele é um conceito utilizado *ad hoc*, em conformidade com a leitura de cada teoria e para atender aos seus princípios e exemplos. O que corrobora para fazermos essa afirmação é a análise e a aplicação da noção de contexto que procedemos com respeito a cada modelo teórico de nossa investigação. O texto de Millôr Fernandes e seu caráter humorístico dependente de contexto mostrou-se útil para explicitar essa investigação, embora não tenhamos julgado a noção de humor em todas as análises feitas.

A diversidade da noção de contexto mostrada neste trabalho, e das formas como ele opera nas teorias aqui avaliadas, nos permite concluir que a noção de contexto é tratada com tal amplitude, que ela passa a dar conta de uma infinidade de componentes heterogêneos que acabam por ser englobados sob um só conceito.

Ao contexto é dado o papel de explicar como o conteúdo de um enunciado deve ser preenchido com elementos que podem variar do ambiente físico, conhecimento cultural e de convenções sociais, até o conhecimento de mundo dos indivíduos, lembranças na memória, conjunto de crenças, etc. Isso é observado nos exemplos que fornecemos nas teorias, que se servem da noção de contexto para explicar uma infinidade de fatores extralingüísticos, sem que a ela seja dada a necessária definição.

Vejamos um exemplo dado na TI para esclarecer nosso ponto de vista:

(A) Onde fica a Etiópia?

(B) Consulte um Atlas.

Contexto: Um Atlas contém uma informação precisa sobre geografia (conhecimento de mundo).

A Etiópia é um país (Conhecimento cultural).

Se (A) está estudando, ele deve buscar informação em livros.

Um Atlas é um livro especializado para responder sobre a localização de países (conhecimento dado como mútuo).

Na Teoria das Implicaturas, a noção de contexto aparece como um elemento dado de antemão pelo falante, do qual, na troca comunicacional entre falante e ouvinte, os agentes lançam mão para produzir e interpretar enunciados em sua totalidade. Está ancorada no conhecimento mútuo, um modelo questionado pelos teóricos cognitivistas. É uma teoria com um grande potencial descritivo, mas frágil como potencial explanatório.

No Modelo Ampliado de Costa (1984), outra de nossas referências teóricas, mostramos a noção de contexto como um conjunto indeterminado de sentenças. Nessa definição, o contexto é uma noção aberta a novas informações e funcionalmente sujeita a um mecanismo de julgamento de relevância subjacente ao ato comunicativo, de forma que o ouvinte possa selecionar naturalmente um subconjunto formado pelas sentenças necessárias, relevantes e determináveis para chegar do dito ao implicado. O contexto, em Costa, caracteriza-se por sua natureza lingüística para formar um par ordenado com a sentença. Com isso, ele tenta evitar o caráter *ad hoc* dado à noção de contexto. A definição de contexto de Costa apresentou um potencial descritivo-explanatório adequado no tocante à sua proposta, embora o próprio autor não dê a questão de um tratamento teoricamente mais definido para o contexto por encerrada.

Na Teoria da Relevância, a noção de contexto é um conjunto de suposições selecionadas pelo ouvinte para processar de forma relevante a informação, isto é, de forma a buscar o maior efeito contextual com o mínimo esforço mental de processamento. É uma teoria que incorpora, na noção de contexto, elementos lingüísticos e extralingüísticos de forma cognitiva, como parte essencial do modelo de comunicação ostensivo-inferencial da teoria. Trata-se de uma noção *ad hoc*, construída de acordo com sua base cognitivista. O que não tira seu mérito, já que é bem fundamentada e adequada ao que propõe. Entretanto, nela a noção de contexto é de tal forma ampla, a fim de representar os propósitos da teoria, que poderia ser aplicada a qualquer exemplo, desde que esse exemplo envolvesse indivíduos que tivessem a intenção de se comunicar. Repetimos um dos exemplos dados para corroborar nossa afirmação:

Maria: Mãe, eu gosto tanto do brigadeiro que tu fazes...

Mãe: Hoje estou muito cansada, já é tarde da noite.

Depois de interpretar o último comentário da mãe, Maria tem algumas suposições como contexto inicial na memória de seu mecanismo dedutivo:

Contexto inicial

- (a) Minha mãe está cansada.
- (b) Se minha mãe está cansada, ela não vai fazer brigadeiro.
- (c) Minha mãe quer que eu desista do brigadeiro.

(a) é a suposição expressa no último enunciado processado; (b) é uma premissa acrescida a (a) que resulta na implicação contextual (c). Esse contexto é estendido pela memória a curto prazo de enunciados anteriores, pelo acesso aos endereços lexical e enciclopédico, por percepções de informações do ambiente físico e pela intenção de modificar o conjunto de crenças de um indivíduo. Poderíamos construir uma gama de exemplos e ainda seria possível aplicar tal mecanismo, dado o caráter amplo da definição de contexto na TR.

Na Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas, a noção de contexto, igualmente, tem uma função *ad hoc*, usada como um modelo adequado para sustentar a teoria. Não é uma função definida, ficando relegada ao papel de filtrar inconsistências e indicar a cancelabilidade de suposições padrão dentro do mecanismo das heurísticas geradoras de implicaturas conversacionais generalizadas, heurísticas essas fundamentadas em um comportamento lingüístico padrão de interpretação. Verificamos que o potencial desta teoria é essencialmente descritivista, na medida em que não explica como o mecanismo de uso das regras operacionais na teoria ocorre cognitivamente.

A partir dessas conclusões, podemos avaliar os resultados da investigação no seguinte quadro comparativo:

T. DAS IMPLICATURAS - Grice	M. AMPLIADO DE COSTA (1984)	T. DA RELEVÂNCIA – SPERBER & WILSON (1986)	T. DAS IMPLICATURAS CONVERSACIONAIS GENERALIZADAS Levison 2000
Elemento dado de antemão pelo falante	Conjunto indeterminado de sentenças.	Conjunto de suposições selecionadas pelo ouvinte para processar de forma relevante a informação, i.é, de forma a buscar o maior efeito contextual com o mínimo esforço mental de processamento.	Igualmente tem função "ad hoc", usada como um modelo adequado para sustentar a teoria.
Ancorada no conhecimento mútuo	Trata-se de uma noção aberta a novas informações e funcionalmente sujeita a um mecanismo de julgamento de relevância subjacente ao ato comunicativo.	Incorpora elementos lingüísticos e extralingüísticos de forma cognitiva.	Fica relegado ao papel de filtrar inconsistências e indicar a cancelabilidade de suposições conversacionais generalizadas.
	Natureza lingüística para formar um par ordenado com a sentença.	A noção de contexto é de tal forma ampla que poderia ser aplicada a qualquer exemplo, desde que envolvesse indivíduos que tivessem a intenção de se comunicar, portanto, é tomada <i>ad hoc</i> no sentido de dar conta de uma infinidade de fatores psicológicos..	
Teoria com grande potencial descritivo.	Teoria com potencial descritivo-explanatório adequado no tocante à sua proposta.	Potencial descritivo-explanatório equilibrado e adequado ao modelo teórico.	Potencial da teoria é essencialmente descritivista.
Teoria com frágil potencial explanatório.			

A noção de contexto tem um papel essencial, no entanto, na própria definição do escopo da Pragmática, permitindo que se vislumbre a interface Semântica-Pragmática exatamente nos limites traçados de suas fronteiras e da natureza de seu objeto.

Uma teoria pragmática, portanto, deve definir o conceito de contexto utilizado em seus princípios. Nesse sentido, como vimos, ainda há muito para ser investigado e esclarecido.

Embora este trabalho seja uma tentativa de trazer algum esclarecimento sobre o tema aqui tratado, temos plena consciência de que a noção de contexto está inserida em um campo muito mais amplo a ser investigado, o da significação. Talvez algumas sugestões de nossa pesquisa possam ser úteis, entretanto, para a relevância do aprofundamento da noção de contexto nesta ampla área em que ela se insere.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. L. **How to Do Things with Words**. Oxford: Clarendon Press, 1962.

BACH, Kent. The Semantics-Pragmatics Distinction: What it is and Why it Matters. In: **Linguistische Berichte**, 8 (Special Issue on Pragmatics) p. 33-50, 1997. Disponível em: Kent Bach's Home Page. Acesso em: 12 maio 2006.

BAR-HILLEL, Y. 1954. Expressões Indiciais. In: DASCAL, M. (org). **Fundamentos metodológicos da lingüística**. Campinas: Unicamp, 1982. v.4, p. 23-49.

CARSTON, Robyn. Truth-conditional content and conversational implicature. In: BIANCHI, C. (ed.). **The Semantics/Pragmatics Distinction**. CSLI Publications, 2004. Disponível em: www.phon.ucl.ac.uk/home/robyn/home/html. Acesso em: 20 nov. 2006.

_____. **Thoughts and Utterances: The pragmatics of explicit communication**. Oxford: Blackwell, 2002.

_____. **The Semantics/Pragmatics distinction: a view from Relevance Theory**. 1999 Disponível em: <http://www.phon.ucl.ac.uk/home/robyn/pdf/sempragel.pdf> Acesso em: 10 de ago. 2006.

CHOMSKY, N. **Syntactic Structures**. The Hague: Mouton, 1957. Reeditado Berlin and New York (1985).

_____. **Aspects of the Theory of Syntax**. Cambridge (MA): MIT, 1965.

COSTA, Jorge Campos da. **A relevância da pragmática na pragmática da relevância**. Porto Alegre: PUCRS, 1984. (Mestrado em Lingüística). Programa de Pós-Graduação em Letras, Faculdade de Letras, PUCRS, 1984.

_____. Metateoria lingüística: considerações ao nível da Filosofia da Ciência. **Revista da ADPPUCRS**, Porto Alegre, n.5, p. 25-32, 2004a.

_____. **Os enigmas do nome na interface Lógica/Semântica/Pragmática**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004b.

_____. Textos e contextos (na interface semântica/pragmática). **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 23, 2004c.

_____. Comunicação e inferência em linguagem natural. **Revista Letras de Hoje**, Porto Alegre, v.40,n.1, p. 107-133, 2005.

DASCAL, Marcelo. Introdução. In:_____. **Fundamentos metodológicos da lingüística** (org). Campinas: Unicamp, 1982. v.4 , p. 7-22.

_____. Ensaio introdutório: As convulsões metodológicas da lingüística contemporânea. **Fundamentos metodológicos da lingüística** (org). São Paulo: Global, 1978. v. 1, p. 17-41.

GAZDAR, Gerald. **Pragmatics: Implicature, Presupposition, and Logical Form**. New York: Academic, 1979.

GRICE, H. P. **Studies in the Way of Words**. Cambridge (MA): Harvard University, 1991.

_____. 1975. Logic and Conversation. In: P. Cole and J. Morgan (eds.) **Syntax and Semantics**. Vol. 3. Speech Acts New York: Academic Press.

_____. 1957. Meaning. **Philosophical Review**, n. 66, p. 377-388.

HAMAMOTO, Hideki. Irony from a cognitive perspective. In: CARSTON, R.; UCHIDA, S. (ed.) **Relevance Theory: applications and implications**. Amsterdam: John Benjamins, 1997. p. 257-270.

IBAÑOS, Ana. Algumas considerações informais sobre inferências. **Linguagem em discurso – Teoria da Relevância**. Porto Alegre, v. 5, n. esp., p. 151- 159, 2005.

JASZCZOLT, K. M. Semantics and Pragmatics: the boundary issue. A ser publicado em: **Semantics: An International Handbook of Natural Language Meaning**. HEUSINGER, K. von; PORTNER, P.; MAIENBORN, C. (ed.). Berlim: Mouton de

Gruyter. Disponível em: <http://www.cus.cam.ac.uk/~kmj21/Boundary.Aug06.pdf>
Acesso em: 15 jul. 2007.

_____. **Semantics and Pragmatics: Meaning in language and discourse.** London: Longman, 2002.

_____. K. M. On translating what is said: Tertium comparationis in contrastive semantics and pragmatics. In: JASZCZOLT, M.; TURNER, K. (ed). **Meaning through Language Contrast.** Amsterdam: J. Benjamins, 2003. v.2, p. 441-462.

KATZ, Jerrold J. 1972. O escopo da Semântica. In: DASCAL, M. (org). **Fundamentos metodológicos da lingüística.** Campinas: Unicamp, 1982. v.3, p. 43-61.

KAMP, H & REYLE, U. **From Discourse to Logic: Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory.** Dordrecht: Kluwer, 1993.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 1975.

LAKOFF, George. 1971. Semântica Gerativa. In: DASCAL, M. (org). **Fundamentos metodológicos da lingüística.** São Paulo: Global, 1978. v.1, p. 94-124.

LYONS, J. **Semantics.** Cambridge: Cambridge University, 1977. v.1.

LYONS, J. **Semantics.** Cambridge: Cambridge University, 1979. v.2.

LEVINSON, Stephen C. **Pragmatics.** Londres: Cambridge University, 1983.

_____. **Presumptive Meanings: The Theory of Generalized Conversational Implicature.** Cambridge: The MIT, 2000.

MOURA, Heronides Maurílio de Melo Moura. **Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática.** Florianópolis: Insular, 2000.

PEIRCE, C. S. **Semiótica e Filosofia.** São Paulo, Cultrix, 1972.

RÉCANATI, François. **Literal Meaning**. Cambridge: Cambridge University, 2004.

_____. The Pragmatics of What is Said. **Mind and Language**. Reprinted in Davis 1991: 97-120, 1989.

ROUTLEDGE ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. London and New York: Routledge, 1998. v. 3, 7 e 9.

RUSSELL, B. 1905. On Denoting. In: Russell, B. **Logic and Knowledge**. New York; G. P. Putnam's Sons, 1971.

SAG, Ivan. Formal Semantics and extralinguistic context. In: COLE, P. **Radical Pragmatics**. New York. Academic Press, 1981.

SAUSSURE, F. 1916. **Cours de linguistique générale**. 1 ed. Paris: Payot, 1974.

SEARLE, John. **Speech Acts**. Cambridge: Cambridge University, 1969.

SETO, Ken-Ishi. On non-echoic irony. In: CARSTON, R.; UCHIDA, S. (ed.) **Relevance Theory: applications and implications**. Amsterdam: John Benjamins, 1997. p. 239-255.

SILVEIRA, J.; FELTES, H. **Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. **Relevance: communication and cognition**. Cambridge: Harvard University, 1986.

_____. **Relevance: communication and cognition**. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1995.

_____. Irony and relevance: A reply to Seto, Hamamoto and Yamanashi. In: CARSTON, R.; UCHIDA, S. (ed.) **Relevance Theory: applications and implications**. Amsterdam: John Benjamins, 1997. p. 283-293.

_____. Pragmatics. In: JACKSON, Frank; SMITH, Michael (ed). **Oxford Handbook of Contemporary Philosophy**. Oxford: Oxford University, 2005. Disponível em: <http://www.dan.sperber.com/pragmatics.htm> Acesso em 02 out. 2007.

STALNAKER, Robert C. 1972. Pragmática. In: DASCAL, M. (org). **Fundamentos metodológicos da lingüística**. Campinas: Unicamp, 1982. v.4, p.59-80.

STRAWSON, R. 1970. Pragmática. In. Dascal: M. (org). **Fundamentos metodológicos da lingüística**. Campinas: Unicamp, 1982. v.3, p.181-212.

_____, **Context and content**. Oxford: Oxford University, 1999.

WITTGENSTEIN, L. **Philosophical Investigations**. Oxford: Blackwell, 2003.

YAMANASHI, Masa-aki. Some issues in the treatment of irony and related tropes. In: CARSTON, R.; UCHIDA, S. (ed.) **Relevance Theory**: applications and implications. Amsterdam: John Benjamins, 1997. p. 271-281.